

# ABRIL

revista de reflexão socialista

13º 491

Nº 5 2618

Reg.

JUNHO 78

25\$00

## 5

- D'«Os Lusíadas» à «Mensagem»  
(Jacinto do Prado Coelho)
- As opções da Direita Portuguesa
- Sobre o Serviço Nacional de Saúde
- Desporto e política: a Argentina  
e o Campeonato do Mundo de Futebol
- Os portugueses em Maio de 68
- Nas origens do salazarismo  
(Fernando Medeiros)

# REPENSAR PORTUGAL E A CRISE DO MARXISMO

EDUARDO PRADO COELHO

Um ovo de Colombo, e contudo interminável no rol dos seus efeitos: a fórmula «repensar Portugal» que ABRIL lançou no seu número de Março através de um escrito de Eduardo Lourenço, um pouco à guisa de um programa para todos nós, os de ABRIL e os outros, teve um destino fulgurante, sendo retomada em todos os quadrantes como uma exigência inadiável. Há neste percurso qualquer coisa de estranho e de sintomático. Repensar Portugal vai-nos exigir também que se encontre uma explicação para o êxito imenso de uma fórmula afinal tão simples como esta. E outras foram derivando na sequência da primeira: transformar Portugal, imaginar Portugal (esta de Ernesto de Sousa, e também incluída em ABRIL).

Quer isto dizer que julgamos muitos portugueses que até agora **se pensou pouco pouco** em benefício de outros verbos só aparentemente mais concretos e eficazes. Não é que toneladas de papel impresso se não tenham abatido sobre nós desde o 25 de Abril para cá: textos onde o pensamento se gesticula até ao alarido. Mas tal prosa deixa-nos a sensação de ser apenas a expressão do **pensamento já pensado**. E por isso se ergue como evidente esta reivindicação: é preciso repensar Portugal, e isso implica **que se repense o já pensado**. Isto é, que o já pensado **entre em crise**. E, como toda a crise implica uma dimensão de consciência e subjectividade, com a crise do já pensado vem a crise do estatuto e identidade **daqueles que pensam em Portugal**: crise da **função intelectual**.

Repensar Portugal é ainda prevenção contra o **perigo de se pensar outras coisas**. Por mimetismo ou premeditação. Trata-se de ir ao encontro desse concreto **que é (de certa maneira) Portugal**. Trata-se de

trocar o abstracto pelo concreto. De tocar finalmente nas coisas: **as nossas coisas**.

ABRIL procura ser um espaço disponível para todas as tentativas sérias de repensar Portugal — e de imaginar Portugal.

Mas pensar e imaginar vão no sentido de **transformar**.

E o marxismo continua a ser a referência privilegiada de todo o pensamento revolucionário. É aí que se torna necessário considerar de frente a **crise do marxismo** tal como hoje ela é vivida pelas forças progressistas de todo o mundo. Crise do marxismo que se poderá enunciar em duas teses simples: há um uso do marxismo que é hoje conservador; e há um pensamento revolucionário que se situa no exterior do marxismo. (1)

Afrontar esta problemática implica que se encare prioritariamente a questão posta por Rossana Rossanda: as restrições à liberdade nas sociedades de Leste devem-se ao facto de essas sociedades serem socialistas ou ao facto de o não serem?

Nenhum subterfúgio nos poderá arredar desta questão.

É por isso que, como disse Henri Lebevre, sabemos hoje que os filósofos se limitaram a interpretar o marxismo, e **trata-se agora de o transformar**.

Repensar Portugal e transformar o marxismo — duas tarefas inadiáveis e complementares para a reflexão socialista a que ABRIL se propõe. ■

(1) Na linha destas preocupações, publicou ABRIL um texto de José Manuel Sobral sobre **O marxismo, o Estado e os campos de concentração**. Diz-nos o seu autor que a supressão dos subtítulos tornou difícil a apreensão da arquitectura do artigo. Chamamos por isso a atenção dos nossos leitores para a sua ulterior publicação em volume (Edições Assírio e Alvim).

# ABRIL

## Sumário

- 2 — **D'«Os Lusíadas» à «Mensagem»**  
Jacinto do Prado Coelho
- 7 — **Paisagem portuguesa com Santa Apolónia**  
Nuno Júdice
- 10 — **As opções da direita portuguesa**  
António Vitorino
- 16 — **Estrutura sindical, acção sindical**  
Fernanda Lopes Cardoso
- 18 — **Acerca das bases do Serviço Nacional de Saúde**  
Abílio Teixeira Mendes
- 22 — **Portugueses no Maio 68**  
Fernando Pereira Marques (Desenho de Vasco)
- 24 — **Diário de Fabrice**  
Vasco de Castro
- 26 — **A França depois das eleições**  
Bernard Ravenel
- 28 — **Dossier: O Campeonato do Mundo de Futebol na Argentina**
- 36 — **1917-1926: Operários, camponeses e Estado em Portugal**  
Fernando Medeiros
- 44 — **Um sexo que seja seu**  
Miguel Serras Pereira e Regina Louro
- 48 — **Sobre o trabalho literário**  
José Saramago
- 49 — **Imaginar Portugal**  
Ernesto de Sousa

Director — Eduardo Prado Coelho

Propriedade — Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor — Encontro — Distribuidora Editorial, SCARL.

Sede — Apartado 2860 — Lisboa - 2

Execução — ALTAGRÁFICA — Rua José Maria da Costa, 14 — Mafra

Distribuição — Dijornal — Distribuidora de livros e periódicos, Lda.

Tiragem — 10 000 exemplares

Condições de assinatura — Anual: Portugal 300\$00; Estrangeiro 500\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores



COMUNICAÇÃO  
APRESENTADA AO  
CONGRESSO DE  
ESTUDOS  
PESSOANOS

**O**s poemas de Camões e de Fernando Pessoa sobre Portugal situam-se respectivamente no início e na fase terminal do longo processo de dissolução do império. Daí notáveis diferenças, a par de afinidades sensíveis. Ao gizar a *Mensagem*, não só Fernando Pessoa tinha *Os Lusíadas* no âmbito das suas referências culturais como nele desembocam os rios subterrâneos duma *Weltanschauung* e duma mitologia vindas de Camões e do humanismo quinhentista.

Ambos se mostram impregnados duma concepção mística e missionária da His-

tória portuguesa (talvez seja melhor dizer **missionante**, para evitar equívocos). D. Sebastião, n'*Os Lusíadas*, é um enviado de Deus incumbido de alargar a Cristandade: «Vós, ó novo temor da Maura lança, / Maravilha fatal da nossa idade, / Dada ao mundo por Deus, que todo o mande, / Para do mundo a Deus dar parte grande» (I, 6). Na *Mensagem*, Portugal é um instrumento de Deus, a História pátria obedece a um plano oculto, os heróis cumprem um destino que os ultrapassa: «Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal / A mão que ergueu o facho que luziu, / Foi Deus

# DE «OS LUSÍADAS» A «MENSAGEM»

JACINTO DO PRADO COELHO

a alma e o corpo Portugal / Da mão que o conduziu».

Se, n'Os Lusíadas, o nosso país é «qual cume da cabeça / Da Europa», na Mensagem, em descrição semelhante, Portugal é o seu rosto, a a diferença reside na personificação da Europa, figura feminina, de «olhos negros», «românticos cabelos», o rosto apoiado na mão direita, atitude estática, pensativa. Haverá aqui sugestões do célebre soneto de Unamuno dedicado a Portugal, aquele que começa «Del Atlántico mar en las orillas»; também o Portugal de Unamuno está simbolizado numa mulher que, descalça, na praia, em frente do Atlântico, olha absorta em nostalgia e esperança:

Dice de luengas tierras y de azares  
mientras ella sus piés en las espumas  
bañando sueña en el fatal imperio,  
que se le hundió en los tenebrosos mares;  
y mira como entre agoreras brumas  
se alza Don Sebastian, rey del misterio. (1)

Tanto Camões como Pessoa, cantores da grandeza pátria, são poetas da ausência. Poetas do que foi ou do que poderá vir a ser. Dum amor que ou se refugia na memória ou, revigorado, se traduz na vibração dum apelo. Mas as situações divergem, um intervalo multissecular tinha de separá-los. No Camões épico predomina o elemento viril — a viagem, a aventura, o risco. Tradicionalmente, a mulher é a que fica, esperando, imóvel, na fidelidade e no sonho do regresso: como Pessoa e as figuras em que se desdobra, de olhos fitos no indefinido. Homem de acção, e não só de inteligência, Camões ainda conheceu o império no concreto da sua grandeza e das suas misérias, era-lhe fácil ainda ter esperança, o D. Sebastião a quem se dirige é um jovem de carne e osso, vale a pena mostrar-se, exhibir os seus préstimos, para que o Rei o distinga, confie nele, se lance na conquista do Norte de África levando-o consigo. Outro império terreno ainda parece possível, «como a pressaga mente vaticina», o próprio Velho do Restelo sanciona a aventura, e Camões prepara-se para cantar a nova empresa. O D. Sebastião da Mensagem,

elaborado longamente pelo sebastianismo e pela humilhação, esse é o Encoberto, o Desejado, uma sombra, um mito. Pessoa sobrevive na aridez dos «dias vácuos», já lhe faltam razões para acreditar, o seu desejo está no limite, calcinado pela espera de quatro séculos. Refaz o trajecto canónico da evocação para a invocação. Mas, perante o Rei ausente, que talvez nunca mais regresse da sua ilha encantada, é como se fosse o menino órfão, abandonado, que, na desolação da sua própria intimidade, dirige à mãe uma derradeira súplica: «Screvo meu livro à beira-mágoa. / Meu coração não tem que ter. / Ah, quando quiserás, voltando, / Fazer minha esperança amor? / Da névoa e da saudade quando? / Quando, meu Sonho e meu Senhor?» (Terceiro d'«Os Avisos»). O seu enorme anseio tornou-se insuportável, só pela poética ilude o silêncio, o vazio. Em Camões, põem-se no mesmo plano a memória e a esperança. Em Pessoa, não, porque o objecto da esperança se transferiu para o sonho, a utopia, e daí uma concepção diferente de heroísmo. Pessoa identifica-se com os heróis da Mensagem, ou neles se desdobra, num processo lírico-dramático. O amor da pátria converte-se numa atitude metafísica definível pela decepção do real, pelo anelo de absoluto, por uma loucura consciente, pela busca do que não existe, pela demanda que só tem finalidade em si própria, porque atingir é estagnar, ser vencido. Esta, na Mensagem, a lição do Encoberto.

No fim de contas, a Mensagem, onde os elementos épicos surgem filtrados, transfigurados, pela contemplação lírica, não se situa muito longe do «clima» d'O Marinheiro, «drama estático», onde a Segunda Veladora nos fala do marinheiro que se perdeu numa ilha remota: «Como ele não tinha meio de voltar à pátria, e cada vez que se lembrava dela sofria, pôs-se a sonhar uma pátria que nunca tivesse tido». Revivendo a fé no Quinto Império, Pessoa inventou uma razão de ser, um destino, fugindo à angústia dum quotidiano absurdo, genialmente expresso por ele e por Álvaro de Campos.

Se continuássemos à procura de pontos de contacto entre Camões e Fernando

(1) Em Os Poetas Lusíadas (Porto, 1919, pp. 269-270), Pascoaes transcreve o soneto, que considera o mais perfeito retrato da pátria portuguesa.



(2) In A Estrutura de «Os Lusíadas», Lisboa, 1970, p. 127.

Pessoa, ainda poderíamos registar a sua capacidade e preocupação arquitectónicas. Jorge de Sena valorizou «o extraordinário equilíbrio construtivo que, em *Os Lusíadas*, encontramos, seja qual for o aspecto por que examinemos o poema» (2). Por seu turno, os textos que compõem a *Mensagem* distribuem-se em grupos e subgrupos, obedecendo a um plano cuidadosamente estabelecido. Aqui a diferença está no facto de *Os Lusíadas* serem, pela forma, que não só pela substância, uma epopeia clássica, narração onde se enlaçam a Viagem de Vasco da Gama, a comédia dos deuses e a História de Portugal, mediante alternâncias e discursos dentro de discurso, uns retrospectivos, outros prospectivos, enquanto a *Mensagem* integra, como se sabe, 44 poesias breves, datadas de várias épocas e arrumadas em três partes principais: «Brasão», «Mar Português» e «O Encoberto». A primeira e a terceira partes ainda estão subdivididas: a primeira em «Os Campos», «Os Castelos», «As Quinas», «A Coroa» e «O Timbre», reproduzindo assim os elementos da bandeira nacional; a terceira em «Os Símbolos», «Os Avisos» e «Os Tempos». Da face interna, emblemática, desta arquitectura, aliás de sentido ocultista, como mostrou Helder Macedo, infere-se um carácter menos narrativo e mais interpretativo, mais cerebral, que o d'*Os Lusíadas*. É certo que já no poema camoniano há uma tendência abstractizante, livresca, assinalada por António José Saraiva quando escreve que nele a ideia de pátria é «uma noção abstracta, fora da história», e os heróis históricos se reduzem a «puras abstracções» ou «medalhões convencionais». «Precisamos de subir ao Olimpo — observa A. J. Saraiva — para encontrar os corpos vivos e reais banhados pela luz e capazes de movimento: no mundo histórico há somente sombras e abstracções» (3). Mesmo descontando uma ponta de exagero, teremos aqui outra afinidade entre Camões e Pessoa. Este, porém, leva o cerebralismo muito mais longe. Possui aquilo a que Cesare Pavese chamava «o senso heráldico», isto é, a faculdade de ver símbolos em tudo. Os heróis da galeria da *Mensagem* funcionam, com efeito, como símbolos, eles numa trajetória cujo sentido Pessoa se propõe desvelar até onde o permite o olhar visionário. O assunto da *Mensagem* não são os portugueses ou eventos concretos, mas a essência do Portugal e a sua missão por cumprir. Em fragmento recolhido nas *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*. Pessoa censurava a *Os Lusíadas* a falta dum pensamento. Pois na *Mensagem* é a redução a um pensamento que descarna, spectraliza as personagens da História nacional.

Tanto Camões como Pessoa usam o processo da descrição sucessiva, fragmentária, de figuras-padrão. Nos discursos de Vasco da Gama esta técnica verifica-se quer na «explicação» das bandeiras pe-

rante o Catual quer no relato da História de Portugal destinado ao Rei de Melinde. Os retratos (por vezes auto-retratos) morais da *Mensagem* filiam-se no epigrama ou inscrição tumular dos clássicos (que Pessoa, aliás, cultivou nas *Inscriptions*). Observemos, por exemplo, a figura de Viriato no poema camoniano: «Este que vês, pastor já foi de gado; / Viriato sabemos que se chama, / Destro na lança mais que no cajado; / Injuriada tem de Roma a fama, / Vencedor invencível, afamado: / Não têm com ele, não, nem ter puderam / O primor que com Pirro já tiveram» (VIII, 6). E ponhamos, em confronto, a composição intitulada «Viriato» na *Mensagem*:

Se a alma que sente e faz conhece  
Só porque lembra o que esqueceu,  
Vivemos, raça, porque houvesse  
Memória em nós do instinto teu.

Nação porque reincarnaste,  
Povo porque ressuscitou  
Ou tu, ou o de que eras a haste —  
Assim se Portugal formou.

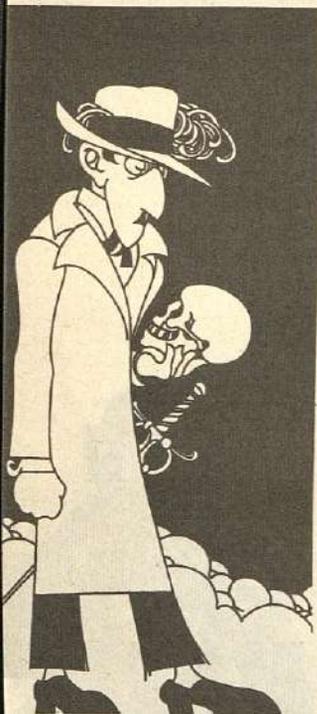
Teu ser é como aquela fria  
Luz que precede a madrugada,  
E é já o ir a haver o dia  
Na antemanhã, confuso nada.

Em Camões, temos tão-só a descrição laudatória; em Pessoa, Viriato não é já um herói confinado no seu tempo, encarna um momento da vida dum nação, o momento da gestação latente; prefigura o que havia de vir, é o sinal dum plano que tinha de cumprir-se. O indivíduo apaga-se em favor do ente metafísico chamado Portugal. Os elementos descritivos e narrativos ficam obliterados.

Algo semelhante ocorre no tratamento doutra personagem: o Rei Dom Dinis. Camões narra, em três oitavas, o que nós hoje aprendemos na escola: o seu reinado foi pacífico e próspero, fundou a Universidade, que depois transferiu para Coimbra, promulgou novas leis, reformou o país «Com edifícios grandes e altos muros» (III, 96-98). Falta qualquer alusão a ter mandado semear o pinhal de Leiria. Pelo contrário, na *Mensagem* é este o facto posto em relevo pelo seu valor simbólico: Dom Dinis surge como «plantador das naus a haver»; encarna outro momento da história secreta de Portugal, é também o instrumento dum vontade transcendente, prepara de longe o Império, ouve, de noite, enquanto escreve um cantar, «o rumor dos pinhais que, como um trigo / De Império, ondulam sem se poder ver».

Sem dúvida, na segunda parte da *Mensagem*, «Mar Português», perpassa um sopro épico, exalta-se o esforço heróico dos portugueses no domínio dos mares, Pessoa dá, por vezes, a réplica a *Os Lusíadas*. «O Mostrengo», do mesmo modo que o Adamastor, opõe à hostilidade bra-

(3) Luis de Camões. Lisboa, 1959, p. 156.



Desenho de João Abel Manta.

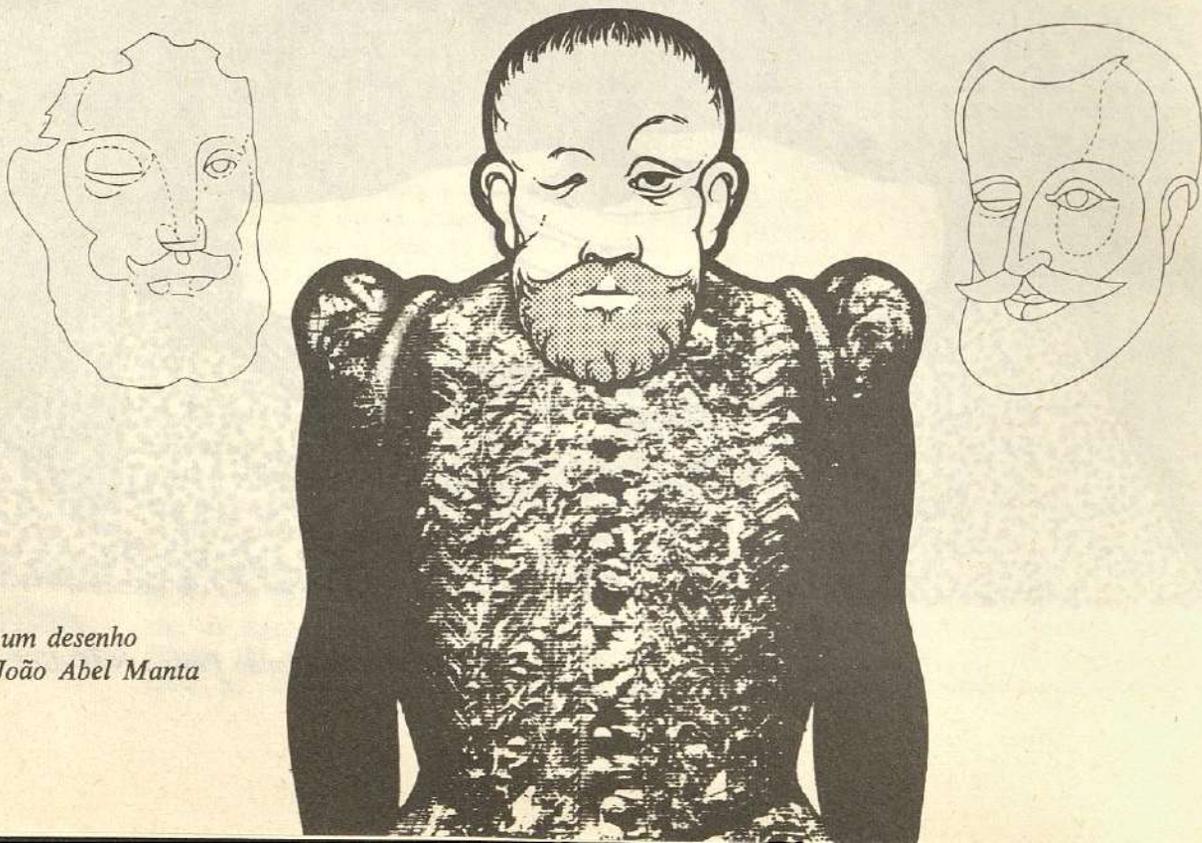


Costa Pinheiro «Fernando Pessoa NÃO-ELE-MESMO»

via da Natureza a energia indômita dos Portugueses: «Sou um povo que quer o mar que é teu» — diz ao Mostrengo o homem do leme. Na *Mensagem* retoma-se, embora em diferente registo, o tópico da vantagem que levam os Portugueses aos navegadores da Antiguidade: «Que o mar com fim será grego ou romano; / O mar sem fim é português». E, como n'Os *Lusíadas*, não se esconde que o reverso da vitória são as lágrimas: a épica integra em claro-escuro a história trágico-marítima: a *Mensagem* é também um livro-síntese: «Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!» Mas a perspectiva mudou. Austero, absorto, Pessoa não canta a expansão terrena, menos ainda a guerra contra os Inféis. Não é católica apostólica romana a sua inspiração. O emprego do singular *Deus*, com maiúscula, imposto pela matéria da obra, não vale mais, como prova de convicção pessoal, que o emprego do plural *deuses* em Ricardo Reis. A atitude típica dos heróis da *Mensagem* é contemplativa e expectante: olham o indefinido, concentram-se na febre de Além que o poeta encarna nos versos admiráveis de «A Noite»: «Com olhos fixos rasos de ânsia / Fitando a proibida azul distância». Depressa esta atitude significa uma ânsia metafísica, a busca duma Índia que não há. A primeira grande missão cometida por Deus a Portugal, desvendar o mundo, chegou ao seu termo: «Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez» — diz Pessoa em «O Infante». Então qual o destino nacional que vem anunciar? Que sentido tem o verso «Senhor, falta cumprir-se Portugal»? A inspiração da *Mensagem*, como foi lembrado, é ocultista, e o Império entrevisto, no futuro uma aventura do espírito, viagem sem fronteiras ou limitações de qualquer espécie, movida pelo amor do diverso e uma

constante inquietação. Quando muito (a fala sibilina deixa supô-lo) um império da língua portuguesa, superior por natureza ao império terreno, «obscuro e carnal anterremedo» que o tempo destriuiu. Na terceira parte do livro, o lema «Pax in excelsis» e a despedida, «Valete, Frates», sugerem um projecto de fraternidade universal entre os homens. Talvez o que se aponta seja, na verdade, a utopia, e por isso o elogio do herói, ao contrário do que sucede n'Os *Lusíadas*, redunda no elogio da «loucura», — essa loucura de sinal positivo sem o qual o homem não passa de «besta sadia», essa loucura que nos salva da «metade de nada» em que viver é morrer.

Em contraste com o realismo d'Os *Lusíadas* (ou do que realista em Camões se pretende), a *Mensagem* reage pela altiva rejeição a um «real» oco, absurdo, intolerável, propondo-nos em seu lugar a única coisa que vale a pena: o imaginário. Quem não soube — ou não quis — entender a *Mensagem* ignorou esta diferença essencial; nem soube captar a ironia imanente no intertexto pessoano (compare-se o optimismo voluntário do poema, incluso na profecia, embora marginada pela dúvida, com o pessimismo total da «Elegia na Sombra», escrita uns seis meses depois da publicação do livro, mais precisamente em 2-VI-1935) (\*). Uma vez mais, o poeta se contradisse, ou disse o que estava latente no não-dito. \*Resta saber até que ponto o imaginário é susceptível de transformar o leitor enquanto homem e «lusíada, coitado», e em que medida o projecto de Pessoa, vate, cantor de mitos, visava além do simples, conquanto nobre e apaixonado, divertimento estético. Porque esta é, em certa perspectiva, a dupla face de Pessoa, tal como tem resultado das comunicações aqui apresentadas. ■



De um desenho  
de João Abel Manta

# PAISAGEM PORTUGUESA COM SANTA APOLÓNIA

NUNO JÚDICE

...já está. Diário de viagem. Maio de 68. Vagas notícias censuradas de manifestações em França, de Gaulle preocupado, Pompidou, gazes, Malraux. Nada que parecesse importante, até porque os livros ainda não tinham começado a chegar. Os 10/18, os idéas, os manifestos, os paradoxos de maio, as paredes falantes. Aqui, Lisboa, a minha cronologia confunde-se. Em 67 tinha sido a manifestação Vietnam, os abaixo-assinados, os presos; começávamos a ler com atenção as listas do S.I.P., mortos na Guiné, Moçambique, soldados, alferes... por acidente. Soldado sapador n.º mec.º... De vez em quando chegava um avião. Nessa Lisboa, mais ambulâncias militares do que civis. Plenário na cantina de Ciências. Das propostas de lutas quase burocráticas, caseiramente reivindicativas, o C.A. — «quando os estudantes franceses ocupam o Arco do Triunfo — vamos nós ocupar São Bento — o Terreiro do Paço» — era o mesmo que propor ocupar a Lua. À saída, o inevitável nível, a ameaçadora tolerância do Poder para com os descontentes herdeiros officiosamente notados desordeiros. As eleições, o «Fepública», as páginas de apontamentos, as quintas-feiras dos suplementos literários, os colóquios no centro, a implacável desconfiança para com todos os volkswagens pretos, as noites mornas entre discussões políticas, a revolução impossível trocada por hipóteses de guerrilhas, atentados, bombas (ainda não havia raptos nessa altura). Greves aulas breves aulas. Exames. O refluxo das férias. Avignon, em agosto. Dormíamos no liceu théodore aubanel. O mistral. O ródano, em arles. As grandes estações adormecidas a meio da tarde. O rodado das paisagens. Uma fábrica ocupada, a seguir a hendaye. Um boneco de palha enforcado de um poste — o patrão. O living expulso na véspera. A polícia na place de l'horloge. A travessia dos cinemas, o túmulo de camus em lourmarin. Os ataques a Jean Vilar. Lapassade versus puaux — vous puez — lapalissade. O regresso. O adiamento à tropa. As cisões, as decisões, as opções. Os julgamentos, as prisões. Mais tarde, os que falaram, os que se calaram. O que se dizia, o que não se fazia. Os que ficavam, os que iam, os que fugiam. Os que se safavam. Os mobilizados e os imobilizados. As provocações desafiavam as

vocações. As manifestações às seis no Rossio.

(a pena apenas incita o rosto visto ou se entreabre imagem o balbuciar da frase

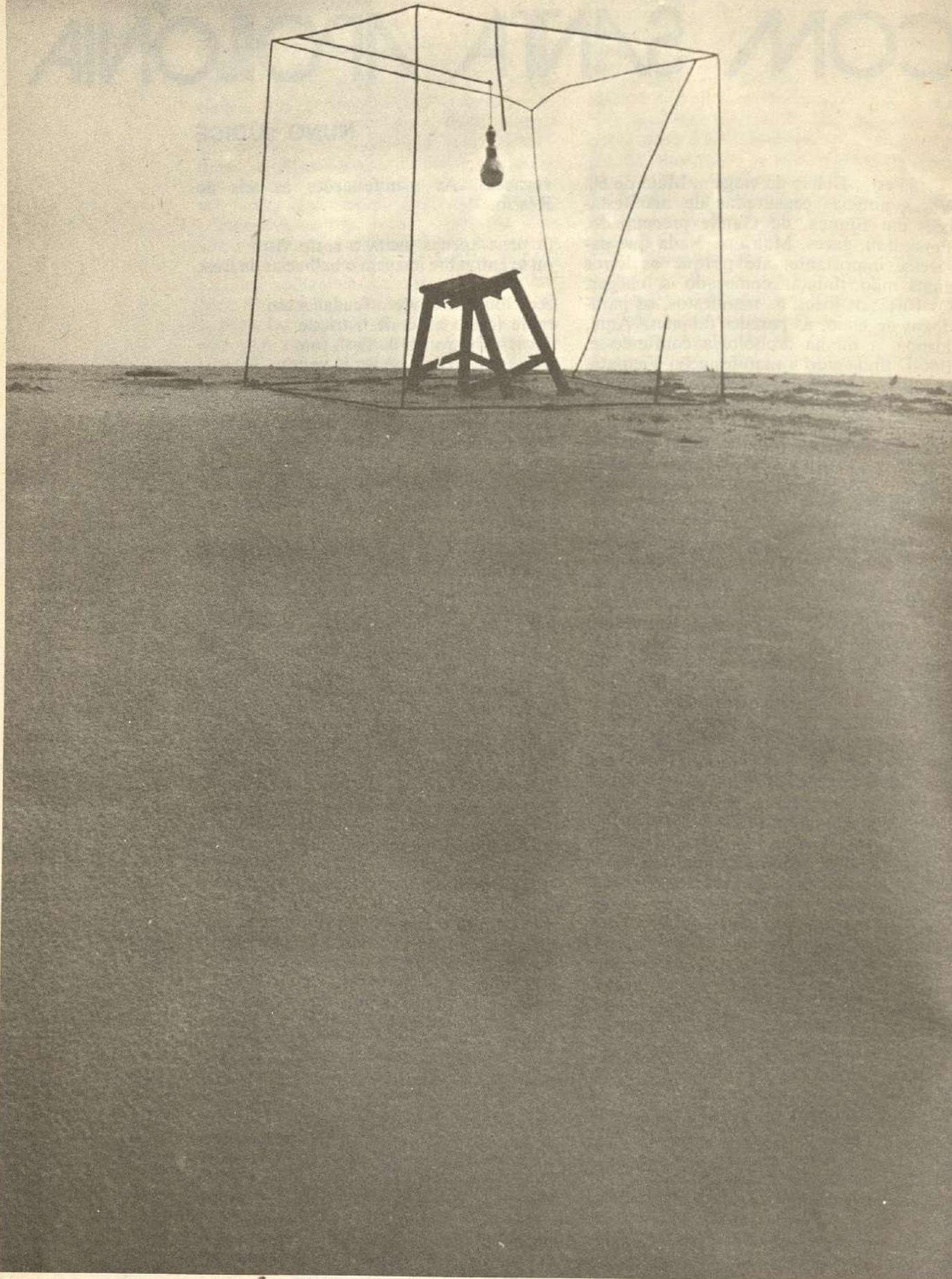
ecce loucura brade o feudal moto triste tecido atrás de ti trieste decassilabo ronco de flash foto o teu retrato azul de luz já veste)...

quando entrei na cidade e me embebedei de água tônica e leite pasteurizado no Kierkegaard-bar onde ainda falei com saint-pol-roux, que voltava de Góngora, a cidade aquática do litoral adriático. Ele entregou-me então preciosos manuscritos dizendo:

— Aqui tem o que é, entre coisas, um Diário da Alienação Ibérica. Ainda não é desta que lhe entrego um documento realmente literário. Mas penso que não seria adequado em momento tão solene...

Portugal, de qualquer maneira, tinha ficado para trás. A Beira. Um grupo de literatos admitia que a conjura era o feminino do esconjuro. Os republicanos históricos propunham a construção de um monumento ao Buiça. Ainda não chegara a altura. Uma ausência de exactidão. Ontem as cabeças batiam nas paredes. Amanhã as paredes não-de bater nas cabeças. Hoje, as cabeças encostadas às paredes. «Fogo!», «Golo!» Não chores por mim, Argentina, afogado na tina. Na batina. Na sabatina. Um e um dois, dois e dois quatro, quatro e quatro quarenta e oito, quatorze dezoito, trinta e seis trinta e nove, quarenta quarenta e cinco, sessenta e um setenta e quatro... A carne é triste, a cabeça fraca e esqueci todas as datas. Chile setenta e três. Os mortos não contam pelos dedos. A terra mistura as falanges, as falanginhas e as falangetas. As legiões, as legiõeszinhas e as legiõeszetas. Quem manda? Mandou. Mandará. Mandarim. O chefe pôs os cotovelos na secretária, acendeu um cigarro e mandou continuar. Domingo de manhã. Os camisas verdes fazem exercício, arejam as mausers. O chefe existe para pensar por nós. Dia da raça. Caraça. Carraça. Reaça. Coça a moessa. Vai prá choça. Tosse na fossa. Consumou-se a tomada de posse na posse da tomada de lisboa aos mouros. Bem prega o que bem emprega.

Todos mal varridos. Doidos varridos!



*Escultura de Michel Gérard*

16 de Março. Roma. Os motores roncam. César  
deitado no tricínio, aguardando Lucrécia,  
come passas e bebe asiático vinho odorífero.  
Chega o sono e ela não vem; a imaginação tece-a  
por detrás de um manto enevoado e soporífero.

De cuja imagem se acompanha o texto.

**Lucrécia:** Ainda ali está! Amor melancólico e triste,  
que à virtude obriga, e ao luto dos sentidos...  
Mas a Primavera aproxima-se! Acaso a sentiste,  
homem pervertido, entre teus prazeres queridos?

não é um trabalho de laboratório. Os operários vêm trazer os slogans

**César:** Céus! É a velha bruxa! Como livrar-me dela  
antes da chegada de Acácio, o belo grego?  
Bom dia, espinho da minha alma, eterna vela  
que ao espelho brilha, aceso mantendo o fogo cego...

discutir com os artistas e estudantes, criticar os cartazes já feitos

**Lucrécia:** Velho senil! Ó candelabro da minha vida,  
chama murcha dos meus ócios e sol sepulcral  
da minha sepultura... Será uma despedida?  
As tuas palavras, tão frouxas que me soam mal!?

assim o estilo de trabalho burguês desapareceu completamente. Mas a estabilidade  
do avanço vai demarcar de novo as correntes

**César:** Puro desvario do velho imperador. Embebedo  
a minha paciência em nuvens forjando teu rosto.  
Tão bem me entertenho que dispensei o aedo,  
e tonto me sinto de tão espiritual mosto.

considerar que um dos principais inimigos da revolução é a burocracia e o empastelamento  
da Administração Pública, considerar que não há problemas pessoais

**Lucrécia:** Tanta ternura fingida já me cheira a esturro.  
Alguém esperas? Rei de Cartago? Da Mesopotâmia?  
Egípcio faraó? Ou simples servo a cavalo em burro?  
Tudo espero deste homem, e o menos a infâmia...

um país centralizado estabelece sempre uma decomposição piramidal dos problemas

**César:** Passam as horas no quadrante, a areia na clepsidra...  
É Acácio já vem, sinto-lhe os passos, ouço-o respirar...  
O meu coração palpita! Mas livrar-me desta hidra,  
ficar só, ter sossego, pô-la daqui a andar?...

Quem decide? Ninguém, dizem eles!

**Lucrécia:** Sinto uma pergunta no ar!

**César:** Isso é mesmo teu!  
Recolhe aos teus aposentos, põe o luto.  
Telegrafa para o Oriente, chama o Pompeu.  
A morte aproxima-se: está ali meu filho Bruto.

E agora, se vocês quiserem, teremos Revolução; se não quiserem temos apenas um  
golpe de Estado.

A res publica significa, ou devia significar: a conveniência pública.

(Parêntesis: a literatura está morta mas algo continua a mexer-se na sua barriga.) ■

# AS OPÇÕES

ANTÓNIO VITORINO



## A CRISE DO PSD

1. A recente crise verificada no seio do PSD, provocada pelas intervenções públicas do Dr. Sá Carneiro em clara oposição à linha política do Partido adoptada no Congresso do Porto, bem como o discurso do general Ramalho Eanes na Assembleia da República por ocasião da Comemoração do quarto aniversário do 25 de Abril, recolocam na ordem do dia, e em novos moldes, a questão do papel do Presidente da República no sistema constitucional português.

O problema é complexo, tanto mais que ele funciona, por via de regra, como capa de duas outras questões, bem mais relevantes em termos políticos globais: por um lado trata-se da definição da estratégia que melhores garantias dê às forças de direita de, no curto prazo, neutralizarem o sistema constitucional vigente, e assim acelerarem o ritmo da recuperação capitalista e da recomposição das bases fundamentais do poder político da burguesia em Portugal; por outro lado trata-se, para essa mesma direita, de definir os moldes precisos da futura estrutura institucional portuguesa, e consequentemente, o figurino do exercício do poder político nos próximos anos.

É pois certo que estes elementos marcantes da situação política actual apresentam vários e significativos sintomas de uma profunda recomposição social e partidária em curso no campo da direita portuguesa, recomposição essa que decerto também afectará o próprio Partido Socialista e mesmo, de forma mediata, a esquerda em geral.

2. Os conflitos estratégicos que têm vindo a separar (e por outro lado a aproximar) forças políticas e/ou grupos de pressão assumem especial relevo no seio do PSD onde se defrontam com particular acuidade, num partido sem tradição histórica nem identidade político-ideológica, dois expoentes distintos da recuperação capitalista: por um lado elementos participantes do projecto da direita europeizante, a direita dos «pequenos passos», para quem a recomposição do seu poder político e económico não pode correr os riscos de novo processo de agitação social e de exacerbada luta política (como sucedeu logo após 25 de Abril de 1974), em suma, a direita do «marcelismo ideal» (como apropriadamente lhe chama Augusto Abelaira n' O Jornal de 28 de Abril); por

outro lado a direita do sangue na guelra, dos pequenos e médios comerciantes e industriais reaccionários, dos intermediários especuladores, para quem, depois dos traumas do (por eles) chamado «gonçavismo», chegámos ao tempo do «ou tudo ou nada». É a direita do nacionalismo obsoleto, do golpismo kaulzista, do populismo sá-carneirista, em suma, é a direita que mobiliza a base social de apoio do fascismo.

Mas as divergências não são apenas táticas; são-no sobretudo de ordem estratégica, e não apenas internas ao PSD, mas generalizáveis à direita no seu conjunto: dada a marca de subdesenvolvimento que caracterizou o sistema capitalista português durante 50 anos de fascismo, dadas as profundas transformações operadas na sequência do 25 de Abril pela força do movimento popular, o que está pois essencialmente em questão é saber: a) que fórmula institucional vai constituir o suporte político-constitucional da redefinição do modelo de acumulação capitalista interna; b) que interesses económico-sociais, em termos de estratos de classe da burguesia, serão predominantemente atendidos, mesmo em prejuízo dos interesses de outros sectores teoricamente componentes do bloco dominante; c) a que lugar pode Portugal aspirar a curto prazo no mercado internacional.

3. No essencial, no quadro destas grandes questões, pelas suas expressões táticas de momento, definem-se duas grandes estratégias distintas:

— uma, defensora de um Estado forte e profundamente autoritário, proteccionista e «nacionalista», hegemonizada pela convergência dos sectores da pequena propriedade rural, dos pequenos e médios interesses comerciais (virados essencialmente para a exploração do mercado interno) e industriais (cuja fraca composição orgânica do capital e incapacidade técnica de gestão e investimento projectam para posições de apoio a uma política isolacionista, quase autárquica, assente em novas fórmulas de condicionamento e em novas barreiras alfandegárias, claramente incompatíveis com uma perspectiva de integração europeia); esta estratégia, aliás, determinará, como «evolução natural dos seus pressupostos de base», a instauração de um regime de cariz ditatorial, assente em grande parte no aparelho militar;

# DA DIREITA PORTUGUESA



*De um mural de Tell Bassila, Síria*



2 — outra que é assumida pelos principais representantes do grande capital financeiro português que, apesar de profundamente abalado pelo processo das nacionalizações posterior ao 11 de Março, recupera hoje a sua margem de manobra, quer através de empreendimentos que sempre manteve no estrangeiro, quer devido ao apoio e às ligações preferenciais que detém com importantes grupos financeiros internacionais, quer ainda devido à recente política de desintervensões e de indemnizações. Este sector social, sedento de desforço mas consciente das fases e das gradações do processo de reafirmação da sua função social enquanto que fracção hegemónica no seio da classe dominante, aposta simultaneamente na integração europeia compassada e numa evolução política sem roturas bruscas, conquanto tal evolução implique o reforço do pendor autoritário do Estado e o cerceamento das liberdades políticas e sindicais dos portugueses que se encontram constitucionalmente consignadas.

### A PERSPECTIVA DO PRESIDENCIALISMO

Nesta estratégia delineada em segundo lugar confluem, por razões e em defesa de interesses (políticos) diversos, duas tensões de relevo, duas correntes políticas distintas entre si: por um lado aqueles sectores que apostam na manutenção de um regime democrático, de base parlamentar, em que cabe aos partidos políticos o papel decisivo e determinante na definição da composição do poder político, através do sufrágio universal; por outro lado aqueles que defendem um projecto que aponta para a subvalorização do papel dos partidos políticos e para o reforço do pendor presidencialista na composição do poder, mantendo um fachada parlamentar, que contudo não poderá deixar de se traduzir na imposição de um regime autoritário, marcado por fórmulas sofisticadas de repressão selectiva, sobretudo ao nível ideológico e cultural.

4. As implicações de cada uma destas opções devem, contudo, ser levadas um pouco mais longe. As tensões entre presidencialismo e parlamentarismo (designamos assim as referidas correntes por facilidade de exposição apenas) não são de recente data nos países da Europa do Sul. Com efeito numa região profundamente abalada pela crise económica do capitalismo, onde, de uma forma geral, a estabilidade política dos regimes democráticos é bastante ténue (como o atesta a crescente onda de terrorismo urbano e de violência), onde ainda a instabilidade social inspira em sectores conservadores e reaccionários propensões para golpes militares, nesta região, as insuficiências de mediação política que apresentam a generalidade das forças organizadas (não apenas de direita mas também de esquerda) colocam no centro das preocupações o peso do pendor presidencialista (e do carácter autoritário que lhe é correlativo) bem como o elemento

«inovador» introduzido pela intervenção política cada vez mais determinante das Forças Armadas.

Num país como Portugal, onde o peso da instituição militar continua a ser extremamente relevante, um regime presidencialista tem forçosamente que assentar no compromisso das Forças Armadas com o exercício do poder político, muito significativamente traduzido, já no presente momento, pelo exercício simultâneo pela mesma pessoa do lugar máximo da hierarquia do Estado (a Presidência da República) e das Forças Armadas (a chefia do Estado Maior General das Forças Armadas).

Por isso, a perspectiva do presidencialismo, face à situação actual, não pode deixar de implicar uma profunda alteração da repartição de poderes consignada na Constituição de 1976, que consagra um regime semi-presidencialista onde cabe um relevante papel ao Parlamento (e consequentemente aos partidos políticos) como o revela a reserva de competência legislativa constante do art. 167.º. Essa alteração que aponta no sentido da neutralização do papel da AR poderá revestir quer a forma da simbiose do cargo de Chefe do Estado com o de chefe do Executivo, quer a forma da direcção directa da política governamental pelo PR, subsistindo um primeiro-ministro esvaziado de poderes. Em qualquer dos casos a evolução futura da proposta presidencialista implica que os sectores seus apoiantes promovam desde já o candidato à Presidência para 1981 (o qual poderá já vir a ser eleito por 7 anos, no caso de a CRP vir a ser revista nesse sentido), candidato esse que terá forçosamente que contar com o apoio da instituição militar (leia-se hierarquia militar), o que pressupõe naturalmente tratar-se de um militar, e por outro lado implica que, a robustecer-se a perspectiva de uma solução presidencialista, o que virá a ser posto em causa não é apenas a repartição de poderes entre os diversos órgãos de soberania mas sim a democraticidade do próprio regime e o reforço da tendência autoritária que ameaça já hoje as liberdades democráticas e as conquistas populares do 25 de Abril.

Nós não negamos que o presidencialismo tenha de factos raízes bastante significativas em Portugal, raízes que desde há muito tempo assentam num misto de sebastianismo populista e de pendor da tradição histórica (e da memória colectiva que engendra) da própria estrutura institucional do aparelho de Estado português.

Contudo a extrapolação mecanicista, quer de modelos estrangeiros inadequados à realidade portuguesa (sejam eles a tomada do palácio de Inverno ou o «gaullismo» mediterrânico) constitui, em nosso entender, essencialmente sintoma de uma certa incapacidade desses sectores sociais em repensarem a sua actuação em moldes novos e diferentes daqueles que o sistema

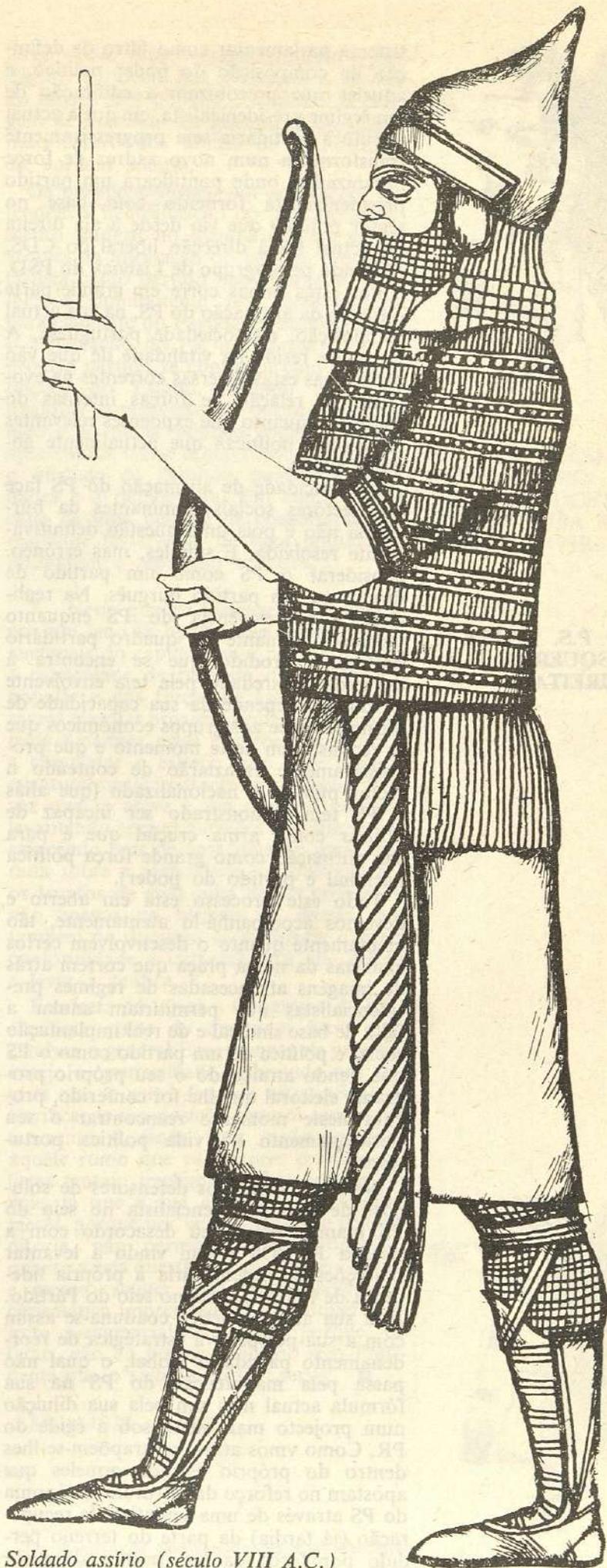
político de exercício do poder pela burguesia revestiu em épocas passadas ou em latitudes diferentes, perante conjunturas distintas.

5. No quadro de degladiar destas tensões entre presidencialismo e parlamentarismo, torna-se bastante relevante não apenas a reconversão do CDS, participando no governo com o PS, mas também a já referida agudização dos conflitos no seio do PSD, cuja ala Sá Carneiro atrai cada vez mais as bases reaccionárias do CDS, enquanto a chamada «tendência urbana» se polariza progressivamente em torno de teses essencialmente defendidas pelos importantes sectores presidencialistas internos ao PS.

Na realidade, a questão da evolução do PS não é de somenos importância nesta conjuntura. O confronto entre estas diversas alternativas políticas de fundo divide profundamente o Partido Socialista, na medida em que, tendo o PS assumido no Verão de 75 o principal papel de mobilizador dos sectores sociais que contestavam o rumo do processo político então em curso, tal facto permitiu a proliferação no seu seio de tendências e correntes cujo factor de aglutinação residia apenas num conjunto bastante limitado de «slogans» que progressivamente foram perdendo qualquer cariz afirmativo e se tornaram, na sua essência, uma amálgama confusa e desmobilizadora, subordinada ao objectivo fundamental da manutenção do poder pelo poder, qualquer que fosse o preço a pagar.

Neste momento, o PS sente-se, ele próprio, extremamente afectado pela recomposição das forças e direita, sobretudo porque, tendo falhado redondamente na definição de uma política governamental afirmativa, numa altura em que o rescaldo do 25 de Novembro e a tomada de posse do 1.º governo constitucional «sem alianças nem à esquerda nem à direita» lhe conferiam, à partida, um crédito de esperanças e boas vontades que vieram a ser frustradas, o PS mostrou-se incapaz de afirmar uma política própria na sociedade portuguesa, conduzindo pelo contrário a sua prática de acção no sentido do aprofundamento das alianças e dos compromissos com a direita e das suas dependências face ao imperialismo.

Por isso no seio do PS, entre várias correntes mais ou menos personalizadas defrontam-se duas grandes tendências cujas opções estratégicas conduzem a prazo a uma inevitável rotura da textura partidária, na medida em que as suas propostas globais se excluem mutuamente. A questão consiste pois em saber por quanto tempo será possível manter agregados na mesma estrutura partidária os defensores de uma estratégia que passa pela afirmação do PS enquanto partido hegemónico no quadro partidário, assente na predominância do



Soldado assírio (século VIII A.C.)



## O P.S. ENTRE A ESQUERDA E A DIREITA

sistema parlamentar como filtro de definição da composição do poder político, e aqueles que preconizam a edificação de um regime presidencialista, em que a actual estrutura partidária seja progressivamente transformada num novo xadrez de força organizadas, onde pontificará um partido presidencialista formado com base no sector político que vai desde a ala direita do actual PS à direcção liberal do CDS, passando pelo «grupo de Lisboa» do PSD.

Por estas linhas corre em grande parte o futuro da afirmação do PS, na sua actual composição, na sociedade portuguesa. A incógnita reside na vitalidade de que vão dar provas estas diversas correntes na evolução da relação de forças internas do Partido enquanto que expoentes relevantes da «classe política» que actualmente governa o país.

A capacidade de afirmação do PS face aos sectores sociais dominantes da burguesia não é pois uma questão definitivamente resolvida. É simples, mas erróneo, considerar o PS como um partido de direita ou um partido burguês. Na realidade a sobrevivência do PS enquanto partido dominante no quadro partidário português, erodido que se encontra à esquerda e enredado pela teia envolvente da direita, depende da sua capacidade de afirmação face aos grupos económicos que se reconstróem neste momento e que progressivamente esvaziarão de conteúdo o sector público e nacionalizado (que aliás o PS tem demonstrado ser incapaz de utilizar como arma crucial que é para sua afirmação como grande força política nacional e partido do poder).

Todo este processo está em aberto e devemos acompanhá-lo atentamente, tão atentamente quanto o desenvolvem certos analistas da nossa praça que correm atrás de imagens afrancesadas de regimes presidencialistas que permitiriam anular a falta de base sindical e de real implantação social e política de um partido como o PS que, tendo atraído o seu próprio programa eleitoral que lhe foi conferido, procura neste momento reencontrar o seu posicionamento na vida política portuguesa.

Neste momento, os defensores de soluções de tipo presidencialista no seio do PS manifestam o seu desacordo com a aliança PS/CDS e têm vindo a levantar objecções de ordem vária à própria liderança de Mário Soares no seio do Partido. Esta sua atitude táctica coaduna-se assim com a sua perspectiva estratégica de reordenamento partidário global, o qual não passa pela manutenção do PS na sua fórmula actual mas sim pela sua diluição num projecto mais vasto sob a égide do PR. Como vimos atrás, contrapõem-se-lhes dentro do próprio Partido aqueles que apostam no reforço da estrutura autónoma do PS através de uma tentativa de recuperação (já tardia) da parte do terreno perdido por força da sua prática direitista

e da sua acção divisionista (sobretudo no terreno sindical) no quadro de um regime parlamentarista de tipo ocidental.

6. A questão central para esta última corrente (dentro e fora do PS) consiste em saber qual a viabilidade de manter em Portugal um regime de tipo parlamentar, logo fora dos quadros do presidencialismo, na actual situação política marcada pelo avanço das forças de direita e dos sectores golpistas (civis e militares), numa crise económica profunda que se traduz no afrontamento de dois grandes blocos políticos e sociais distintos.

Com efeito, a crise económica determina ao nível do poder político a prossecução de uma estratégia de «austeridade» que na realidade se traduz na degradação das condições de vida da massa trabalhadora e paralelamente, à medida que se vão oferecendo condições especiais para a recomposição dos grandes grupos económico-financeiros (comerciais, industriais e agrários), traduz-se ainda no progressivo estrangulamento das pequenas e médias unidades de produção (sobretudo industriais) cuja estrutura própria e composição atomizada se mostra incompatível com as difíceis condições de concorrência e com a integração europeia.

Ora a este nível, o da redefinição do modelo de acumulação capitalista interna, parece que os sectores defensores de um regime de tipo parlamentar apresentam cada vez mais uma crescente subserviência face aos grandes centros do capitalismo internacional, nomeadamente o FMI e por conseguinte a RFA e os EUA, visando fazer assentar a recuperação económica por um lado na reconstrução de grandes grupos capitalistas em detrimento do peso e do papel do sector público e nacionalizado, e por outro lado na completa abertura ao investimento estrangeiro em condições altamente vantajosas para a iniciativa privada dos países capitalistas ocidentais.

Que modelo económico alternativo apresentam os sectores presidencialistas? Nenhum que neste momento revista uma compleição consequente. De facto nós sabemos que a completa dependência de Portugal face às condições impostas pelo FMI deve-se em grande parte à imposição dos EUA e RFA em apenas concederem o «grande empréstimo» no caso de o Fundo dar o seu aval à política económica do governo, situação que foi passivamente aceite pelo governo português, que imediatamente afastou a hipótese de recorrer a outro tipo de auxílios estrangeiros (Banco Mundial, Banco Europeu de Investimentos) que não se subordinariam à estratégia do FMI de obtenção do «equilíbrio» financeiro à custa do sacrifício do desenvolvimento interno que assim fica espartilhado pelas medidas de recessão impostas (3% de crescimento interno).

Ora, tendo o governo (e o PS) responsabilidades pesadíssimas em ter permitido que se chegasse a esta situação, de forma que a própria «integração europeia» fica cada vez mais distante em função das dificuldades de crescimento interno, o que é verdade é que qualquer política de recuperação capitalista em Portugal teria que tomar estas medidas, fosse essa política prosseguida por defensores de um regime de tipo parlamentar, fosse ela prosseguida por estrênuos defensores do presidencialismo.

Em termos de estratégia económica, o idealismo desenvolvimentista e de integração europeia acelerada dos sectores presidencialistas, aliado a um pseudo-independentismo nas relações económicas externas, constitui perspectiva claramente inadequada face à situação de crise que o país atravessa.

Mas se por isso os presidencialistas não podem neste momento impor com suficiente consistência as suas propostas económicas (cujo denominador comum com a política económica do actual governo é o da recuperação capitalista através da reconstrução dos grupos económico-financeiros), então quais as diferenças essenciais entre parlamentaristas e presidencialistas face à situação política actual?

Pois bem, para além das diferenças já atrás apontadas no tocante à fórmula institucional de exercício do poder político, a diferença fundamental reside na forma de encarar o processo de afirmação da hegemonia da grande burguesia industrial e financeira não apenas no quadro do bloco no poder (face à pequena e média propriedade rural, face aos pequenos e médios comerciantes e industriais) mas sobretudo em relação aos sectores sociais intermédios (pequena burguesia clássica e nova pequena burguesia) bem como face aos sectores de mais arraigada tradição histórica anti-capitalista: a classe operária e o proletariado rural.

Por outros termos: a diferença reside essencialmente nas distintas fórmulas que preconizam cada sector para «manutenção da ordem social», para condução de uma política de «concertação social» que garanta a estabilidade do regime nos próximos anos que serão marcados pela reconstrução sistemática do poder da burguesia.

Os parlamentaristas defendem o modelo clássico das democracias formais da Europa Ocidental: manutenção no poder de um partido social-democrata num período de crise económica e de perigo de instabilidade social (neste caso o PS), com ou sem alianças à direita (com a Democracia Cristã, sobretudo) que garanta as vias de diálogo com o movimento sindical (essencialmente a CGTP/IN) e o PC (a força mais importante à esquerda) e que, por força da sua implantação social, dinamize o processo de cisão sindical, criando, com

largo apoio internacional, centrais e sindicatos paralelos que garantam a divisão do movimento popular e facilitem a margem de manobra do governo e do patronato dentro dos limites da manutenção da «ordem social».

Os presidencialistas, por seu turno, defendem a neutralização do peso do movimento sindical no quadro político global através da afirmação do partido presidencialista como partido hegemónico e interlocutor onnipotente dos sindicatos (e paralelamente do Partido Comunista) com o beneplácito do PR por forma a que o próprio partido se confunda com as instituições do Estado, fazendo com que qualquer contestação ao partido hegemónico e ao poder político constituído seja apresentada como acção subversiva contra o «Estado de Direito», contra as liberdades e a democracia. Em suma, sob a capa de uma política de concertação, na realidade tratar-se-ia de uma política de ultimatum e repressão selectiva.

7. Neste quadro torna-se determinante por um lado as opções das centrais internacionais do capitalismo e por outro lado a capacidade de resposta do movimento popular e das forças de esquerda. Esperamos abordar proximamente numa análise mais dinâmica estas questões, por forma a completar o esboço aqui hoje traçado e naturalmente bastante incompleto, uma vez que se ateve a um carácter estático, levantando apenas questões em alternativa, carecendo pois de uma reflexão mais apurada sobre a viabilidade, os obstáculos e os trunfos de cada uma destas propostas, não apenas no terreno da direita mas também no domínio da estratégia que em conformidade a esquerda terá que definir e levar à prática.

E entretanto talvez o Congresso do PSD clarifique parte do que aqui ficou dito. E talvez o general Eanes tenha, ele próprio, ensejo e oportunidade (sobretudo nas viagens que se prevê faça ao estrangeiro) de clarificar a sua posição pessoal (que neste momento é ainda uma incógnita) face àquele rumo que os sectores presidencialistas tentam imprimir à vida política do país, já que a sua actuação nos últimos meses, porque por vezes ambígua e contraditória, não permitiu ainda definir-lhe, quanto a esta questão, uma «imagem-tipo», e mesmo sequer uma marca pessoal e carismática imprescindível a qualquer projecto presidencialista. E isto porque, de facto, não há presidencialismo sem Presidente que o saiba (e possa) servir. ■

Maio 1978.

(\*) Membro do Secretariado Nacional Executivo de UEDS.

2  
▼

**NÃO HÁ PRESIDENCIALISMO SEM PRESIDENTE QUE O SAIBA E POSSA SERVIR**



# estrutura sindical

Vão estar em debate, a breve prazo, dois diplomas particularmente importantes na Assembleia da República — a lei sindical e, de novo, a lei das Comissões de Trabalhadores.

Um como o outro destinam-se a regulamentar preceitos constitucionais que vieram consagrar o que eram já, na prática, direitos conquistados pelos trabalhadores, estruturas de defesa da classe por ela directamente construídas, directamente elaboradas, directamente, até, organizadas, dentro de normas internas ao movimento operário, assentes sobre conceitos novos, sobre novos valores.

Um como o outro, destinando-se a regulamentar direitos que, na Constituição, reflectem um novo poder, têm, nas formas em que são apresentadas pelos partidos ligados à burguesia, um carácter limitativo desses direitos, um propósito deliberado de, ao regulamentá-los, virem a reduzi-los e esvaziá-los de conteúdo real.

Vale a pena chamar a atenção para os debates que vão ter lugar, para o seu significado político, para a importância das decisões que a Assembleia virá a tomar sobre eles.

Mas vale a pena também ir mais longe, e ver o que significam no quadro do Movimento Operário Português. Como se articulam as figuras jurídicas a que se referem com as estruturas organizativas dos trabalhadores. Como podem as leis que vierem a ser aprovadas pôr em perigo, para além dos direitos adquiridos, a simples acção reivindicativa ao nível da empresa, e como é possível, no contexto actual, que não suscitem já um debate apaixonado sobre os direitos sindicais, debate que não deixaria de ter lugar, hoje mesmo, em países capitalistas como a Itália ou a França.

A realidade é que, em Portugal, a vida sindical, a acção sindical passa-se mais ao nível das superestruturas — Direcções Sindicais, Comissões de Delegados, Grupos de trabalho —, ao nível das lutas globais, nas Assembleias Gerais, hoje ainda amplamente participadas, do que no dia a dia da acção sindical na empresa. Mesmo as Comissões de Delegados, mesmo as Comissões Sindicais e Intersindicais funcionam como estruturas-existent nas empresas, mas passam muitas vezes ao largo da acção sindical directa.

Tudo isto é resultado natural das estruturas sindicais, quase diríamos construídas com vista ao permanente estrangulamento dessa acção que herdámos do fascismo (e até antes da própria natureza

das antigas estruturas sindicais), e que introduziram hábitos e tradições na acção sindical **exterior** à empresa; hábitos e tradições que só lentamente poderão transformar-se.

Os sindicatos corporativos, dividindo os trabalhadores por profissões — e até por categorias —, tornavam praticamente inexecutável e, além do mais inoperante, o papel dos delegados sindicais. A acção sindical passava então por assim dizer, sobre eles projectando-se directamente nas Assembleias Gerais. Daí a importância que estas assumiram na vida sindical, daí a importância que assumem ainda hoje como órgãos privilegiados de expressão fora do aparelho burocrático dos sindicatos, instrumento também ainda hoje para a acção sindical directa. Foram assim de início as carências estruturais do Movimento Sindical que abriram o caminho às novas organizações de base — as comissões de trabalhadores — cujo objectivo primeiro foi o de se instituírem como estruturas representativas ao nível das empresas, suprindo deste modo a inexistência das secções sindicais, células activas do movimento sindical noutros países da Europa.

Os trabalhadores portugueses foram porém mais longe de que uma mera busca de representatividade colectiva na empresa e construíram na prática um edifício cujo alcance é extremamente profundo e carece portanto de aprofundado estudo.

Estudo que não cabe no âmbito estreito deste artigo, naturalmente, mas para cuja importância e necessidade chamamos a atenção.

Voltemos, portanto, ao nosso propósito de ver como, no Portugal de 1978, a acção sindical pode ser ainda condicionada pela própria natureza da estrutura sindical que herdámos, e que urge transformar.

Vimos já como a luta de empresa deixou de ter lugar exclusivamente no campo sindical e passou a ser em grande parte do âmbito de outras estruturas. Característica particular do Movimento Operário português, resultado de uma situação de facto, não deixa por isso de ser hoje, também, uma nova situação de facto, contemplada pela lei fundamental do País, que vem, ela, agora, condicionar o próprio desenvolvimento de toda a nova actuação sindical, condicionar a própria modificação das estruturas sindicais — modificação que se impõe, mas que terá de processar-se com precaução e realismo.

A alteração das estruturas sindicais poderia ter sido feita — deveria ter sido, pelo menos tentada — logo após o 25 de Abril.

**EM PORTUGAL  
A ACÇÃO SINDI-  
CAL PASSA-SE  
MAIS AO NÍVEL  
DAS SUPERESTRU-  
TURAS**

# I, acção sindical

FERNANDA LOPES CARDOSO (\*)



Os «sans-culottes», gravura da revolução francesa

As forças de direita não estavam organizadas, não dispunham de poder que lhes confere hoje a permanente complacência quando não o franco apoio do poder. Hoje assistimos já, em certas organizações sindicais no campo dos serviços, a uma actividade sindical intensa das forças reaccionárias que aproveitam a real ineficácia das estruturas, não no sentido de as tornarem melhores e mais operantes, mas no sentido de **criarem outras**, que serão assim pontas de lança para Centrais paralelas, para o enfraquecimento global do Movimento Operário, para a construção de estruturas novas, governadas, mais ou menos directamente, pelos representantes do patronato.

Cometeu-se porém o erro — erro de que hoje estamos a sofrer as consequências — de manter e, até, em certos casos, criar estruturas horizontais anacrónicas, apenas por razões táticas de controlo político dos aparelhos sindicais.

Cometeu-se o erro de agir brutalmente nas Assembleias-Gerais, dominando-as por meio de «golpes» mais ou menos claros, mais ou menos controlados, erro também pesado de consequências graves, que se traduzem na campanha orquestrada contra as Assembleias Gerais, que a direita conduz com algum êxito, perante a sua incapacidade de as dominar ou, mesmo, de se fazer ouvir.

Que fazer, pois?

Repensar toda a acção sindical e dela erradicar, de vez, o sectarismo e a técnica do golpe fácil.

Recomeçar o trabalho na empresa, tendo, no entanto, em vista os seus actuais limites, e não colidindo com as organizações de base.

Reestruturar os sindicatos, não com vista ao controlo partidário das estruturas mas em ordem a uma real capacidade de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores de cada sector.

Em suma, apresentar uma resposta válida dentro da Central Sindical, ao grave problema da inoperância de muitas estruturas de hoje, permitindo, de facto, a participação de todos os trabalhadores na vida sindical.

Poderemos assim, no plano sindical, opor uma barreira ao avanço da direita, tornar infrutíferas as suas tentativas de divisão.

Poderemos fazê-lo. Pensando **todos**, agindo **todos**, respeitando cada um o que cada um pensa, para se poder chegar a uma plataforma de acção que todos aceitem e respeitem.

No plano sindical, como no plano político, a unidade não implica identidade de projectos. Ao contrário.

A unidade sindical implica o concerto, entre os que se reclamam de projectos diferentes, para uma acção comum. ■

(\*) Membro do Secretariado Nacional Executivo do UEDS.

# ACERCA DAS BASES DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

ABÍLIO TEIXEIRA MENDES (\*)

«A sua peça tem cenas verdadeiramente shakespearianas — as que lá não estão.

RAUL BRANDÃO in *O doido e a Morte*.

Poucos assuntos suscitam maior controvérsia e, no entanto, poucos actos governativos têm sido tão pouco comentados como o chamado Serviço Nacional de Saúde, o qual será serviço, não é nacional, e veremos se é de saúde.

As declarações do Ministro e Secretário de Estado, anteriores à divulgação do documento, constituíram uma das mais inteligentes manobras políticas de que me tenho dado fé, já que impediram uma análise concreta dum documento concreto, mas colocaram a questão na velha dialéctica medicina liberal / medicina socializada, que tem embrulhado as discussões sobre o assunto, desde a década de 40,

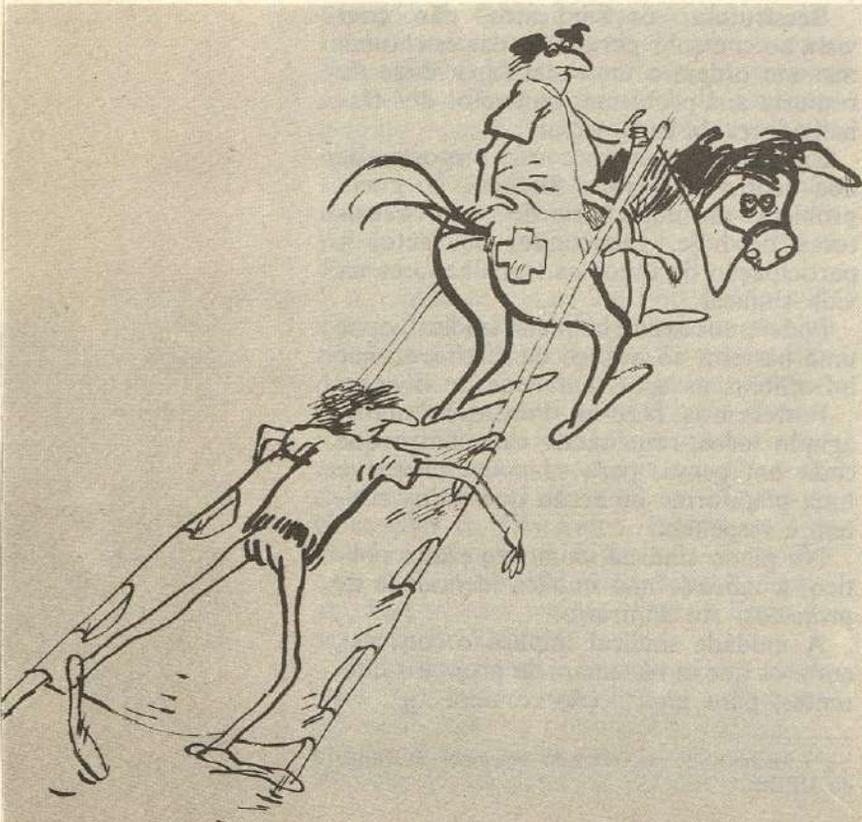
permitindo aos sucessivos governos publicarem as leis que lhes convêm sem uma clara intervenção das forças sociais directamente interessadas.

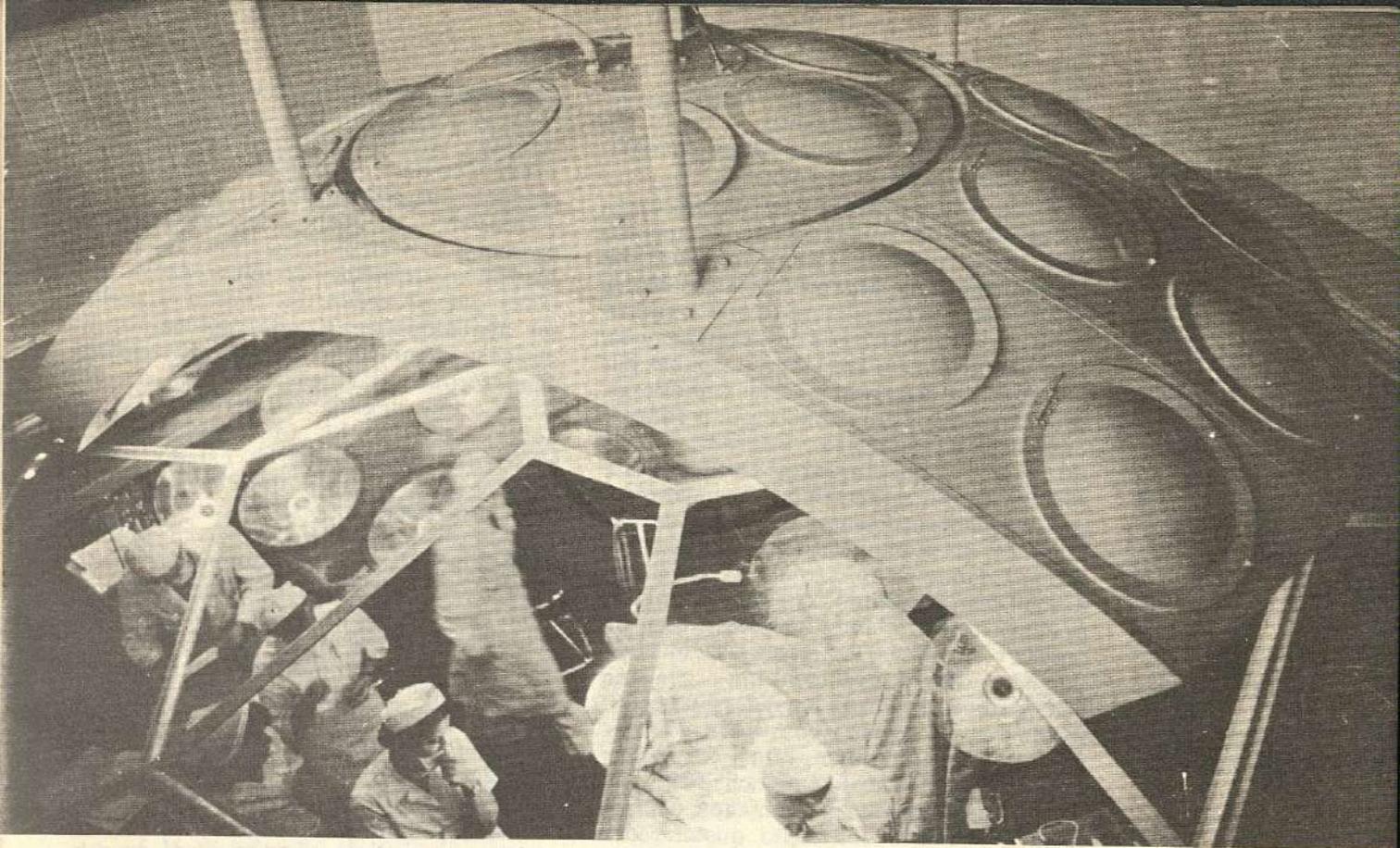
Na verdade, ainda antes de se saber qual o conteúdo do projecto, já se falava em lutar contra as «escandalosas acumulações» e contra os «latifundiários da Medicina», como se a implementação dum SNS apenas dependesse da boa ou má vontade dum grupo restrito de médicos que retiram os seus proventos da espantosa desorganização dos serviços de saúde actualmente existentes. Obviamente, os sectores mais conservadores da classe aproveitaram gulosamente a deixa, já que isso lhes permitia — arvorando-se em defensores duma classe contestada — fazer esquecer a atitude ambígua assumida durante o problema dos policlínicos.

Assim, enquanto os médicos eram, mais uma vez, empurrados no sentido da hegeminação da classe pelos «instalados», o público ia sendo levado a aceitar que o dilema era ter um SNS qualquer ou não ter nenhum. Assinale-se, contudo, que os defensores intransigentes da medicina livre já recuaram as suas posições até à medicina convencionada, cientes de que a população já não tem possibilidades de pagar as custas do processo sem o apoio do erário público.

(Teria um certo interesse perguntar a quem defende que a medicina convencionada tem qualidade maior do que a estatizada por que razão, na prática diária, os casos mais delicados são remetidos para os hospitais, mas isso não cabe neste artigo).

Colocado o MAS na posição de campeão dos utentes e a chamada Ordem dos Médicos na posição de defensor da classe — ambas posições falsas — estavam criadas as condições objectivas para que o projecto passasse sem grande discussão. Os cidadãos, ao invés do que lhes foi sugerido no preâmbulo, não acorreram a discutir o documento «nos campos e nas escolas, nas fábricas e nos hospitais». As posições apriorísticas nublaram a vivacidade da discussão que se impunha e, por





outro lado, os distritos-piloto, maioritariamente situados no chamado «país real» (a propósito, este conceito é do integralista Maurras, — não esquecer!), tornam mais patente a desmobilizadora ideia de que algo vai mudar para que tudo fique na mesma.

Para que isso não suceda, várias questões têm de ser resolvidas:

a. demonstrar ao MAS que, muito embora não hostilizando o projecto, dados os seus aspectos positivos, estamos conscientes das implicações desastrosas que podem ter grande parte das bases, chamando a atenção para o estreitamento cada vez maior da margem de manobra daquele ministério se prosseguir na ambiguidade política patente no documento;

b. demonstrar aos médicos que a medicina liberal ou a medicina convencional irá desembocar no esquema «médico lobo do médico», garantindo a hegemonia de minorias — não necessariamente as mais competentes —, dificultando o estabelecimento de carreiras, postergando as garantias sociais a que o médico, como qualquer trabalhador, tem direito;

c. alertar os utentes para o grave inconveniente que representa a sua quase não participação na gestão e controle da aplicação dos planos de saúde;

d. «last but not least», chamar, de novo, a atenção para o facto de saúde não ser igual a medicina, coisa que todos afirmam mas, ao fim e ao cabo, todos parecem esquecer.

Cada um destes aspectos exigiria desenvolvimento aprofundado e, de preferência

colectivo, pelo que resolvi optar, neste artigo, por uma análise do documento em discussão, deixando para mais tarde as considerações que dele decorrem.

Pode o documento ser dividido em três partes razoavelmente demarcadas:

1. Uma nota preambular, oratória e catedrática, onde, todavia, ressaltam a intenção de implementar o projecto constitucional, a definição da saúde como resultante de muitos vectores, a maioria dos quais não dependem do MAS e o desejo expresso de limitar e regulamentar a actividade privada, de estabelecer carreiras, de apontar para a dedicação a tempo integral, de descentralizar e de enveredar por um tipo de actuação experimental.

2. Um articulado que nega, ao menos parcialmente, essas intenções.

3. Uma reorganização dos serviços centralizadora, burocrática e jacobina que tende, ainda mais do que agora a confiar a um órgão gigantesco e incontrolável — a Administração Central de Saúde — os mais amplos poderes de decisão na matéria.

Renasce, assim, após as tentativas de construção dum SNS a partir das bases — e de que foram exemplos as tão maginalizadas iniciativas do Secretariado Nacional dos Hospitais, das CISSL e as ADS — a velha concepção jacobina dum SNS estruturado no vazio, a partir de experiências alheias e de esquemas teóricos, desenhado no papel como um projecto arquitectónico que se há-de revestir de materiais de construção. Só que os materiais para tal edifício não são matéria inerte mas sim seres vivos e comunidades

## ANÁLISE DE UM DOCUMENTO

## ESTADO E SAÚDE

que, com a sua inevitável actuação, irão modificar, se não desfigurar, o plano tão serenamente gizado pelas autodenominadas «autoridades competentes».

E vai-se ao ponto de se reconhecer a necessidade de implementar o empenhamento dos indivíduos, das famílias, das comunidades «na organização e gestão das actividades da saúde» sem que minimamente se aponte as bases dessa intervenção, nomeadamente no que toca ao papel das autarquias locais, comissões de moradores, sindicatos, etc. Será, se não forem adoptadas medidas cautelares, a arbitrariedade do «ouvidas que foram as entidades representativas», termo ambíguo, indefinido, que permite ao detentor do poder decidir quem é e quem não é representativo. Mais, mesmo dando-se o caso de as entidades auscultarem as opiniões de vários grupos, podem, a seu talante, valorizar este ou aquele e manipular as respostas, uma vez que não existe, a nível local um organismo democrático onde cada um deles possa confrontar a sua opinião com a dos outros. Tudo se passa como se, numa carruagem puxada por seis cavalos, o cocheiro tivesse seis rédeas e, ao puxar uma, cada um dos cavalos tivesse a convicção que a rédea que era manobrada fosse a resultante «democrática» da vontade da maioria dos seus comparsas.

É o projecto igualmente omissivo quanto à definição das carreiras o que leva os trabalhadores da saúde dos distritos-piloto a passarem um cheque em branco ao governo para os integrar num esquema sem que a sua posição seja minimamente definida. Os trabalhadores da saúde são, assim, — ao menos os que para lá, necessariamente, terão de ser deslocados — levados a aceitar a participação numa «empreitada» que pode ter como resultado um desastre (não nos esqueçamos que já existiram projectos-piloto, pelo menos em Portalegre e em Santarém, sem que a opinião pública fosse cabalmente informada dos seus resultados).

Por outro lado, vai-se ao ponto — num médico-centrismo bizarro — de atribuir a estes profissionais da saúde características muito especiais dentro da função pública o que, por ser certo, não exclui a grosseira omissão de enfermeiros/as, para-médicos, etc., os quais não serão menos «especiais».

Entrando mais propriamente no articulado, logo nas primeiras Bases surgem frases e conceitos que merecem reparo. Em primeiro lugar, insiste-se no «comando unificado» a que sempre opusemos o conceito de coordenação, mais maleável e mais dinamizador das potencialidades criativas pontuais. Logo veremos como este conceito se opõe, no texto, à pretendida descentralização e a forma hábil como essa oposição é inserida. Depois, atribui-se ao MAS «a definição e direcção da política de saúde». Ora, é mister que nos detenhamos neste ponto.

É óbvio que o Estado, emanação da sociedade nos regimes até agora conhecidos, terá um papel importante, primordial, na orientação da política de saúde, aspecto importante da coisa pública. Porém, se já é abusivo — ao menos segundo algumas correntes — a identificação de Estado com Nação, a atribuição ao Governo de poderes que procedem da Nação e podem ser atribuídos ao Estado, coloca-nos na perigosa identificação Governo/Estado/Nação, fórmula tão característica da era 26/74 e que julgaríamos pertencer, já, ao domínio da História. Mais aceitável seria se se dissesse «incumbe ao Estado a definição e direcção da política da saúde», o que daria uma hipótese mais alargada de intervenção a partir da pressão da opinião pública, ao nível dos outros poderes constituídos (Presidência da República, Conselho da Revolução e, sobretudo, Assembleia da República). Se assim fosse, por exemplo, a questão das taxas moderadoras sofreria um tratamento muito diferente, bem como a questão dos estrangeiros e apátridas, já considerada por alguém como demagógica.

Assim, uma taxa moderadora ou é irrisória e não modera nada ou é elevada e atenta ao princípio constitucional da gratuitidade. A regulamentação desta base (Base VII) irá oscilar entre a inoperância e a inconstitucionalidade. A moderação, no recurso aos serviços de saúde, passa por algo de mais complexo, nomeadamente pela educação sanitária das populações, pela confiança no sistema, pela negação do «consumismo» médico, em suma, por um serviço nacional de saúde — modesto, com minúsculas — ao serviço essencialmente dos que nada têm e a quem tudo se promete.

Quanto aos direitos dos utentes, nada parece existir de novo, quer no que toca ao direito ao sigilo, à escolha do médico — porquê só do médico? — sempre limitada pelos já tradicionais condicionalismos que a esvaziam de sentido para a maioria dos utentes, quer no que toca à apresentação de reclamações ou queixas ou sugestões, ponto este que mais não é do que a repetição dum direito geral dos cidadãos.

Não se percebe como alguém responsável acusou este documento de «sanitarista» e «terceiromundista». Na verdade, todo o Título III — Dos cuidados de saúde — aponta, ao invés, para um consumismo médico muito mais «europá-connosco», insistindo-se nos cuidados médicos até à exaustão. Saliente-se, no entanto, o que de positivo existe em tentar disciplinar o acesso ao escalão de cuidados diferenciados, ao contrário do que se verifica hoje (cf. Base XV).

Razão tinha o ministro António Arnaut — homem honesto e, por isso mesmo, candidato a vítima deste imbróglio — quando dizia que a criação dum SNS não prejudicaria os médicos, pois basta a análise da Base XIII para verificar que toda

a agitação feita em torno deste documento, pelos «instalados», apenas tende a colocar a questão em termos falsos. Diz essa Base:

«1. O acesso às prestações enunciadas na base anterior é assegurado:

- a) Pelos estabelecimentos e serviços da rede oficial do Serviço Nacional de Saúde;
- b) por entidades do sector privado em base contratual;
- c) mediante reembolso directo aos utentes.»

Ora, isto não é mais do que a descrição do que se passa actualmente em grande número de Caixas e, consagrando estes três tipos na Lei, alarga-se, no sentido da medicina convencionada e da medicina livre, um *modus faciendi* que, nas condições actuais, irá acentuar a tendência para considerar o acto médico como um bem de consumo.

Acrescente-se a isto que, apesar de se proclamar que tendencialmente os trabalhadores do SNS o farão a tempo integral, bases há que começam logo por consagrar excepções, acumulações por inerência, etc., ou seja, não bastam os furos da lei porque já se faz uma lei com furos.

Porém, tudo isto não passa duma cortina de fumo atrás da qual manobra a tecnoburocracia da Secretaria de Estado, combatendo galhardamente em duas frentes já que, se não lhe agrada a democratização das estruturas da saúde, também não lhe agrada a independência económica dos «instalados». Simplesmente, como políticos hábeis, sabem que a melhor maneira de progredirem no terreno é criar diversões.

Enquanto o público é intoxicado pelas guerrilhas contra a chamada Ordem dos Médicos, pelas discussões académicas sobre a excelência da medicina convencionada ou da medicina socializada, vão preparando serenamente estruturas pra uma medicina estatizada, ou melhor, burocratizada, onde médicos — e não só — estarão submetidos à disciplina de aparelho, sem qualquer margem de manobra... e quem não está bem muda-se! Ou não tivessem tantos deles a experiência do que foi a instalação das Caixas de Previdência!

Actualmente, alguns milhares de médicos podem correr o risco de desemprego ou subemprego, tal como outrora. A esses, que cedo constituirão a maioria, será fácil integrar seja em que sistema for. Logo, importa criar uma estrutura central cujo peso afogue qualquer veiosidade de actualização divergente. O momento não pode ser mais oportuno já que a Ordem, sob a égide dos «instalados», preocupa-se muito mais em defender um determinado tipo de medicina que lhes convenha do que em pretender organizar aqueles que irão sofrer — e já estão sofrendo — as consequências de serem praticamente os únicos assalariados por conta de outrém sem organização sindical.

O processo desenvolve-se em várias frentes.

Em primeiro lugar, a pretexto de descentralizar, pulveriza-se. O distrito, em termos de saúde global, não é uma unidade dotada da operacionalidade necessária. Os problemas de apoio logístico e de recrutamento humano terão de ser resolvidos em Lisboa e repartidos por vários organismos independentes.

A solução seria a criação de regiões ou zonas, dotadas de margem de manobra suficiente, à semelhança do que acontece noutros serviços. «Direitinho, direitinho que é para militar entender!»

Porém, esta perspectiva iria significar uma certa diversificação do comando, manifestamente fora dos propósitos de quem cria a gigantesca Administração Central de Saúde, verdadeiro «poder detrás do trono», a qual dirigirá autonomamente a saúde do país sem qualquer interferência possível, nem das populações, nem do próprio ministro, cortado, assim, das bases por uma placa giratória tão alargada que está mesmo a pedir um «salazar de segunda». Esse, pela leitura do articulado, sairá, provavelmente, do Departamento Central de Apoio.

Assim, enquanto discutimos alternativas e tipos de SNS, estamos a ignorar a questão central: enquanto as fórmulas de SNS são provisórias, alteráveis, ensaiadas em distritos-piloto se, depois, aplicadas ou não ao restante país, a estrutura do sistema nem sequer é posta em causa e, por constituir um todo coerente de cima abaixo, será imediatamente posta em prática e inamovível.

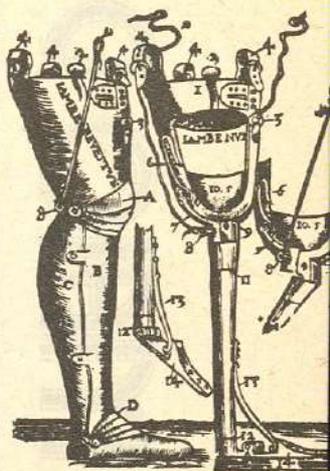
Com mais ou menos alarido, as forças políticas e sociais do país aguardam a regulamentação para verterem na grande ambiguidade política do documento um conteúdo mais claro. Todavia, e para já, a aceitação das Bases do Serviço Nacional de Saúde implica o primado da centralização, da burocracia e do jacobinismo; implica a aplicação dum sistema cuja pilotagem se encontrará, fatalmente, nas mãos dum grupo restrito de burocratas alheios ao controle directo ou indirecto da Nação; implica o alheamento das populações e a ausência da sua participação criadora; implica a criação de «chefes» com o aval dum estado democrático; implica, quiçá, a negação do projecto constitucional.

Dizem alguns que o projecto poderá converter-se em socialista ou socializante por obra e graça da regulamentação. É caso para glosar a frase em epígrafe, da autoria de Raul Brandão:

«Este projecto tem bases verdadeiramente socialistas — as que lá não estão»

Lisboa, 4.º dia do 1.º prolongamento, 1978. ■

(\*) Membro do Conselho Nacional da UEDS, mas exprimindo, essencialmente, posições pessoais.



# PORTUGUESES NO MAIO DE 68

FERNANDO  
PEREIRA  
MARQUES

Aqui, como um pouco por todo o lado, também muito se tem falado a propósito do décimo aniversário de Maio 68, e, se é verdade que os acontecimentos dessa Primavera francesa pertencem já à História, não o é menos que os mesmos não cabem na tranquilidade poeirenta das efemérides, antes continuando a enriquecer, a animar, a inspirar todos os que — a leste e a oeste — insistem em propagar e alimentar o que neles se colheu de certeza e de esperança, de possível e de impossível. Porque, como escreveu Rimbaud, que decerto «enragé» de Maio teria sido se vivo fosse, il faut changer la vie. **XX**

Não vamos aqui fazer discurso sábio, incorrendo no risco de vir aumentar o caudal de banalidades e lugares comuns que insignes «coloquiantes» e entrevistados têm lançado nas últimas semanas sobre os indefesos mortais que na nossa terra os ouvem. Queremos, muito simplesmente, evocar em leves traços a forma como certos portugueses viveram esse período.

Será bom lembrar que, a partir do início dos anos 60, o contingente de portugueses residentes em França e sobretudo em Paris, passou a ser aumentado regularmente por grandes quantidades de jovens fugidos à guerra colonial, ou à PIDE, devido à repressão que havia caído sobre o movimento estudantil ou sobre as novas experiências organizativas e políticas como a FAP e os Comitês marxistas-leninistas. A colónia de exilados políticos chegados nos anos anteriores, sofreu, assim, não só um alargamento como um rejuvenescimento — inclusive do ponto de vista ideológico.

Muitos desses jovens manteriam uma inserção até certo ponto híbrida na realidade francesa, na medida em que se na totalidade — salvo uns poucos privilegiados — eram obrigados a trabalhar para sobreviver e, portanto, a conviver com os emigrantes económicos, por outro estudavam ou pelo menos frequentavam meios intelectuais e políticos, e tinham modos de vida que os demarcavam da grande massa dos portugueses emigrados.

Quando os acontecimentos de Maio re-bentam, são logo directamente envolvidos os portugueses na altura estudantes na Sorbonne e todos os outros relacionados com os meios da extrema-esquerda francesa. A partir do momento em que a Sorbonne foi ocupada pelos estudantes, começaram a criar-se comités de acção segundo as diversas nacionalidades de que havia maior emigração política e/ou económica. A portuguesa seria naturalmente uma delas, e logo animado por uns quantos — mas contra o parecer de outros que consideravam que o verdadeiro internacionalismo implicava a fusão total no movimento de massa francês —, surgiria o Comité de Ligação Trabalhadores-Estudantes — que inicialmente assentaria arcaicos num austero gabinete da Sorbonne,

onde uma parede era coberta por uma tapeçaria, ao que parece de Gobelins.

Tinha o mesmo por objectivos fundamentais elucidar, dinamizar e mobilizar os trabalhadores emigrados que, em grande número, regressavam a Portugal em pânico, ou eram utilizados pelo patronato para furar as greves e dividir. Logo pequenas equipas começaram a contactar os portugueses em fábricas, nos «foyers» (ligados às empresas) onde residiam, nos bairros, e «bidonvilles» onde se aglomeravam. E a verdade é que não só alguns se motivaram para uma participação directa e organizada no Comité, como muitos se encontravam já integrados — ou se vieram a integrar — em piquetes de ocupação e de greve. Sendo ainda de sublinhar como foram particularmente ricos para os que os faziam estes contactos que permitiram constatar, mais uma vez, a importância de um trabalho político e cultural junto da emigração.

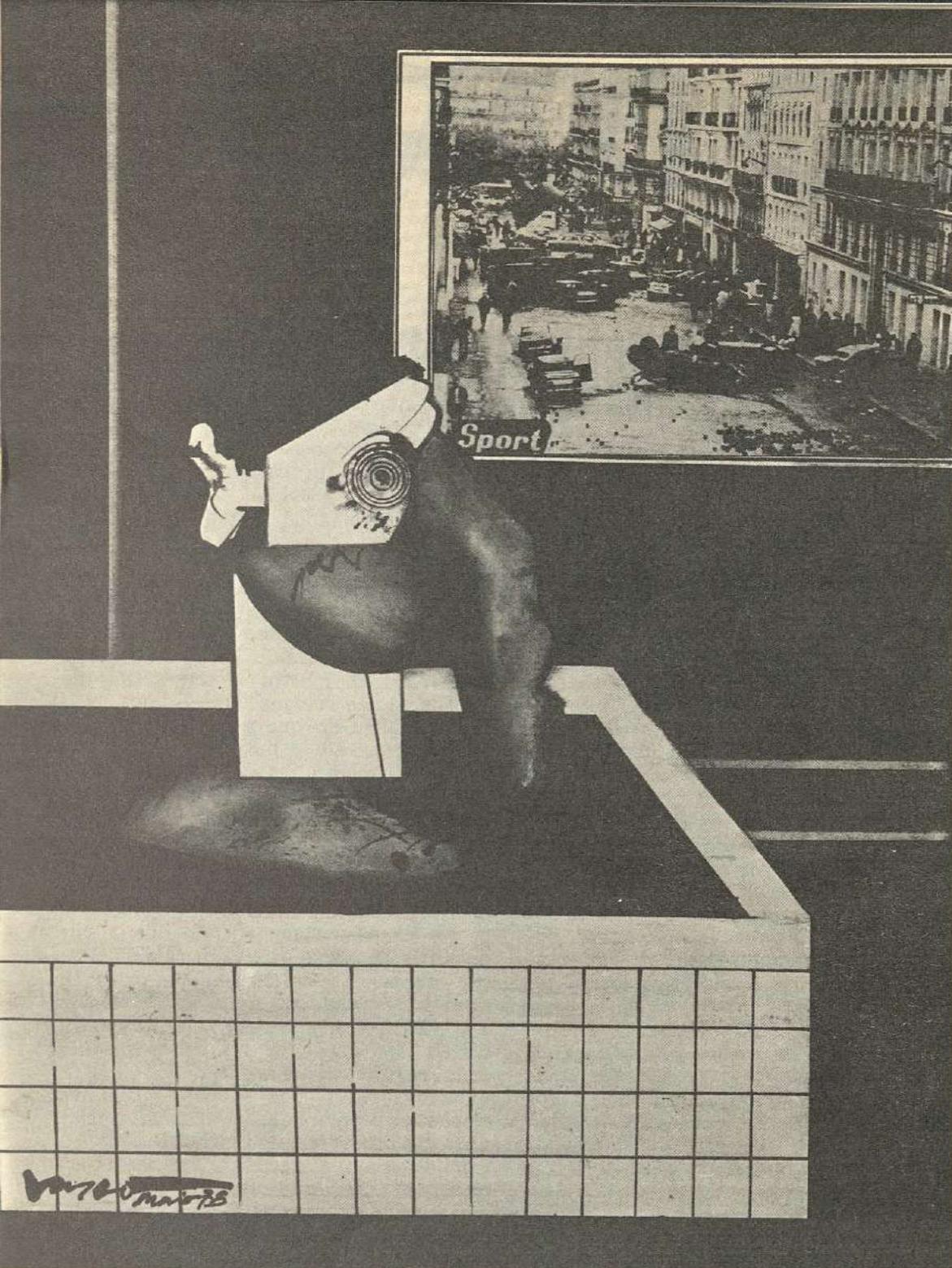
Entretanto os espanhóis ocupavam a Casa de Espanha na cidade universitária, assim como residentes noutras casas de outros países o haviam feito. Seria, assim, em ligação com «nuestros hermanos» e partindo, aliás, da sua rebaptizada «Casa dos Trabalhadores e Estudantes Espanhóis» que um comando ibérico — e não só português — procederia à ocupação da Casa dos Estudantes Portugueses, da Fundação Gulbenkian, por sua vez baptizada «Casa dos Trabalhadores e Estudantes Portugueses».

Alguns dos residentes — entre os quais vários bolseiros —, haviam sido previamente contactados e tinham dado o seu apoio, pelo que não houve incidentes de maior quando da ocupação, tendo só havido uma certa resistência da parte de alguns, mas não portugueses, que não estavam dispostos a ver o seu quotidiano perturbado.

Formou-se um «Comité de Ocupação» e lá se ficou. Arvoraram-se bandeiras vermelhas, fez-se um auto-de-fé com toda a propaganda do SNI encontrada, baptizaram-se as salas com diversos nomes como Bento Gonçalves, Catarina Eufémia, Marx e Engels, etc. e decretou-se que aquilo era qualquer coisa como «um primeiro pedaço de Portugal livre e socialista».

Entretanto utilizar-se-iam as instalações de uma sala aí existente para nela promover debates, projecção de filmes (recordamo-nos do «Mourir à Madrid»), teatro («O Canto do Fantoche Lusitano» de Peter Weiss seria aí representado). Tentando-se trazer a estas actividades outros portugueses, sobretudo trabalhadores. Dali impulsionar-se-ia a ocupação da vizinha Casa do Brasil.

Estabelecer-se-ia assim um fraternal convívio com as diversas outras nacionalidades presentes na Cidade Universitária, até que a evolução dos acontecimentos levaria forçosamente à evacuação da Casa (em 12 de Junho).



Desenho de Vasco

Mas o Comité continuaria a funcionar até «ao fim». Na última fase estava instalado na Faculdade de Censier, mantendo-se permanências regulares que garantissem respostas eficazes às solicitações dos acontecimentos. Porque, de qualquer modo, todos os portugueses que nele participavam não descuravam o que se ia passando a um nível mais geral, estando presentes nas manifestações e nas barricadas, nos anfiteatros e nas discussões febris, apaixonadas, que neles se desenrolavam dia e noite.

Enfim, com o retorno à «ordem», vários seriam os expulsos (havendo ainda hoje

casos de impedidos de entrar em França), outros teriam residência fixa durante certo tempo, alguns iriam para a Itália ou para a Suíça.

É evidente que é impossível, com este breve relato, transmitir o que tudo isto significou para os que estiveram directamente envolvidos, a riqueza das vivências, o despertar para novas questões e novas realidades, a confiança e a esperança obtidas que a todos viria a ajudar no fortalecimento de uma opção de luta, que em muitos casos se exprimiu através de acções concretas levadas a cabo contra o fascismo português. ■

# DO DIÁRIO DE

## VASCO DE CASTRO

**HALTE  
A  
L'EXPULSION  
DE NOS  
CAMARADES  
ETRANGERS**



Era pois então Primavera. Distraída sensual doce-amarga França assim também nesse pré-Maio de ghetto no quatorzième (gauloises bleus cafés-cremes demis em tardes nos terrasses sonâmbulicas com gaiotas-fêmeas arribando do norte ou do interior das europas e barbudos israelitas pintores ou sem emprego senão isto e isto e o mais que fica por dizer de bistrots e palavras e encontros e «O Século» a 50 cêntimos dois dias depois «Le Monde» às 2h da tarde... o folclore, quê! mil vezes dito e mil vezes feito...)

E sorrateiramente, crac-boom! O impensável. De treze anos de exílio guardei cicatrizes várias neste mesmo corpo de miolos e vísceras e memória: Um exílio de cicatrizes felizes, finalmente. Maio 68 terá sido uma cicatriz irremediável. Irreversível (subjectivamente).

Releio as notas de um canhenho velho de dez anos que recupero. Linhas esparsas, demasiado esparsas, incompletíssimas... mas que me **revelam** também um pouco, o ritmo fulgurante dessas semanas de Maio. E face à tentação de teorizar, decido-me pela recolha deste virgem fragmentado parcelar diário de Fabrice, tal e qual.

2 de Maio — No «Nouvel Obs» Roland Barthes a propósito de Sollers: «L'idée révolutionnaire est morte en Occident. Elle est désormais ailleurs». Ora merda!

20 Maio — Sorbonne, Comité de Liaison Ouvriers-Etudiants Portugais. Uma pequena sala no ler étage escalier A. Ao lado da sala dos gregos, um pouco abaixo os espanhóis. Desde os primeiros dias de ocupação da Sorbonne formou-se o comité, somos talvez uma trintena com alguns camaradas brasileiros que trabalham connosco nos piquetes de greve e nos contactos com a emigração portuguesa. Dois espanhóis aparecem. Perguntam-nos por que não ocupamos a Casa de Portugal na Cité Internationale. Não pensamos muito nisso. A greve é o nosso trabalho e sobretudo com os nossos compatriotas trabalhadores. Os dois espanhóis contam-nos rapidamente que eles ocuparam a Casa de Espanha. É por que não? A ideia é adoptada. É um golpe.

O trabalho de greve toma-nos todas as energias, há camaradas que mal dormem e mal comem. Renault e Citroen sobretudo mobilizam todo o nosso esforço, e certos bidonvilles de emigração portuguesa.

21 Maio — Um residente da Casa de Portugal aparece na permanência. Vem para apoiar a ocupação. Ele diz que se pode contar com o apoio de alguns residentes progressistas, talvez uns quinze, mas que é preciso contar com os fascistas e reaccionários, provavelmente mesmo informadores da PIDE. A decisão está tomada. Será amanhã. Estuda-se o plano.

24 Maio — Nessa noite, 22, já tarde, talvez 2h, aparece à porta um grupo de 7 ou 8. A porta está fechada. Os nossos moços estão excitados, todos de matraca e capacete e connosco ficaram toda a noite alguns espanhóis e africanos. Um dos visitantes mostra o seu cartão de Presidente das Províncias de França. Não fazemos ideia do que seja. O grupo tem um ar fascizante e um africano diz que o conhece como fascista. Recusamos a entrada. Nessa altura estávamos preparados para receber um ataque do «Ocidente»...

Mais tarde reúne-se o Comité e decide-se a expulsão do Werner e de um engenheiro fascistoide. Pelas 7h da manhã são postos na rua, o alemão não queria sair do quarto e berra. É levado calmamente, em braços. Na noite seguinte, pelas 10 ou 11h., o grupo da noite de 22 vem, e a confusão desfaz-se: são os representantes da Associação de residentes da Cité das Provinces de France e do CLIP e querem saber o que se passa, rumores alarmistas correm na Cité, agravados pelas duas expulsões; mais ou menos que vamos expulsar toda a gente, talvez violar as residentes, que estão operários na Casa...

Recebemo-los na sala, face a face. Explicações... Por fim felicitam-nos pelas nossas posições.

25 Março — Marcos é o nosso poeta, faz um poema que é posto no jornal de parede. Dois dias depois o poema desaparece, e Marcos protesta, um tanto desanimado.

12 de Junho — Stencil tirado a dois mil exemplares: «Aux camarades qui restent».

16 Junho — Acalmia relativa após cinco semanas delirantes. E com a acalmia uma angústia sorrateira surnoise. Certas ausências... A acção faz respirar a pulmões cheios e a tranquilidade é o desespero, a doença velha herança lepra ronha.

«oui, l'heure nouvelle est au moins très [sévère]

«tudo é duplo»

«tudo tem a sua duração» ■

# FABRICE

AUX CAMARADES QUI RESTENT!

L'occupation de plusieurs pavillons de la Cité Universitaire par des révolutionnaires de diverses nationalités a été un acte politique ayant de buts très nets: 1°) S'attaquer aux fascistes ou militaires; 2°) Démontrer que les Français ne sont pas seuls en France aux côtés du peuple.

En fait, par ce Coup de main, les régimes fascistes, de la classe ouvrière agissante des minorités nationales, ont agi dans les pays d'origine de ces pavillons.

CAMARADAS

Os trabalhadores ocupam as fábricas e os locais de trabalho.  
Os estudantes ocupam as Universidades, os Liceus, as residências estudantis.

Integrado nesta luta, o Comité de Ligação Trabalhadores Estudantes da Sorbonne, ocupou no dia 22 de Maio a Casa dos Estudantes Portugueses da Cidade Universitaria. Esta casa, até aqui uma residência de privilégio, passa a ser uma casa aberta a todos os trabalhadores e estudantes, e continua-se a partir do momento

CAMARADAS

Os trabalhadores lutam no governo dos ri

capitalistas

Os estudantes lutam o consulado e a missão católica  
para levar os trabalha-

Os portugueses e os brasileiros continuam de olhos postos na França a lutar contra os interesses dos patrões

CASA DOS TRABALHADORES E ESTUDANTES PORTUGUESES  
para fins de convívio, informação e discussão livre de todos os nacionais.

Todos à CASA DOS TRABALHADORES E ESTUDANTES PORTUGUESES  
Cité Universitaire --- Bl. Jourdan --- Paris

Aberto dia e noite  
Aproveitando as dificuldades

Dans ce sens le Comité d'Occupation a décidé de créer les comités suivants:

- Comité d'Agitation Politique et Culturel
- Comité de Gestion, Hygiène et Ravitaillements
- Comité d'Action Etudiants-Travailleurs
- Comité de Sécurité
- Comité de Coordination

Ces Comités sont ouverts à tous les résidents, étudiants et travailleurs qui veulent participer.

25 MAI 1968

Le COMITE D'OCCUPATION

# A FRANÇA DEPOIS DAS ELEIÇÕES

BERNARD  
RAVENEL

**T**ODA a gente, de direita ou de esquerda, acreditava na vitória da esquerda. Nos dois meses que precederam o dia 12 de Março, o conjunto do mundo político vivia, pensava, tinha sonhos ou pesadelos em função dessa hipótese transformada em certeza pelas sondagens; os trabalhadores, na sua grande maioria, aproximadamente 70%, julgavam só ter que esperar pela noite de 19 de Março, depois de terem conscienciosamente cumprido o seu dever eleitoral. As últimas eleições municipais, na Primavera de 77, não tinham mostrado que existia em França uma clara maioria de esquerda?

Domingo, 12 de Março, 20 horas e 1 minuto: no encerramento oficial do escrutínio, os computadores apresentam o seu veredicto: a esquerda atingiria à recta 50%. Tudo estava perdido: sabia-se que a esquerda tinha que atingir 52% para ter a certeza da vitória em número de deputados. Com menos de 51% era muito improvável, com 50% era impossível.

Na realidade, a esquerda não atingiu os 50% de votos na primeira volta: obteve 46,9, somando os votos dos partidos do Programa Comum, PC, PS, Radicais de Esquerda, que dão 45,2%, os votos da «extrema esquerda» (Frente Autogestionária com o PSU, a extrema esquerda trotskista) 3,4% e diversos de esquerda 1%.

Devido ao corte eleitoral tornava-se matematicamente impossível para a esquerda ganhar na segunda volta, a menos que se desse uma grande alteração... o que não aconteceu.

Na segunda volta, tudo estava consumado: apesar da pequena diferença de votos (menos de 1%) entre a oposição de esquerda e a maioria de direita, a derrota é muito pesada sobretudo pela tradução dos resultados em número de mandatos: embora ganhando 24 lugares (PC 13, PS e M. R. G. 11), a esquerda só obtém 200 mandatos contra 291 da direita. Esta diferença de mais de 90 lugares instaura uma nova relação de forças que exclui qualquer mudança política antes de 1981 pelo menos (eleições presidenciais), a não ser que se dê um movimento actualmente não previsível.

Em primeiro lugar, as causas imediatas da derrota. O que espanta, com efeito, é que a segunda volta do escrutínio não só confirmou como amplificou o significado político da primeira volta.

Efectivamente, na primeira volta tinha havido uma forte participação eleitoral, que, como se viu, não tinha correspondido a um avanço da esquerda.

Na segunda volta, quando teoricamente não se jogava nada, a participação foi ainda mais forte: só 15,4% de abstenções, o que é um record nas eleições legislativas em França. Este crescimento da participação jogou, unilateralmente, a favor da direita, enquanto que nas votações prece-

dentos se tinha verificado que os abstencionistas da primeira volta que votavam na segunda volta tanto podiam votar à esquerda como à direita.

Mais grave foi o impacto directo da divisão da esquerda que se produziu em Setembro de 77 entre o PS e o PC, no momento da discussão sobre a reactualização do Programa Comum. Com efeito, durante seis meses a campanha eleitoral foi marcada, centralmente, por um severo afrontamento entre o PC e o PS. Esta batalha sem tréguas, desencadeada pelo PC, não podia deixar de ter efeitos sobre as respectivas zonas de influência do PC e do PS. Houve, portanto, uma percentagem bastante grande de eleitores socialistas a recusar votar pelo candidato comunista, quando este vinha à cabeça da esquerda na primeira volta e ficava a ser o único candidato da esquerda na segunda volta. Este caso é particularmente nítido em Paris onde os deputados comunistas foram batidos por essa razão.

Do lado do eleitorado comunista, tradicionalmente mais disciplinado, houve contudo, mas em menor percentagem que do lado PS, certas dificuldades para votar nos candidatos socialistas na segunda volta. No entanto, no conjunto, estes ganharam votos, compensando pelo voto dos eleitores ecologistas e de certas correntes centristas as ligeiras diferenças do lado do eleitorado comunista. Alguns socialistas foram apesar de tudo vítimas dessa desafeição parcial na medida em que bastava perderem poucos votos para serem vencidos.

Inversamente, somos forçados a dizer que à direita, apesar da forte rivalidade entre o RPR e os Giscardianos, a repartição de votos se fez de uma maneira quase perfeita, mostrando assim a forte homogeneidade do reflexo de classe da burguesia face à esquerda ameaçadora... Também teríamos que ter em conta a enormidade dos meios financeiros utilizados pela direita, tal como o controle quase total que exerceu sobre os grandes meios de informação, para compreendermos certos aspectos desta derrota. Que, nestas condições, quase metade do eleitorado francês tenha votado à esquerda não é fraca proeza. Sem esquecermos que os trabalhadores imigrados (3 milhões) e os numerosos jovens que não tiveram o cuidado de se inscrever nas listas eleitorais não votaram!

Mas tudo isto não deve mascarar o facto de que a causa principal da derrota vem da própria esquerda, mais precisamente dos partidos que subscreveram a unidade de esquerda.

Colectivamente, primeiro, por se terem envolvido em afrontamentos que não foram mais do que uma caricatura de debate.

Separadamente, depois, cada um dos dois principais partidos contribuiu para a derrota.

O PS, pelas hesitações em responder claramente às principais reivindicações dos trabalhadores, pelas tentações não dissimuladas em se empenhar numa política de gestão da crise; o PC, por ter privilegiado um reequilíbrio em seu favor contra a manutenção da coligação unitária e pela maneira agressiva como conduziu o debate com o PS. Cada um a seu modo, os dois partidos mostraram a sua incapacidade de definir uma política que permitisse uma mudança a favor dos trabalhadores.

Mais fundamentalmente ainda a causa da derrota da esquerda é a ausência de unidade real organizada nas empresas e nos bairros, feita prioritariamente a partir de acções no próprio terreno. Essa unidade foi substituída pelos acordos e depois pelos desacordos dos estados-maiores com fins puramente eleitorais. Esta derrota é pois a do «Programa Comum», que era um compromisso entre duas variantes mais ou menos «avançadas» do reformismo em todas os planos: económico, institucional, internacional — compromisso tanto mais desastrado quanto a maturação da crise obrigava a escolher entre gestão do sistema e ruptura com este. Com efeito não se pode esquecer que a assinatura do «programa comum de governo» (P. C. G.) data de 1972, isto é, de um ano antes do desencadear da actual crise. O debate sobre a necessária actualização desse programa, que só começou em 1977, mostrou bem a incapacidade da esquerda em perceber a natureza da crise de sociedade — que tinha começado em 1968 — e que é, no fim de contas, uma crise das relações de poder a todos os níveis da vida económica, social, política e cultural.

Depois desta derrota entrámos num novo período relativamente longo. Os trabalhadores vão ficar desmoralizados e desmobilizados. Não se pode esperar uma vaga de lutas operárias (a não ser lutas parciais sem grande esperança). A frente sindical vai cindir-se. Os compromissos de tipo parlamentar vão tomar o primeiro lugar da cena, embora nem o PS nem os Giscardianos pareçam poder aproximar-se como previam. Mas os radicais de «esquerda» vão dar o sinal da deserção. O PS vai ficar dilacerado pelas suas contradições. Quanto ao PCF, a sua política «dura» revelar-se-á compensadora a nível parlamentar, mas encontrar-se-á isolado.

A partir de agora a derrota estratégica da esquerda provocou um questionamento imediato do Programa Comum por R. Fabre (Presidente do MRG), Mauroy (adjunto de Mitterrand), Rocard... O PS que carrega com o peso principal do fracasso não atingiu nenhum dos seus objectivos: fracasso das suas ambições governamentais e da esperança em se tornar, de longe, o partido dominante. A separação em relação ao PC é demasiado fraca.

A união da esquerda ficará, se não abandonada, pelo menos reduzida a acor-

dos limitados. No PS desenvolve-se uma ofensiva por um programa autónomo, conduzida sobretudo por Michel Rocard, com a vontade de recuperar os movimentos sociais (movimento das mulheres, lutas ecológicas, etc.) e de promover experiências de autogestão apoiando-se nas municipalidades.

Além disso o PS reorganiza-se em função das eleições presidenciais. Vão agravar-se as tensões internas entre o CERES que se agarra ao P.C.G. e os diversos clãs da maioria. Mas François Mitterrand permanecerá o árbitro e provavelmente o candidato.

Os elementos sindicalistas serão os mais abalados pela nova linha do Ps, pois o partido não está suficientemente implantado em meios operários para participar eficazmente nas próximas lutas operárias separadas por agora do horizonte eleitoral.

O PC também sofreu uma derrota estratégica muito dura. O seu matraquear anti-PS, a sua campanha voltada para os «pobres», não o impediram de perder 1% em relação a 73. Mas sobretudo o fracasso da esquerda arrisca-se a ser o canto fúnebre de uma estratégia seguida há mais de dez anos. O PC arrisca-se a voltar ao *ghetto*. Terá ele pretendido deliberadamente este fracasso ou ele dever-se-á aos seus erros de apreciação sobre a capacidade de resistência do PS às suas pressões? Podemos, provisoriamente, inclinar-nos para esta última hipótese.

Este fracasso é duramente sentido pelos militantes dos quais alguns começam a pedir publicamente contas às suas direcções, o que pode ter consequências importantes.

O PC parece dever tentar uma linha de acção em três direcções: o acento será colocado na unidade de acção na base, para tentar recuperar os movimentos sociais e, a meio termo, orientar-se-á para uma abertura à italiana e uma participação no poder no quadro de uma «união natural».

Finalmente, o que se irá passar no plano social estará muito dependente da evolução política, e ainda é muito cedo para apreciar o alcance dos encontros Giscard-Sindicatos no plano económico e social.

Para o resto da esquerda, e em particular para o PSU, o fracasso da esquerda tradicional pode abrir uma perspectiva de desenvolvimento, mas na condição de se desenvolver a tomada de consciência das verdadeiras razões da derrota da esquerda nos partidos do PCG e tendo em conta a sua aptidão para conduzir o debate com os militantes, tomando em consideração as novas aspirações que se fazem sentir hoje no conjunto dos movimentos sociais. O que supõe uma reflexão — e uma prática — sobre novas formas de organização política. ■

**BERNARD RAVENEL, MEMBRO DO PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO (PSU), ANALISA, EM TEXTO ESPECIALMENTE ESCRITO PARA ABRIL, AS PERSPECTIVAS APÓS AS ELEIÇÕES**

(Tradução de M. B.)

# O CAMPEONATO DO MUNDO DE FUTEBOL NA ARGENTINA

## UMA OPERAÇÃO PUBLICITÁRIA COM EFEITO DE BOOMERANG

É assaz surpreendente que a opinião mundial conceda uma sensível diferença de tratamento a duas ditaduras — a do Chile e a da Argentina — que têm no entanto tantos traços em comum. É preciso notar, em todo o caso, que os golpistas de Buenos Aires tiraram a lição da experiência dos generais de Santiago. Se evitaram um isolamento internacional completo, foi por terem tido a habilidade táctica de fazer com que as pontes não fossem cortadas com os países socialistas e, principalmente, com a União Soviética, que continua a ser o primeiro parceiro comercial da Argentina. Com tal preocupação, abstiveram-se de proibir os partidos legalistas, entre os quais o P.C. argentino. Reduzidos ao silêncio, os dirigentes comunistas a viver em Buenos Aires, embora o seu partido conte já trinta mortos, cento e cinquenta desaparecidos e mais de trezentos presos. O que não impede o P.C.A. de fazer a distinção entre militares «moderados» e militares «pinochetistas»,

devendo os primeiros, de acordo com a sua análise, ser apoiados, para restaurarem a democracia.

Este ponto de vista, que é também o dos sectores de direita da União cívica radical e do peronismo, tem impedido a constituição de uma vasta frente de resistência e travado a capacidade de mobilização internacional de alguns partidos irmãos — nem todos, a julgar sobretudo pelos exemplos espanhol e italiano que, ainda que a considerem aberrante, não ousam desaprovar abertamente a posição do P.C.A. No plano internacional, Cuba, é certo que muito cautelosamente, rompeu o silêncio de que a junta beneficia entre os países socialistas, ao pedir publicamente notícias do irmão benjamim de «Che» Guevara, preso desde há vários anos. Por modesto e limitado que seja, este procedimento poderia constituir um índice de uma mudança da atitude oficial de Havana que, além disso, parece conceder discretamente um certo apoio material à extrema esquerda argentina. Em



França, enquanto o P.C., ao mesmo tempo que participa no movimento de solidariedade contra a repressão, se tem até aqui absterido de emitir um juízo sobre a natureza exacta do regime militar, limitando-se

a fórmulas negativas que lhe têm sido vivamente censuradas («a Argentina não é o Chile»), o P.S. condenou categoricamente a junta militar. Divergências que voltamos a encontrar na atitude adoptada a respeito do Campeonato do Mundo: o P.S. preconiza o boicote; «é preciso ir à Argentina», diz Georges Marchais, que pode aliás apoiar-se, quanto a isso, na totalidade dos partidos argentinos, incluindo os próprios Montoneros.

Os homens políticos argentinos pouco falam sobre o assunto. Pedimos a Hipólito Solari Yrigoyen, senador nacional no momento do golpe de estado e membro do comité director da União cívica, que se pronunciasse. Personalidade muito popular e possuidor de um nome estimado na Argentina (duas vezes presidente constitucional da República, o Dr. Hipólito Yrigoyen era seu tio-avô materno), o senador Yrigoyen, hoje exilado em França, conhece bem os métodos da junta por ter sido ele próprio preso e torturado; apenas à solidariedade internacional deve o facto de não ter sofrido, às mãos do general Abdel Vilas, comandante do 5.º corpo de exército, a sorte do seu camarada radical, o advogado Mario Abel Amaya, morto em consequência de horrosas sevícias. ■

A SITUAÇÃO ARGENTINA FICOU PARICULARMENTE EM FOCO COM A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DO MUNDO DE FUTEBOL. ESSA OPERAÇÃO DE PRESTÍGIO VEIO CHAMAR A ATENÇÃO SOBRE UM REGIME QUE MERECE SER DENUNCIADO POR TODAS AS FORÇAS PROGRESSISTAS. ABRIL UTILIZANDO TEXTOS AMAVELMENTE CEDIDOS POR «LE MONDE DIPLOMATIQUE», PROPÕE AOS SEUS LEITORES UM DOSSIER SOBRE A QUESTÃO.

## PRISÕES DE "QUATRO ESTRELAS"

A embaixada da Argentina em Paris comunica-nos um artigo do quotidiano *La Prensa*, de Buenos Aires, datado de 1 de Dezembro de 1977. Trata-se do relato de uma visita de jornalistas argentinos a um campo de «reeducação» onde alguns elementos «subversivos», que se tinham apresentado «expontaneamente» às autoridades, beneficiaram de uma redução de um terço da pena. A localização geográfica deste campo modelo é mantida em segredo pelas autoridades. Do mesmo modo, os jornalistas receberam instruções para não fornecerem nenhum elemento que permita identificar os detidos, «para evitar represálias em relação às suas famílias». Eis alguns extractos desse artigo:

«Um dos responsáveis pelo estabelecimento explicou que a experiência visava obter a reabilitação do condenado... Tarefa que é confiada a uma equipa interdisciplinar composta por médicos, sociólogos, criminólogos, pediatras, etc., cuja missão é fazer um «prognóstico social», no termo de um processo completo que permitirá determinar o grau de responsabilidade dos detidos, os quais beneficiam de assistência social, espiritual, médica integral e jurídica.

Insistiu no facto de que esta missão não consistia de maneira nenhuma em «despolitizar», «repolitizar» ou endoutrinarem os detidos: «nunca recorreríamos aos mé-

todos próprios dos regimes totalitários», disse; trata-se de fazer com que os elementos subversivos «tomem consciência do seu passado e das actividades em que se envolveram, muitas vezes por causa do mau manuseamento das fontes culturais, da demagogia ou da atracção por promessas não cumpridas».

Acrescentou que, além disso, estava em preparação um sistema para tratar dos casos especiais dos casais — legalmente constituídos — de detidos, assim como dos das famílias com crianças, e ainda um tratamento post-penitenciário a aplicar aos detidos, uma vez cumprida a sua pena. ■

# O CAMPEONATO DO MUNDO

## UMA OPERAÇÃO COM EFEITO DE

É assaz surpreendente que a opinião mundial conceda uma sensível diferença de tratamento a duas ditaduras — a do Chile e a da Argentina — que têm no entanto tantos traços em comum. É preciso notar, em todo o caso, que os golpistas de Buenos Aires tiraram a lição da experiência dos generais de Santiago. Se evitaram um isolamento internacional completo, foi por terem tido a habilidade tática de fazer com que as pontes não fossem cortadas com os países socialistas e, principalmente, com a União Soviética, que continua a ser o primeiro parceiro comercial da Argentina. Com tal preocupação, abstiveram-se de proibir os partidos legalistas, entre os quais o P.C. argentino. Reduzidos ao silêncio, os dirigentes comunistas a viver em Buenos Aires, embora o seu partido conte já trinta mortos, cento e cinquenta desaparecidos e mais de trezentos presos. O que não impede o P.C.A. de fazer a distinção entre militares «moderados» e militares «pinochetistas»,

devido os primeiros, de acordo com a sua análise, ser apoiados, para restaurarem a democracia.

Este ponto de vista, que é também o dos sectores de direita da União cívica radical e do peronismo, tem impedido a constituição de uma vasta frente de resistência e travado a capacidade de mobilização internacional de alguns partidos irmãos — nem todos, a julgar sobretudo pelos exemplos espanhol e italiano que, ainda que a considerem aberrante, não ousam desaprovar abertamente a posição do P.C.A. No plano internacional, Cuba, é certo que muito cautelosamente, rompeu o silêncio de que a junta beneficia entre os países socialistas, ao pedir publicamente notícias do irmão benjamim de «Che» Guevara, preso desde há vários anos. Por modesto e limitado que seja, este procedimento poderia constituir um índice de uma mudança da atitude oficial de Havana que, além disso, parece conceder discretamente um certo apoio material à extrema esquerda argentina. Em

## PRISÕES DE "QUATRO ESTRELAS"

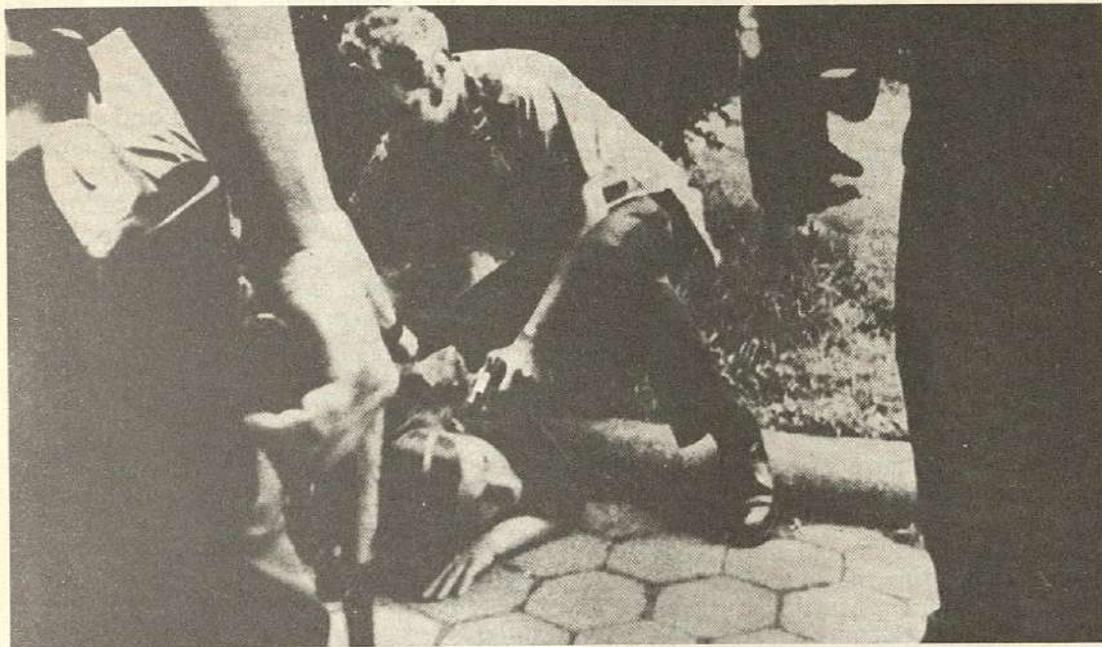
A embaixada da Argentina em Paris comunica-nos um artigo do quotidiano *La Prensa*, de Buenos Aires, datado de 1 de Dezembro de 1977. Trata-se do relato de uma visita de jornalistas argentinos a um campo de «reeducação» onde alguns elementos «subversivos», que se tinham apresentado «expontaneamente» às autoridades, beneficiaram de uma redução de um terço da pena. A localização geográfica deste campo modelo é mantida em segredo pelas autoridades. Do mesmo modo, os jornalistas receberam instruções para não fornecerem nenhum elemento que permita identificar os detidos, «para evitar represálias em relação às suas famílias». Eis alguns extractos desse artigo:

«Um dos responsáveis pelo estabelecimento explicou que a experiência visava obter a reabilitação do condenado... Tarefa que é confiada a uma equipa interdisciplinar composta por médicos, sociólogos, criminólogos, pediatras, etc., cuja missão é fazer um «prognóstico social», no termo de um processo completo que permitirá determinar o grau de responsabilidade dos detidos, os quais beneficiam de assistência social, espiritual, médica integral e jurídica.

Insistiu no facto de que esta missão não consistia de maneira nenhuma em «despolitizar», «repolitizar» ou endoutrinar» os detidos: «nunca recorreríamos aos mé-

# DE FUTEBOL NA ARGENTINA

## PUBLICITARIA E BOOMERANG



França, enquanto o P.C., ao mesmo tempo que participa no movimento de solidariedade contra a repressão, se tem até aqui absterido de emitir um juízo sobre a natureza exacta do regime militar, limitando-se

todos próprios dos regimes totalitários», disse; trata-se de fazer com que os elementos subversivos «tomem consciência do seu passado e das actividades em que se envolveram, muitas vezes por causa do mau manuseamento das fontes culturais, da demagogia ou da atracção por promessas não cumpridas».

Acrescentou que, além disso, estava em preparação um sistema para tratar dos casos especiais dos casais — legalmente constituídos — de detidos, assim como dos das famílias com crianças, e ainda um tratamento post-penitenciário a aplicar aos detidos, uma vez cumprida a sua pena». ■

a fórmulas negativas que lhe têm sido vivamente censuradas («a Argentina não é o Chile»), o P.S. condenou categoricamente a junta militar. Divergências que voltamos a encontrar na atitude adoptada a respeito do Campeonato do Mundo: o P.S. preconiza o boicote; «é preciso ir à Argentina», diz Georges Marchais, que pode aliás apoiar-se, quanto a isso, na totalidade dos partidos argentinos, incluindo os próprios Montoneros.

Os homens políticos argentinos pouco falam sobre o assunto. Pedimos a Hipólito Solari Yrigoyen, senador nacional no momento do golpe de estado e membro do comité director da União cívica, que se pronunciasse. Personalidade muito popular e possuidor de um nome estimado na Argentina (duas vezes presidente constitucional da República, o Dr. Hipólito Yrigoyen era seu tio-avô materno), o senador Yrigoyen, hoje exilado em França, conhece bem os métodos da junta por ter sido ele próprio preso e torturado; apenas à solidariedade internacional deve o facto de não ter sofrido, às mãos do general Abdel Vilas, comandante do 5.º corpo de exército, a sorte do seu camarada radical, o advogado Mario Abel Amaya, morto em consequência de horrores servícias. ■

A SITUAÇÃO ARGENTINA FICOU PARTICULARMENTE EM FOCO COM A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO DO MUNDO DE FUTEBOL. ESSA OPERAÇÃO DE PRESTÍGIO VEIO CHAMAR A ATENÇÃO SOBRE UM REGIME QUE MERECE SER DENUNCIADO POR TODAS AS FORÇAS PROGRESSISTAS. ABRIL UTILIZANDO TEXTOS AMAVELMENTE CEDIDOS POR «LE MONDE DIPLOMATIQUE», PROPÕE AOS SEUS LEITORES UM DOSSIER SOBRE A QUESTÃO.

# uma campanha de 700 milhões de dolares

CARLOS ALBERTO GABETTA

Foi em 1970 que ficou decidido que o Campeonato do Mundo de futebol de 1978 se desenrolaria na Argentina. A junta do general Videla herdou pois dos governos precedentes a responsabilidade de organizar esse grande acontecimento desportivo. A princípio, os militares não esconderam a sua satisfação: o Campeonato marcaria o ponto culminante da obra de «reconstrução nacional» por eles empreendida. Pouco mais de dois anos depois do golpe de estado, que melhor vitrina para expor os resultados da sua gestão governamental?...

A sua conselheira em matéria de relações públicas internacionais, a sociedade americana Burson-Marsteller, confirmava tais esperanças. Depois de descrever, num relatório de cento e quarenta páginas (elaborado em meados de 1976), as razões da má «imagem» do seu cliente no estrangeiro, esta agência de publicidade recomendava um vigoroso programa de «comunicações» a fim de contrabalançar «os efeitos negativos da campanha internacional que sapa a autoridade do governo, na medida em que numerosos jornalistas estrangeiros vêem nele uma autoridade opressiva e repressiva, uma instituição militar e ditatorial que merece ser condenada».

Depois de propor à junta militar um sistema oneroso e complicado de «penetração» «dos jornais, revistas e jornalistas de vanguarda» (com uma lista dos jornalistas «acessíveis» em oito países) e um programa completo de recepções na Argentina, Burson-Marsteller abordava o Campeonato do Mundo: «Sob certos aspectos, é mais importante que os Jogos Olímpicos, pois a concorrência joga aqui, não entre indivíduos, mas entre equipas nacionais. É por isso que os adeptos do futebol acabam por a encarar de um ponto de vista ultranacionalista. Julgam o comportamento da «sua equipa e a maneira como o país anfitrião a trata, não apenas em termos desportivos, mas em termos quase políticos. Os riscos, e também as oportunidades, de uma tal perspectiva são evidentes.»

O projecto submetido por Burson-Marsteller ao governo argentino não descurava

pormenor algum. Em relação aos jornalistas e às personalidades que visitarão a Argentina por altura do Campeonato, preconizava «saídas nocturnas» com «apresentação de raparigas que representem a juventude sã e atraente, e que servirão de hospedeiras e de guias», assim como a «utilização das grandes figuras desportivas do país» (Fangio, Monzon, Vilas, etc.). Em conclusão, a agência afirmava: «A oportunidade que será dada ao governo argentino de fazer publicidade às equipas estrangeiras permitir-lhe-á apresentar-se a uma luz extremamente favorável e positiva. O Campeonato do Mundo poderá servir de exemplo da atitude da Argentina.»

Todas estas recomendações foram a seu tempo aceites pela junta. O ano de 1976 não tinha ainda terminado, a guerrilha parecia liquidada e a classe operária não tinha ainda começado a desencadear as grandes greves de 1977, que iriam obrigar os militares a modificar os seus planos. No estrangeiro, se é certo que a «imagem» do país não era boa, ainda não era, contudo, tão detestável como hoje. Alguns ainda pensavam que existiam diferenças entre o general Pinochet e os seus colegas argentinos.

A 7 de Outubro de 1977, o quotidiano *La Opinión*, de Buenos Aires, editado sob controle militar, publicava as declarações do general Merlo, responsável pela organização do Campeonato. Respondendo à vaga de críticas levantada pelo anúncio de que «a grande festa do futebol» se saldaria num défice de 400 milhões de dólares, o general fazia notar que se tratava de uma «decisão política» da junta militar. Com efeito, precisava, «no estrangeiro ninguém acredita no que dizem os governos. Em compensação, a possibilidade de receber trinta e cinco mil turistas e de ser visto por um bilião e meio de telespectadores reforçará a nossa imagem.»

Poderá perguntar-se porquê apenas trinta e cinco mil turistas, enquanto o Brasil, país fronteiro, poderia, por si só, enviar mais do que isso. O general Merlo explicou: «Não se pode encorajar qualquer tipo de turismo. Serão fixados contingentes para cada país, e convirá encorajar os grupos organizados.» É assim que a França, cuja equipa está qualificada para a final, só terá direito a quinhentos bilhetes. Os militares argentinos têm com efeito todas as razões para temer, como o previram as organizações da resistência (em particular os Montoneros), que o Campeonato seja uma espécie de «gigantesca conferência de imprensa do povo argentino», lançando para o mundo uma mensagem basto diferente da elaborada pela firma Burson-Marsteller. Os Montoneros, assim como o E.R.P., garantiram que não moveriam nenhuma acção violenta durante o Campeonato, mas a eminência do acontecimento aviva as polémicas no seio do governo. Em Janeiro de 1978, o Secretário do Comércio junto



*A equipa Videla*

do Ministério da Economia, Juan Alemann, declarou à A.F.P. que este «acontecimento absurdo» custaria ao seu país, não 400, mas sim 700 milhões de dólares. Este número representa metade do saldo positivo da balança comercial em 1977, equivale a 20% do total anual das exportações argentinas e ultrapassa em 40% o

orçamento anual da educação. Alvaro Alsogaray, antigo ministro da Economia, escrevia em Fevereiro último, na revista oficial *Somos*, a propósito do Campeonato do Mundo: «o general Merlo disse tratar-se de uma decisão política. Isso não significa que seja uma boa decisão política». ■

# IDEOLOGIA MÉTODOS E PROJECTOS FASCISTAS

H. S. CRIGOYEN

No mês de Março de 1976 completou-se um ciclo iniciado três anos antes com a vitória da Frente justicialista. Durante esse período as forças armadas foram-se apoderando gradualmente do poder, a ponto de não se poder afirmar que o regime actual é muito diferente do precedente. Tratar-se-á antes da continuação — em pior — do governo de Isabel Péron, tendo-se os militares apropriado da fracção de poder que ainda não detinham.

Para os excessos do regime hoje deposto, existia um remédio constitucional: a comparação da presidente perante o tribunal supremo e a convocação de novas eleições

para fins de 1976. Esta solução foi impossível porque o alto comando tinha já tomado a decisão irreversível de proceder a um golpe de estado.

Antes de 24 de Março de 1976, o exército tinha já ocupado virtualmente a Argentina, dividindo-a em regiões, zonas e sub-zonas, em virtude de um decreto governamental que lhe permitia concentrar nas mãos o controle de todas as forças de segurança (polícia federal, prefeitura marítima, guarda nacional, polícias provinciais, serviços penitenciários) e colocar os quartéis, esquadras de polícia e prisões sob comando militar. Várias das medidas repressivas tomadas pelo governo de Isabel Perón tinham sido inspiradas pela hierarquia militar. Tal era nomeadamente o caso do decreto sancionando o regime previsto para «os detidos muito perigosos», que permite um tratamento inumano dos prisioneiros políticos e não é compatível com o artigo 23 da Constituição, segundo o qual as prisões sem mandato de origem judiciária só são autorizadas se «**não constituírem uma pena para o detido**».

A repressão arbitrária e sem discriminação, também ela existia antes do golpe de estado. Foi assim que, para dar apenas um exemplo, em princípios de 1975, o ministro peronista Alberto Rocamora denunciou um «**plano subversivo**» que serviu de pretexto para mandar prender todos os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos de Villa-Constitución, que acabavam de bater a burocracia peronista no decurso das eleições sindicais. Foi assim ainda que Alberto Piccinini, Dante Manzano, Juan Ridilfo Acuña, Adolfo Curti, entre outros, foram falsamente acusados de «**detenção de armas de guerra**». Um juiz federal concluiu pela sua inocência em fins de 1977, o que não os impede de continuarem a secar na prisão. Evidentemente, a supres-

## AS GRANDES GREVES DE 1977

Pelos fins de 1977, o Ministro da Economia, Martínez de Hoz, declarava: «Se fizermos bem as coisas em 1978, talvez possamos tocar a 'marcha triunfal' em 1979.» Mas o ano de 1978 começa com a revelação de que em 1977 os julgamentos de declaração de falência atingiram um total de 318 (contra 131 em 1976). O bloqueamento virtual dos salários do operariado permitiu a um porta-voz do Ministério da Economia declarar que «a mão-de-obra argentina é a menos cara do mundo» (cf. *La Nación* de 30 de Jan. de 1978). Nas fábricas Fiat, Chrysler, Ford, etc., os trabalhadores foram suspensos temporariamente por um mês (Janeiro); a General Motors anunciou a suspensão de 370 trabalhadores por trinta e cinco dias a partir de 23 de Janeiro; a Sociedade nacional dos caminhos-de-ferro fez saber que em 1978 pensa reduzir o seu pessoal em cerca de 9000 funcionários; a firma Delmo (artigos domésticos) re-

duziu a semana laboral a três dias, etc. A crise da indústria têxtil torna-se alarmante, e anuncia-se o fechamento das centrais açucareiras de La Florida, Santa-Rosa e La Trinidad.

De 13 a 17 de Junho de 1977, a zona industrial de Rosario e San-Lorenzo (provincia de Santa-Fé) tornou-se um foco de greves. A 17 de Junho, a greve de 6000 trabalhadores agrícolas veio juntar-se às lutas dos operários da indústria, enquanto as forças policiais faziam evacuar os locais dos estabelecimentos atingidos pelos conflitos. O balanço das acções conduzidas pelos trabalhadores foi magro: obtiveram aumentos da ordem dos 15 a 20%, e houve dezenas de prisões e de despedimentos.

Na manhã de 10 de Outubro começou a greve dos operários da fábrica Santa-Isabel da Renault. A 13 de Outubro os locais da fábrica foram ocupados por

são de todas as actividades políticas, o encerramento do Congresso e o desaparecimento da liberdade de imprensa, permitindo aos militares agir sem nenhum controle, não fizeram senão agravar as coisas.

No plano económico, a política da junta também não é inteiramente nova. Em Junho de 1975, o ministro peronista Celestino Rodrigo tentou aplicar medidas económicas que, em linhas gerais, eram semelhantes às do plano de Martínez de Hoz, o actual ministro da economia. Na época, a mobilização popular provocou a demissão da quase totalidade do gabinete, em particular a de Rodrigo e de Lopez Rega, que desempenhava o papel de um autêntico primeiro ministro. Os militares actualmente no poder representam os interesses de uma oligarquia que controla o grande capital financeiro, fundiário e industrial aliado aos monopólios internacionais. Os assalariados são as principais vítimas da sua política económica, bem como as classes médias, inclusive nos sectores agrícola e industrial.

A junta militar pretende querer restabelecer a «ordem» e a «paz social», mas não se combate o terrorismo com o terror. O governo tem certamente a obrigação de lutar contra o terrorismo, mas deve fazê-lo respeitando os direitos do homem, encorajando a actividade política pacífica e tomando as medidas económicas e sociais susceptíveis de tornar a vida de cada um mais digna e mais agradável. É infelizmente exactamente o contrário que acontece na Argentina, onde todos os dias pessoas inocentes são sequestradas, presas, difamadas, torturadas ou assassinadas. Para justificar tais crimes, toda a vítima da repressão é acusada de manter relações com a «subversão». Os serviços de informação, controlados pelas forças armadas, constituem uma espécie de nova

Inquisição, que se arroga o direito — sem possibilidade de defesa — de acusar e condenar seja quem for ao desaparecimento, à prisão ou à morte. Trata-se com efeito de liquidar tudo quanto pensa diferentemente. Objectivo impossível de atingir, e que conduz a uma escalada permanente da repressão. É por isso que se pode afirmar que, pela sua ideologia, pelos seus métodos e pelo seu projecto político, a ditadura argentina é fascista. O que não é o mesmo que dizer que todos os militares o sejam.

Alguns pretendem distinguir os «duros» e os «moles», os «falcões» e as «pombas». Esta tipologia, correcta noutros casos, é totalmente inadequada na Argentina. Apenas se pode falar das maiores ou menores responsabilidades que cabem a uns e a outros. Seja em que governo for, é aqueles que detêm os cargos mais altos que incumbem as mais altas responsabilidades. Na Argentina é o general Videla, presidente da junta militar, que assume as responsabilidades mais pesadas, seguido pelos outros membros da junta, pelos ministros e pelos chefes militares.

O isolamento da ditadura é hoje total. A resistência popular, que se exprime por milhares de pequenos actos quotidianos de rejeição do regime e por um número crescente de greves, está a criar, pouco a pouco, as condições para um regresso à democracia. Não um regresso a um passado que, como vimos, não era senão uma traição à democracia. As tentativas do general Videla para chegar a uma ditadura camuflada, em que os militares e a oligarquia estariam à cabeça, por detrás de uma fachada de instituições democráticas, como no Brasil, são inaceitáveis. Estou persuadido de que as pressões para reconduzir o país à democracia continuarão a aumentar, mesmo no seio das forças armadas. ■

forças militares mas, por unanimidade, o pessoal de serviço decidiu prosseguir a luta. As forças de segurança prenderam 130 operários, que foram despedidos.

Quinze dias mais tarde, greve dos ferroviários e do pessoal do metro de Buenos Aires, mobilizando mais de 150 000 trabalhadores. O descontentamento sindical atingiu outras companhias do sector público e empresas privadas. Enquanto o Ministro do Interior declarava que a greve era proibida, o movimento dos ferroviários estendia-se ao país inteiro. Face às prisões dos trabalhadores, foi decidido continuar a greve até à sua libertação. O comandante do 1.º corpo de exército anunciou então a aplicação da lei de segurança. Um ferroviário, Alberto Pantaleón, morreu durante uma sessão de torturas; um outro trabalhador, acusado de incitação à greve, foi passado pelas armas na entrada da estação de Constitución.

A 4 de Novembro, após aumentos de salários de 34 a 40% (presentemente, o salário de um ferroviário representa entre 70 e 80 dólares), o trabalho foi retomado no metro e nos caminhos-de-ferro; mas os estivadores e os empregados de Y.P.F. continuaram em greve de zelo, e na central principal de Segba (a companhia de electricidade de Buenos Aires), os seus 800 trabalhadores abandonavam os postos de trabalho às dez da manhã, na sequência do «desaparecimento» do delegado sindical, Juan Luís Bonggio.

A 10 de Março de 1978 surgiu entre os ferroviários (que pediam salários da ordem dos 143 dólares) a ameaça de um novo movimento. A junta ripostou aplicando a lei de segurança (art. 6.º), prendendo os sindicalistas Paez, Sambon e Petina, e passando mandatos de captura contra outros cinco. Hoje, os operários despedidos contam-se às centenas de milhar por todo o país. ■

# UMA «GEOGRAFIA DESPORTIVA» DEMASIADO DESCONHECIDA

DANIEL DENIS e FRANÇOIS GÈZE (\*)

## ARGENTINA-78



apoio à luta do povo argentino  
contra a ditadura militar fascista

Comunha de denúncia do aproveitamento político  
do Mundial pela ditadura argentina.

A utilização do Campeonato do Mundo de futebol de 1978 para fins políticos vem repor oportunamente na ordem do dia um componente das relações internacionais largamente desconhecido: a diplomacia desportiva. Segundo Jean Meynaud (1), «o traço característico desta diplomacia, pelo menos quando habilmente conduzida pelos seus promotores, é o facto de insistir na própria relação desportiva, deixando aparentemente na sombra as vantagens políticas susceptíveis de serem obtidas por tais contactos.»

Os generais de Buenos Aires pouco ou nada se preocuparam em dissimular as vantagens políticas que entendem retirar desta competição internacional, cuja importância só pode ser comparada à dos Jogos Olímpicos, (mais de um bilião e meio de telespectadores deverão assistir à retransmissão dos jogos). É verdade que podem invocar na matéria sérios precedentes históricos. Primeiro, o da Itália mussoliniana, com o segundo Campeonato do Mundo, em 1934. O presidente da Federação italiana de futebol, general Vaccaro, declarava por essa ocasião no congresso da FIFA (Federação internacional de futebol association): «A organização do Campeonato do Mundo será assegurada no perfeito estilo fascista, num ambiente de fervor e entusiasmo criado pelo regime» (2). O francês Jules Rimet, fundador do Campeonato, afirmava mais tarde, em eco: «A Federação italiana de futebol e a equipa italiana deram o exemplo, se não a lição, ao organizarem e ganharem o Campeonato do Mundo de 1934. Felicito-as, e admiro a fé capaz de suscitar tais virtudes» (3).

Dois anos mais tarde, Hitler fazia dos Jogos Olímpicos de Berlim uma missa cantada nazi oferecida à opinião internacional, demasiado disposta a aceitar o intolerável. «Os alemães não estão a fazer discriminação contra os judeus nas provas de selecção. Os judeus são eliminados por não serem suficientemente bons, por não existir no mundo uma dezena de judeus que tenham classe olímpica», declarava antes dos Jogos Frederik Rubien, secretário do comité olímpico americano. Enquanto o conde Baillet de La Tour, presidente do C.I.O. (Comité internacional olímpico), afirmava, após ter-se encon-

trado com o próprio Hitler, que lhe tinha sido fácil desmascarar a «falsidade» dos argumentos empregados pelos partidários do boicote proposto pela «Amateur Athletic Union» americana e pela «Fédération sportive et gymnique du travail» francesa. Como se as leis anti-semitas de Nuremberg, votadas em 1935, não deixassem augurar a «solução final» tida em mira pelos nazis...

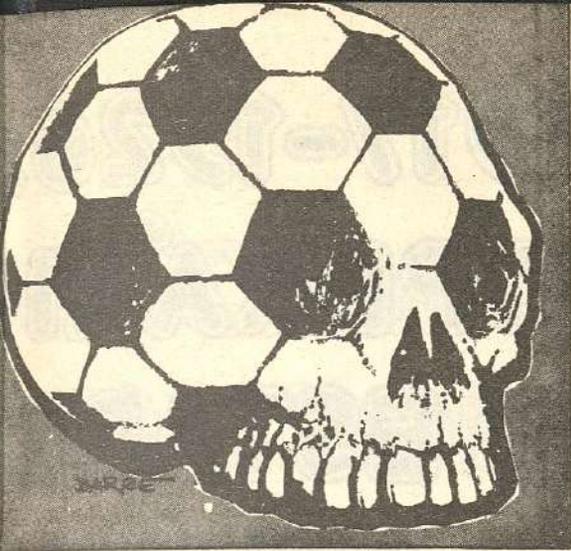
Um biombo, pois, estas grandes festas do músculo triunfante, utilizadas por regimes de barbárie com a cumplicidade de uma instituição desportiva internacional pronta a denunciar o político por todo o lado onde o seu «apolitismo» passe por suspeito?

Não, respondem os ideólogos do desporto «humanista» e «congregador dos povos», que apenas seria, segundo eles, um refém inocente, virgem cativa das potências estabelecidas. Que Franco em pessoa assista ao encontro Espanha-U.R.S.S. em 1964, após ter recusado que a equipa espanhola defrontasse os soviéticos em 1960, não inocentará isso o futebol? Seria o water-polo, na mesma ordem de ideias, responsável pela batalha campal aquando do jogo U.R.S.S.-Hungria nos Jogos Olímpicos de Melburn de... 1956? E poder-se-á pretender que o futebol tenha libertado a Argélia, a pretexto de a equipa da F.L.N. dar ao futuro Estado um reconhecimento diplomático de facto, ao jogar catorze vezes nos países socialistas a partir de Abril de 1958?

No entanto, o poderio político e económico das instituições desportivas internacionais, e em primeiro plano do C.I.O. e da FIFA, faz pairar sérias dúvidas sobre este angelismo. O funcionamento destes verdadeiros órgãos de um poder supranacional fornece já alguns índices sobre a sua ideologia: política do segredo encorajada pela longevidade dos dirigentes (4), membros cooptados sem consultar os Estados, com uma assembleia abandonando todo o poder ao presidente, sem dar contas a ninguém, e muito especialmente aos governos, cuja autoridade é por vezes mesmo posta em causa.

Mas a obra escrita (70 000 páginas) do fundador do olimpismo moderno, o barão Pierre de Coubertin, elimina as últimas

(\*) D. Denis é professor de educação física e F. Gèze é economista.



dúvidas. Muito longe de ser o amável filantropo tantas vezes descrito, preocupado com a higiene física dos seus contemporâneos, de Coubertin era um homem político cujo pensamento elitista e subtilmente racista ainda hoje impregna as organizações desportivas internacionais. O seu sonho, simbolizado pelos cinco anéis entrecruzados, era o de chegar a uma sociedade planetária, dirigida por uma instância supra-nacional, cuja imparcialidade seria garantida pelo desinteresse político: da substituição da «geografia política» por uma «geografia desportiva» nasceria uma «ordem nova».

Não podemos deixar de constatar a força que conserva hoje esta utopia reacionária, que visa «dar de beber da mesma nascente a proletários e burgueses». É disso testemunha, nomeadamente, o falhanço de todas as tentativas de substituição operadas no decurso do séc. XX. A da União Soviética em primeiro lugar: em 1921, o terceiro congresso do Komintern criava uma Internacional do desporto vermelho, denunciando o «desporto burguês» como um meio de desviar os trabalhadores da luta de classes. E no entanto, em 1952, Estaline integrava a U.R.S.S. nas instituições desportivas internacionais por ela até então recusadas, e cuja existência pretendia ignorar, em proveito de manifestações tipicamente «socialistas»: mas as «Espartaquíadas» organizadas em Moscovo nunca tiveram o sucesso esperado, nem se demarcaram, quanto ao fundo, do modelo ocidental, contudo vilipendiado.

Mais recentemente, foi a Ásia que tentou, em vão, subtrair-se ao movimento desportivo inspirado por de Coubertin. Depois de o C.I.O. ter imposto sanções à Indonésia, culpada de posições pró-árabes aquando dos Jogos asiáticos de 1963, Sukarno denunciou-o como «uma vulgar agência do imperialismo». Dessa cólera nasceram os «Jogos das forças ascendentes», espécie de Bandung desportivo. A China pôde então tomar aí o lugar activo que lhe era recusado pelo areópago «neutro» de Lausana (5). Mas do que se tratava, tal como precedentemente, era de instituir «contra-poderes» funcionando no mesmo plano que o original, de utilizar o encontro desportivo, intacto nos seus fundamentos,

ao serviço de outras convicções. É o que fazem hoje países como Cuba e a Argélia, à procura de uma «nova ordem desportiva internacional».

Apesar de tudo, as brechas introduzidas por estas tentativas no edifício do desporto mundial tendem hoje a alargar-se sob os golpes de outras contestações. Dos punhos erguidos do México à retirada dos países africanos em Montreal, em protesto contra o apartheid, o ideal pretensamente apolítico do barão de Coubertin é cada vez mais abertamente posto em causa.

Mas a contradição mais grave rebenta às claras quando o aparato jurídico-policial que rodeia as competições internacionais se torna o espectáculo principal, precisamente aquele que a apologia do gesto desportivo tinha por missão ocultar. A reviravolta é cada vez mais nítida a partir de 1968, quando no México a cerimónia olímpica se iniciou com o massacre de várias centenas de estudantes, desde que em Munique em 1962 se quis mostrar que «a paz olímpica é mais forte que os crimes terroristas». Em Montreal, em 1976, 9000 atletas eram guardados por 16 000 polícias: quarteirões isolados, leis de excepção, etc. (6). Um dispositivo análogo será posto em prática em Buenos Aires.

Se a utilização da ideologia desportiva e dos seus aparelhos pelas grandes potências e pelos seus aliados no terceiro mundo é hoje contestada, nem por isso deixa de ser um poderoso instrumento de influência política nas suas mãos. Donde a necessidade de aprofundar os efeitos de poder do desporto (ideal do esforço purificador, mito da linguagem universal, etc.), propagadores de uma concepção que acaba por atingir a vida quotidiana mesmo do indivíduo menos dado ao desporto. Trata-se de um campo de investigação e de intervenção muito rico, susceptível de iluminar simultaneamente os mecanismos de difusão da ideologia, de internacionalização das normas dominantes e de regulação das sociedades pelo domínio planificado dos corpos. ■

(1) Jean Meynaud, *Les groupes de pression internationaux*, Lausanne, 1961. Cf. igualmente, do mesmo autor, *Sport et politique*, Payot, 1971.

(2) *Corriere della Sera* de 25 de Maio de 1934.

(3) Jules Rimet, *L'Histoire merveilleuse de la Coupe du Monde*, Union européenne d'éditions, 1954.

(4) Desde a sua fundação, em 1892, o C.I.O. contou apenas quatro presidentes: de Coubertin (durante vinte e nove anos), Baillet de La Tour (dezasseis anos), Avery Brundage (vinte anos) e Lord Killanin, actualmente em funções.

(5) Note-se a coerência da posição do C.I.O.: favorável à tese da reunificação (no caso da Alemanha ou da Coreia) quando isso vai ao encontro dos desejos do Ocidente, mas não hesitando em apoiar a da dupla representação no caso da China e da Formosa, contrariando assim as teses socialistas.

(6) Cf. a revista *Quel corps?* n.º 495, especial «Jeux olympiques».

**A**NTES de passarmos à análise das consequências da crise económica de 1923/26, e em seguida a termos descrito as principais movimentações operárias ocorridas entre 1917 e 1924, é útil esboçarmos as principais fases deste ciclo de lutas sem paralelo na história social portuguesa e focar as suas incidências na elaboração das formas de representação social no período pré-ditatorial.

O cômputo das greves revela que os números propostos por Manuel Joaquim de Sousa (1), que constituiram até hoje a única referência quanto a este período, são muito inferiores à realidade, para além de não especificarem com precisão o significado profundo dessa contabilidade. Assim, enquanto o antigo secretário-geral da CGT indica 60 greves durante os anos de 1919 e 1920, que cobrem o período crucial da ofensiva operária do após-guerra, nós pudemos detectar a ocorrência de 126.

Se admitirmos que esta margem de erro dos números de M.J. de Sousa é extensível para o arco de tempo que temos vindo a estudar, não nos afastaremos muito da realidade se avançarmos o número de 400 greves de grande repercussão durante esses oito anos.

Mesmo assim, estes números parecerão algo modestos a quem os leia com o significado que têm hoje; se os interpretarmos, porém, à luz das principais características de que se revestiam essas lutas, eles indi-

# 1917-1926:

# OPERÁRIOS, CAMPONESES E ESTADO EM PORTUGAL

FERNANDO MEDEIROS

cam-nos uma mobilização e uma combatividade operária particularmente intensa. Com efeito, não devemos perder de vista que a maior parte desses confrontos se desenrolavam segundo dois eixos: a greve geral de uma profissão específica, à escala local ou nacional, e a greve interprofissional, ora a nível local, ora regional ou mesmo nacional, como sucedeu em Novembro de 1918. A partir desta configuração das greves de maior repercussão, que exclui ainda um número indeterminado de afrontamentos de menor alcance (2); deparamos com uma movimentação de algumas dezenas de milhares de trabalhadores, ao mesmo tempo que cresce a taxa de sindicalização e a influência da organização operária.

Todavia, à medida que nos afastamos do tempo da greve geral de 1918 e da fulgurante repressão que se abateu sobre o Alentejo, o movimento condensa-se progressivamente nas zonas mais urbanizadas, particularmente nas regiões de Lisboa, Setúbal e Porto/Braga, ainda que com algumas pontas nos principais centros algarvios e na Covilhã. Em finais de 1920 ele restringe-se praticamente a esta primeira região, que ainda não detinha a supremacia geo-industrial do país, ao passo que na região alargada do Porto o movimento perde fôlego e vem a dar lugar à aparição de três greves gerais em 1920 e 1921 que se assemelham já às revoltas e motins da fome que rebentaram um pouco por todo o país.

É através destas diferenças que se deve focar toda a complexidade do processo social que conduz à emergência do operariado como classe social, para si. Para contornar as múltiplas dificuldades que um tal processo oferece à análise, tem-se recorrido frequentemente à invocação de influências ideológicas divergentes, opondo-se um norte sob a alçada do reformismo ao sul libertário e revolucionário (3) e tomando-se como critério demonstrativo os resultados eleitorais da primeira República, e particularmente as eleições do pós-sidonismo (Maio de 1919), que levaram o Partido Socialista a deter seis deputações pelo norte, num total de oito. Só quem desconhece ou finge desconhecer, o que é mais grave para historiadores encartados, o modo de escrutínio limitativo, a influência decisiva dos aparelhos políticos detentores das clientelas e as manobras calculistas dos mesmos é que se deixa convencer por tão limitado índice. Uma análise mais fixa demonstraria sem dificuldade que o Partido Socialista da época não não passava de uma criação do Partido Democrático que se esforçava por canalizar a força operária para o interior do seu bloco político; e a prova de que afirmamos está em que uma vez extremadas as posições e evidenciada a falência desse projecto o Partido Socialista desaparece pura e simplesmente do tabuleiro eleitoral.

A contiguidade e a simbiose entre a ruralidade e a indústria, e entre a cidade e o campo, que fazia do Porto o primeiro burgo do país, encerram seguramente as causas profundas do evidente insucesso da penetração do sindicalismo operário. Aqui, contrariamente ao que se passava na região de Lisboa/Setúbal, o trabalho fabril exercia-se e era pago enquanto complemento da actividade de subsistência da família pequena-camponesa, absorvida na permanente salvaguarda dessa base «indispensável» de sobrevivência. Na composição do operariado nortenho, ao qual se assimilava a maioria do operariado ao norte da linha Covilhã-Marinha Grande, sobressai a extraordinária proporção de trabalho feminino e infantil, que define, por si só, a posição de dependência desses operá-

## NAS ORIGENS DO SALAZARISMO

Fernando Medeiros, na sua obra *A Sociedade e a economia portuguesas (1917-1926)*, tenta analisar o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em Portugal, entre a 1.ª Guerra Mundial e o início da ditadura. Para isso, procura relacionar o processo de capitalização dos grupos economicamente dominantes (a oligarquia da terra, a burguesia comercial e financeira, e a sempre precária burguesia industrial) com os diversos grupos políticos que servem, no aparelho de Estado, os interesses diversos desses grupos, e o movimento operário (rural e urbano) que vai tentando resistir às formas de exploração necessárias para essa capitalização.

E, através da descrição desse processo, nós vamos vendo também como os diversos partidos (e os sucessivos governos republicanos) são incapazes de elaborar um projecto económico e financeiro que harmonize os divergentes interesses materiais dos grupos sociais dominantes. Ora, é esta «impotência» do Estado republicano que permite, em parte, a expansão dum movimento sindical bastante «radicalizado» que,

aglutinando o descontentamento produzido pela participação na 1.ª Guerra Mundial e pela precária situação económica (é necessário ver que o nosso mercado interno estava dependente, como é típico das formações económicas periféricas, do abastecimento externo, que era pago, já nesta altura, pelo «ouro da emigração»), vai criando cíclicos conflitos sociais a que a nossa débil burguesia liberal com muita dificuldade consegue responder. E, por sua vez, é esta constante tensão social que exige, por parte do Estado da nossa 1.ª República, uma actuação que, baloiçando entre a demagogia e a repressão brutal, se vai tornando cada vez mais autoritária, desacreditando-o completamente face às classes trabalhadoras.

O livro de F. M. procura assim analisar, numa visão de conjunto, os complexos mecanismos de fricções económicas e sócio-políticas que estão na origem do aparecimento e da difusão das ideias integralistas e «fascizantes» que são o substrato ideológico do Estado Novo.

Dentro deste tecido de relações socio-económicas sobressaem principalmente dois fios condutores orientados pelos pólos campo-cidade e norte-sul. O primeiro é fundamental para o sector industrial porque, através da exploração de «camponeses-operários» e da sua específica condição, se vai conseguir baixas taxas de salários. O segundo é determinante na articulação dos modos de produção rurais.

Ora, no IX Capítulo do 2.ª Parte do seu livro, F. M. resolve retirar uma série de conclusões sobre este duplo dualismo, imprescindível para a compreensão da nossa formação socio-económica e, portanto, também para o entendimento do movimento sindical português da 1.ª República, das suas fraquezas, da imagem que ele tem de si próprio e da burguesia liberal que combate.

Consideramos, por isso, importante a sua publicação na revista ABRIL. ■

J. C.

**A**NTES de passarmos à análise das consequências da crise económica de 1923/26, e em seguida a termos descrito as principais movimentações operárias ocorridas entre 1917 e 1924, é útil esboçarmos as principais fases deste ciclo de lutas sem paralelo na história social portuguesa e focar as suas incidências na elaboração das formas de representação social no período pré-ditatorial.

O cômputo das greves revela que os números propostos por Manuel Joaquim de Sousa (1), que constituíram até hoje a única referência quanto a este período, são muito inferiores à realidade, para além de não especificarem com precisão o significado profundo dessa contabilidade. Assim, enquanto o antigo secretário-geral da CGT indica 60 greves durante os anos de 1919 e 1920, que cobrem o período crucial da ofensiva operária do após-guerra, nós pudemos detectar a ocorrência de 126.

Se admitirmos que esta margem de erro dos números de M.J. de Sousa é extensível para o arco de tempo que temos vindo a estudar, não nos afastaremos muito da realidade se avançarmos o número de 400 greves de grande repercussão durante esses oito anos.

Mesmo assim, estes números parecerão algo modestos a quem os leia com o significado que têm hoje; se os interpretarmos, porém, à luz das principais características de que se revestiam essas lutas, eles indi-

# 1917-1926: OPERÁRIAS E ESTADO

FERNANDO MEDEIROS

cam-nos uma mobilização e uma combatividade operária particularmente intensa. Com efeito, não devemos perder de vista que a maior parte desses confrontos se desenrolavam segundo dois eixos: a greve geral de uma profissão específica, à escala local ou nacional, e a greve interprofissional, ora a nível local, ora regional ou mesmo nacional, como sucedeu em Novembro de 1918. A partir desta configuração das greves de maior repercussão, que exclui ainda um número indeterminado de afrontamentos de menor alcance (2); deparamos com uma movimentação de algumas dezenas de milhares de trabalhadores, ao mesmo tempo que crescia a taxa de sindicalização e a influência da organização operária.

## NAS ORIGENS DO SALAZARISMO

Fernando Medeiros, na sua obra *A Sociedade e a economia portuguesas (1917-1926)*, tenta analisar o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em Portugal, entre a 1.ª Guerra Mundial e o início da ditadura. Para isso, procura relacionar o processo de capitalização dos grupos economicamente dominantes (a oligarquia da terra, a burguesia comercial e financeira, e a sempre precária burguesia industrial) com os diversos grupos políticos que servem, no aparelho de Estado, os interesses diversos desses grupos, e o movimento operário (rural e urbano) que vai tentando resistir às formas de exploração necessárias para essa capitalização.

E, através da descrição desse processo, nós vamos vendo também como os diversos partidos (e os sucessivos governos republicanos) são incapazes de elaborar um projecto económico e financeiro que harmonize os divergentes interesses materiais dos grupos sociais dominantes. Ora, é esta «impotência» do Estado republicano que permite, em parte, a expansão dum movimento sindical bastante «radicalizado» que,

aglutinando o descontentamento produzido pela participação na 1.ª Guerra Mundial e pela precária situação económica (é necessário ver que o nosso mercado interno estava dependente, como é típico das formações económicas periféricas, do abastecimento externo, que era pago, já nesta altura, pelo «ouro da emigração»), vai criando cíclicos conflitos sociais a que a nossa débil burguesia liberal com muita dificuldade consegue responder. E, por sua vez, é esta constante tensão social que exige, por parte do Estado da nossa 1.ª República, uma actuação que, baloiçando entre a demagogia e a repressão brutal, se vai tornando cada vez mais autoritária, desacreditando-o completamente face às classes trabalhadoras.

O livro de F. M. procura assim analisar, numa visão de conjunto, os complexos mecanismos de fricções económicas e sócio-políticas que estão na origem do aparecimento e da difusão das ideias integristas e «fascizantes» que são o substrato ideológico do Estado Novo.

# OS, CAMPONESES EM PORTUGAL

Todavia, à medida que nos afastamos do tempo da greve geral de 1918 e da fulgurante repressão que se abateu sobre o Alentejo, o movimento condensa-se progressivamente nas zonas mais urbanizadas, particularmente nas regiões de Lisboa, Setúbal e Porto/Braga, ainda que com algumas pontas nos principais centros algarvios e na Covilhã. Em finais de 1920 ele restringe-se praticamente a esta primeira região, que ainda não detinha a supremacia geo-industrial do país, ao passo que na região alargada do Porto o movimento perde fôlego e vem a dar lugar à aparição de três greves gerais em 1920 e 1921 que se assemelham já às revoltas e motins da fome que reberntarão um pouco por todo o país.

Dentro deste tecido de relações socio-económicas sobressaem principalmente dois fios condutores orientados pelos pólos campo-cidade e norte-sul. O primeiro é fundamental para o sector industrial porque, através da exploração de «camponeses-operários» e da sua específica condição, se vai conseguir baixas taxas de salários. O segundo é determinante na articulação dos modos de produção rurais.

Ora, no IX Capítulo do 2.<sup>a</sup> Parte do seu livro, F. M. resolve retirar uma série de conclusões sobre este duplo dualismo, imprescindível para a compreensão da nossa formação socio-económica e, portanto, também para o entendimento do movimento sindical português da 1.<sup>a</sup> República, das suas fraquezas, da imagem que ele tem de si próprio e da burguesia liberal que combate.

Consideramos, por isso, importante a sua publicação na revista ABRIL. ■

J. C.

É através destas diferenças que se deve focar toda a complexidade do processo social que conduz à emergência do operariado como classe social, para si. Para contornar as múltiplas dificuldades que um tal processo oferece à análise, tem-se recorrido frequentemente à invocação de influências ideológicas divergentes, opondo-se um norte sob a alçada do reformismo ao sul libertário e revolucionário (3) e tomando-se como critério demonstrativo os resultados eleitorais da primeira República, e particularmente as eleições do pós-sidonismo (Maio de 1919), que levaram o Partido Socialista a deter seis deputações pelo norte, num total de oito. Só quem desconhece ou finge desconhecer, o que é mais grave para historiadores encartados, o modo de escrutínio limitativo, a influência decisiva dos aparelhos políticos detentores das clientelas e as manobras calculistas dos mesmos é que se deixa convencer por tão limitado índice. Uma análise mais fixa demonstraria sem dificuldade que o Partido Socialista da época não passava de uma criação do Partido Democrático que se esforçava por canalizar a força operária para o interior do seu bloco político; e a prova de que afirmamos está em que uma vez extremadas as posições e evidenciada a falência desse projecto o Partido Socialista desaparece pura e simplesmente do tabuleiro eleitoral.

A contiguidade e a simbiose entre a ruralidade e a indústria, e entre a cidade e o campo, que fazia do Porto o primeiro burgo do país, encerram seguramente as causas profundas do evidente insucesso da penetração do sindicalismo operário. Aqui, contrariamente ao que se passava na região de Lisboa/Setúbal, o trabalho fabril exercia-se e era pago enquanto complemento da actividade de subsistência da família pequena-camponesa, absorvida na permanente salvaguarda dessa base «indispensável» de sobrevida. Na composição do operariado nortenho, ao qual se assimilava a maioria do operariado ao norte da linha Covilhã-Marinha Grande, sobressai a extraordinária proporção de trabalho feminino e infantil, que define, por si só, a posição de dependência desses operá-

## PROLETARIZAÇÃO E EMIGRAÇÃO

rios-camponeses em relação às estruturas fundamentais da sociedade rural envolvente, dependência que reconduzia automaticamente o estatuto servil quer desses trabalhadores quer de toda a célula patriarcal. A principal indústria do país (4) repousava quase exclusivamente num sistema de submissão das comunidades camponesas que lhe permitia pagar salários que não tinham nada a ver com o «mínimo fisiológico necessário» uma vez que nesse «mínimo» entrava todo o trabalho de subsistência não remunerado da família pequeno-camponesa. Por outro lado, e aqui a experiência esclavagista da burguesia portuguesa parece-me ser uma fonte de inspiração evidente, o industrial ou grande comerciante que utilizava ainda o trabalho a domicílio, recorria àqueles trabalhadores que não acarretavam despesas de reprodução; assim, a reprodução do semi-salariado era exclusivamente assegurada no quadro da economia de auto-subsistência: às crianças que cresciam substituíam-se outras crianças, às mulheres que conseguiam sair das teias da sobre-exploração substituíam-se outras mulheres de idêntica origem, extraídas do manancial rural, inesgotável (5).

Vistas as coisas cruamente, sem a capa cenicamente idílica da velha burguesia nacional, não era apenas com um patrão que se deparava defronte de cada um desses trabalhadores, mas pelo menos dois: o patrão de fora e o pater-família, que continuava a desempenhar uma função nutricional fundamental tanto para a compreensão dos mecanismos da exploração económica como para o entendimento das leis internas que regiam essas comunidades agrárias (6). E quando se examina o sistema da aprendizagem do artesanato descobrem-se três delegações de poder consecutivas e sobrepostas, que iam do chefe de família ao patrão comerciante, passando pelo artífice que recorria a essa força de trabalho gratuita.

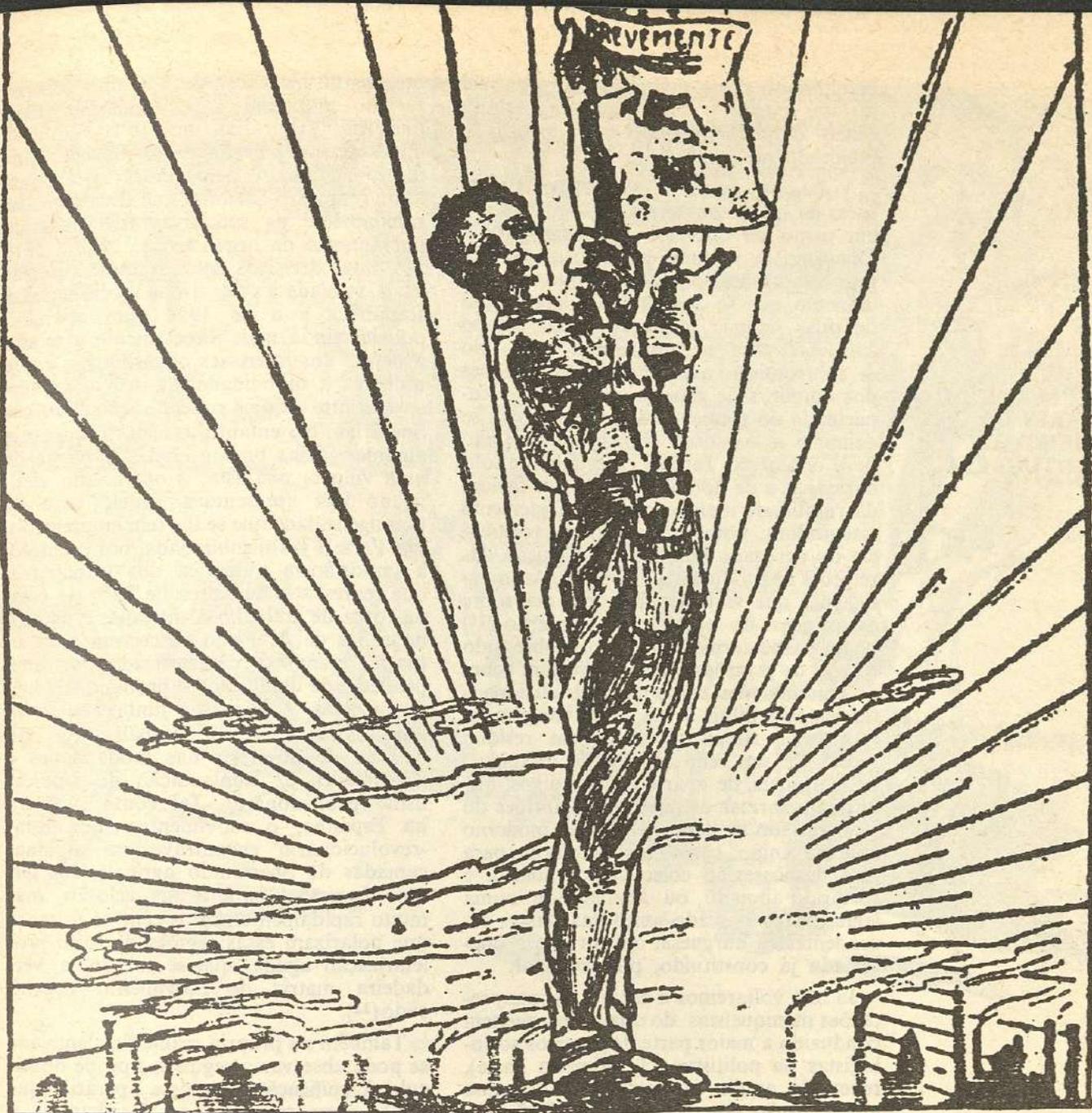
Neste contexto, a proletarização correspondia ao grau máximo de degradação do estatuto social e a ela só recorriam aqueles, mas sobretudo aquelas, para quem o escape emigratório não oferecia viabilidade, ou por falta de recursos ou simplesmente sobretudo no que respeitava às mulheres, pela própria inexistência de terra de acolhimento. A persistência da linhagem familiar pequeno-camponesa, enquanto entidade social definida num espaço de representação própria, integralmente condicionado pela economia tradicional, era reforçada de modo duradouro pelo sentido do êxodo emigratório, na medida em que este se traduzia, não na desapropriação cultural a que inevitavelmente conduziria uma proletarização masculina e adulta dessa amplitude, mas sim no reforço do poder integrador da sociedade camponesa que, com as suas formas específicas de alienação (de cariz religioso mas só epidermicamente católica (7)) impediam que

se desenvolvesse uma contra-cultura operária. Nesta perspectiva, a emigração que tem por nascente o êxodo rural, e precedia portanto do esgotamento fisiológico das possibilidades de sobrevivência nas estruturas da sociedade tradicional, toma o sinal de recusa de proletarização uma vez que ela se confunde com a rejeição da alienação cultural. Emigrar era uma via exógena já integrada e condicionada pela sociedade camponesa e, porque «absolutamente indispensável» ela travestia-se sob a forma da necessidade do grupo no seu todo (8), relegando para um inconsciente colectivo o próprio projecto individual do emigrante.

A conjuntura do imediato pós-guerra, que se caracterizava pela expansão rápida do mercado interno e pela aceleração da urbanização, foi provavelmente a primeira concretização da emergência da contra-cultura operária que se assumia no discurso e na prática sindicalista-revolucionária, agora centrada sobre essa urbanidade ascendente e cortada cada vez mais da cultura camponesa, mesmo quando se tratava da situação alentejana, ultra-proletarizada. A questão agrária constituía a «questão política» essencial dessa época e o facto de os sindicalistas lhe terem dado muito pouca atenção, quando não falavam do «Zé Broa» com acentos depreciativos, denota essa vontade de se arrancar às malhas económicas e culturais da sociedade tradicional.

A emergência de um proletariado organizado não deixaria contudo, de acarretar profundas perturbações nas antigas relações de dominação social, particularmente nas ramificações clientelistas, articuladas com a influência das famílias dominantes incrustadas num paternalismo que dava força a instituições caracterizadamente feudais, como o caciquismo, de igual natureza tanto na Monarquia como na República. A crise dos anos vinte contém todos os elementos que determinavam o disfuncionamento da dominação ancestral, ao mesmo tempo que se turvavam as imagens que as classes sociais em gestão se espelhavam reciprocamente. Perante a irrupção brutal das lutas de classes, a burguesia liberal ascendente hesita constantemente na escolha de aliados políticos, com receio da sua própria incapacidade de inovar em matéria de dominação da sociedade civil, agora «agitada» pela presença operária. Perante os novos riscos, preferir-se-ia recolher aos velhos hábitos e às antigas modalidades de dominação sócio-política, apostando definitivamente na sua imutabilidade. Veremos na III.ª Parte que, mesmo antes da instauração do Estado Novo e ainda em pleno regime democrático, esse reflexo defensivo e amedrontado estaria na origem da crise de 1923-26.

Enquanto, no centro e no norte, emigrar correspondia à «proletarização clandestina», porque inaceitável no meio de origem, no sul, a questão colocava-se de modo



Anúncio da remodelação de «A Batalha» (1924)

diferente. Aqui, depois da conversão dos servos e escravos à condição operária, a emigração era miragem inacessível ou logo esquecida nos centros urbanos em gestação. As indústrias de Lisboa e da península de Setúbal eram o término da viagem, sem lotaria possível nem escapatória à condição de origem para aqueles que conseguiam despegar-se da dominação directa dos latifundiários, de uma classe que sabia a que ponto a condição de refém do operariado alentejano era indispensável para a sua continuidade no topo da sociedade. Mas porque era proletariado plenamente realizado, havia séculos já, ele tornava-se um objecto de cobiça por parte daqueles industriais, raríssimos mas com apetites pantagruélicos, que necessitavam de uma numerosa força de trabalho masculina, adulta, desqualificada, imediata e duravelmente disponível para sustentar os novos projectos industriais. Desde que aparecem

esses novos projectos que implicavam o emprego maciço do homem, eles eram imediatamente concebidos e projectados na situação alentejana; a CUF é o exemplo mais típico dessa implantação mas não é uma excepção, e a implantação da cortiça não se explica só pela proximidade da matéria prima<sup>(9)</sup>. Para além de todos os outros desencontros entre as fracções das classes dominantes, este bastaria para compreender a virulência anti-industrialista da oligarquia da terra.

Proletarização efectiva no sul e recusa de proletarização no centro e no norte constituíam os tópicos de duas culturas que se rejeitam mutuamente e que o sindicalismo-revolucionário só durante um curto espaço de tempo pareceu poder conciliar, a partir do impulso que deu às lutas sociais, em ambas as regiões. No entanto, a partir de 1920, a oposição cidade/campo torna-se de tal forma intensa que dela

## ASPECTOS DUALISTAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA

resultaria o corte definitivo entre o operariado citadino, por um lado, e, por outro, o operariado e o semi-operariado integrado no ruralismo.

Voltamos, portanto, aos aspectos dualistas da sociedade portuguesa, polarizados em torno da questão do *mezzo-giorno*. Dualismo de culturas mais do que ecológico e histórico, por conseguinte, na medida em que se aparenta à sobreposição de duas «*etnias sociais*»<sup>(10)</sup>, sem campo suficiente para se transformar num tipo de confrontação assente nas determinações dos conflitos de classes. Todavia, a incapacidade do pequeno campesinato para se definir e se constituir enquanto classe não deve obscurecer formas específicas de solidariedade e de homogeneidade que faziam da ruralidade uma cosmogenia fortemente integradora, visível na espantosa resistência do agregado familiar à dissolução das relações de produção dominantes. As investigações que se fazem hoje em dia sobre as origens do proletariado moderno<sup>(11)</sup> põem particularmente o acento sobre todo o feixe de pressões que se exerceram sobre as comunidades camponesas tradicionais, tendentes a diluir a sua força integradora e a criar simultaneamente um resíduo social, de um sem número de excluídos, de marginais, de «*párias*» e mendigos, que viriam a formar os primeiros embriões do operariado moderno. O Estado moderno aparece então como um demiurgo para essa despossessão colectiva, económica e cultural, apoiado ou apoiando-se numa legitimidade buscada junto das classes ascendentes: à burguesia industrial e o operariado já constituído, pós-artesanal.

Já não voltaremos a esbater as interpretações maniqueístas do dualismo a que tem conduzido a maior parte dos ensaios sociologistas ou politistas (cf. Primeira Parte), repetindo aquilo que avançávamos sobre a articulação dos modos de produção e a sua importância decisiva para o entendimento da formação social portuguesa enquanto formação económica. Todavia, é na dualidade sócio-cultural, mais ainda do que na bipartição estrutural e geo-física, assim como na sobreposição do modo de produção doméstico a ambas as estruturas económicas, fundamentais, que reside certamente o segredo do estancamento secular da sociedade portuguesa, em benefício exclusivo e absoluto de uma classe dirigente que não tardaria a juntar ao «*génio*» do negócio escravagista dos séculos passados a sabedoria dos traficantes de emigração dos tempos modernos e que, assim, pôde extrair o máximo da sujeição da sociedade arcaica ao mesmo tempo que fazia a economia política de uma não-industrialização.

No polo oposto, a unificação do operariado esbarrava com dois obstáculos estruturais. O primeiro deles residia na dispersão territorial do operariado agrícola alentejano, cujo efectivo superior a 200 000

representava o dobro do conjunto do operariado industrial e pré-industrial. Essa dispersão geográfica incidiu nas dificuldades de implantação da organização sindical, facilitando, pelo contrário, a constante repressão patronal que desmantelava rapidamente as sucessivas tentativas de implantação da organização. 1912 e 1918 são datas decisivas dessa repressão implacável, apoiada a primeira na recém-nascida República e a de 1918 num aparelho policial ainda mais directamente afectado à defesa dos interesses oligárquicos, e que utilizava a mobilidade das forças repressivas contra a difícil concentração de forças operárias. No entanto, e contrariamente a algumas ideias preconcebidas a partir de uma vulgata marxista, o operariado alentejano não apresentava aquele grau de homogeneidade que se lhe tem emprestado. Na Parte I já foi sublinhada, por exemplo, a importância numérica dos jornaleiros, que representariam cerca de 20% do total da força de trabalho alentejana, e as monografias de A. Picão descrevem uma situação complexa caracterizada por uma profusão de qualificações profissionais hierarquizadas. A dispersão juntava-se assim uma divisão técnica do trabalho que não deixava de interferir nas modalidades e dificuldades de implantação do sindicalismo-revolucionário. Tal como sucedera na Espanha, o movimento sindicalista-revolucionário encontrava em algumas camadas de operariado agrícola um terreno favorável para a sua eclosão, mas muito rapidamente são os centros urbanos que polarizam essas regiões de forte proletarização aguda, que se tornam a verdadeira matriz do movimento organizado<sup>(12)</sup>.

Também na própria realidade alentejana se pode observar o segundo tipo de obstáculo à unificação da classe operária, que várias vezes referimos ao designarmos o «*fisiocratismo operário*» que inspirava e orientava o sindicalismo. Na leitura dos projectos, programas e declarações dos sindicalistas depara-se com um culto de trabalho que contrasta singularmente com uma outra atitude, a da rejeição, traduzida por uma longa série de aforismos onde o trabalho é referido com conotações de repúdio, muito próximas da maldição bíblica. Para os sindicalistas, que durante o primeiro quartel do século se viriam a confundir com camadas específicas de trabalhadores qualificados, o trabalho é sempre encarado como forma de valorização individual e aproxima-se invariavelmente de uma sublimação da exigência da perfeição. O trabalhador operário entendia-se enquanto *mestre* ou *artífice* e considerava-se investido de um poder social imanente dos segredos de fabrico ou de execução de que continuava a ser o principal detentor. O papel relevante de um militante sindicalista como Alexandre Vieira durante os quinze anos fortes do sindicalismo



*Cavadores, litografia de Edward Munch*

revolucionário permite que o citeamos como referência significativa a esse fisiocratismo. Ainda em 1926, escrevia A. Vieira:

«Fala-se muito em Revolução Social (...) mas verifica-se que grande número de operários, em vez de se preparar para a receber com as habilitações técnicas levadas ao máximo da perfeição, a aguardam tornando-se **sucateiros** impenitentes, não tendo a preocupação de produzirem bem, mas a de produzirem muito, e mal. Não existe, em regra, aquele culto pela profissão que dignifica os que a exercem, elevando-os à categoria de autênticos valores sociais, mas nota-se antes o propósito de **despachar** trabalho, sem ter em conta que quanto mais bem executado se apurar esse trabalho, mais valorizado será o profissional que o realiza, seja qual for o ramo a que pertença» (13).

A quase repulsa pela expressão mercantil da produção traduz uma recusa específica do capitalismo, cujas particularidades os sindicalistas definiam a partir da circulação e não na base da produção. Numa outra passagem, o mesmo autor critica o sistema de trabalho por empreitada que se tinha generalizado nas profissões pré-industriais, em nome do mau uso que dela fazem os «sucateiros» que se contentam em «despachar trabalho». E Alexandre Vieira terminava o seu artigo por uma admoestação ao poder central, que era já detido pela ditadura militar, para «coibir eficazmente os abusos dos **honrados** comerciantes».

Este traço anti-mercantilista é uma das constantes do breviário económico do sindicalismo-revolucionário que não se cansava de fustigar a especulação, o sonejamento e o açambarcamento como causas exclusivas da «carestia de vida», apontando estas taras como outros tantos traços pe-

culiares do sistema capitalista. Já numa anterior tese sobre a carestia, defendida na Conferência Operária de Lisboa de Abril de 1917, Pinto Quartim, outro militante activíssimo do sindicalismo-revolucionário depois passado ao anarco-sindicalismo, não se afastava dessa visão, quando escrevia:

«A carestia da vida não é um fenómeno momentâneo, mas permanente enquanto existir o salariato (...). Se não se aumenta a produção é porque o capitalista é interessado na escassez de produtos, visto que a sua produção obedece ao lucro que o negócio lhe dá e não a satisfazer as necessidades reais de consumo» (14).

A contradição explicitava-se ainda mais numa passagem do ponto 7 da tese, aonde se dizia, depois de serem rejeitadas as reformas como via de transformação social: «Para operar esta transformação, que trará a **liberdade de produção e de consumo** (...), cumpre ao operariado **organizar-se, instruir-se e educar-se**» (15).

Um outro documento a que já nos referimos e que define bem esta visão do capitalismo na óptica do sindicalismo-revolucionário é a tese dita Organização Social Sindicalista, tanto na versão de 1909 como na versão de 1922 adoptada pelo Congresso Operário Nacional da Covilhã. Neste extenso panegírico são feitas múltiplas referências ao «trabalho útil», posto como sinónimo de trabalho qualificado, à «produção de utilidades» e à necessidade de «destruir o supérfluo», referindo-se aí diversas vezes a necessária prioridade para a supressão dos circuitos vigentes na distribuição.

Nestes textos que retivemos pelo seu significado de amostra, é o mercantilismo que aparece como sinónimo do capitalismo e a oposição que contra ele se define aparece sobretudo nos sectores de operários-empregados que se confrontavam directamente com uma entidade patronal personificada no comerciante. A lenta passagem do capital comercial para a esfera do capital industrial e financeiro não tinha ainda atingido uma amplitude suficiente para dissolver esses vestígios do trabalho artesanal, colocando o sindicalistas numa posição defensiva em relação a esse processo.

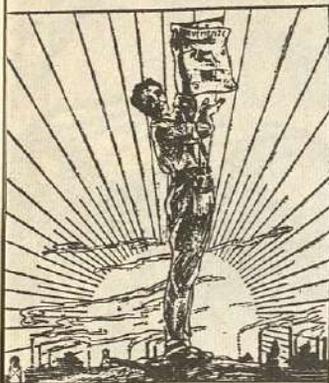
A recusa do mercantilismo não foi um exclusivo sindicalista. A corrente fisiocrática de que Salazar se faria porta-voz fustigava o sistema plutocrático onde imperava o comerciante próspero, sonegador e açambarcador (16). A figura do «novo rico», mil vezes ridicularizada por todos os caricaturistas da época, correspondia, tanto para os sindicatos como para os antigos detentores de privilégios de renda, à «imoralidade» da prosperidade republicana que tentava criar uma classe de apoio capaz de imprimir novas orientações à produção e à distribuição da riqueza social. Neste

domínio, os republicanos também não se mostraram grandes inovadores, preferindo recorrer aos antigos modelos francês e inglês definitivamente caducos desde 1914 para tentarem instaurar novas dinastias burguesas, num país que também vivera de perto a grande mutação operada pela Guerra.

A imagem do proletariado retida pela burguesia republicana, assim como a imagem da burguesia na retina sindicalista, formam as componentes do imaginário nas lutas de classes, imaginário que não deixou de se repercutir nas confrontações sociais (17).

Para concluir, voltemos a insistir nos acontecimentos apontados como sintoma da ruptura entre o movimento organizado, o sindicalismo, e o movimento espontâneo que irrompe no Verão de 1920 em novos motins da fome. Neste ano, o adensamento do mapa das lutas e greves atinge o máximo registado entre 1917 e 1926 mas nele se incluem as novas revoltas da fome de um «operariado residual», provinciano, que apontam com nitidez para a importância decisiva da oposição cidade/campo que o movimento organizado tinha permitido exacerbar mas cuja consolidação só poderia advir de uma política imperativamente industrial. Na cidade (região de Lisboa) a greve «desproletarizava-se» para se tornar uma prática comum a toda a população assalariada; as manipulações da Confederação Patronal, que jogavam os operários para as greves salariais-relâmpago de forma a obterem justificações inadiáveis para aumentos de preços (e de lucros), desapoderaram o movimento sindical do seu elemento constitutivo fundamental, atraindo de novo para as práticas do paternalismo patronal as franjas operárias menos autonomizadas. O Comité Confederal do tempo de M. J. de Sousa (1919-1922), interpretando com triunfalismo essa aparente recuperação da intensidade reivindicativa apostava mais do que nunca na «espontaneidade» do movimento e satisfazia-se apressadamente com uma tática atomizada frente a um patronato fortemente unido. Na região do Porto, dessa confrontação desigual resultaria o aniquilamento definitivo dos principais embriões sindicalistas, divididos agora pelo seccionismo e pelo profissionalismo.

Doravante, o movimento organizado entra numa fase de retrocesso, limitando-se cada vez mais à região de Lisboa/Barreiro. E mesmo aqui a desigualdade de resistência frente ao patronato e ao Estado faz aparecer clivagens irreduzíveis: salários cada vez mais diferenciados entre aqueles que conseguiam arrancar para a luta (ou cujos patrões concediam por motu próprio aumentos de salários e ou ainda que obtinham os horários prescritos pela nova lei) e os «laissés pour compte», condenados à marginalização crescente, que se debatiam com as maiores dificuldades de sobrevivência e se viam obrigados



## A RUPTURA ENTRE O SINDICALISMO E O MOVIMENTO ESPONTÂNEO

a aceitar a esmola do «pão de terceira». à espera de se remeterem mais uma vez a algum «salvador supremo» que apa-resse.

No primeiro grupo encontramos aqueles que se lançariam ainda para lutas longas e aguerridas, espaçadas por poucos meses: eram os tipógrafos, os pedreiros e carpinteiros, os arsenalistas e serralheiros, o pessoal dos eléctricos, os sapateiros, os corticeiros e os soldadores das conservas. Entre 1918 e 1923, os corticeiros empreenderam seis greves gerais à escala nacional, igualando o número de greves do mesmo tipo dos metalúrgicos (serralheiros, mecânicos, soldadores e electricistas) e dos operários da construção civil. Em Setembro de 1921 os ferroviários lançavam a quarta greve desde o fim da guerra; o pessoal dos eléctricos de Lisboa recorreram à greve quase duas vezes por ano entre 1918 e 1922; os tipógrafos entravam na terceira greve geral nos começos de 1921. Outros, como os arsenalistas, os operários das manufacturas dos tabacos de Lisboa e os operários das moagens obtinham as revalorizações salariais com o simples aceno de uma ameaça de greve. O outro grupo, aqueles que mais se ressentem do choque com a

Confederação Patronal e que vêm a mobilização decrescer, são os tanoeiros, os fosforeiros, os mineiros, os operários da têxtil de Lisboa, Porto e Covilhã, os operários da CUF, os vidreiros da Marinha Grande, os dockers, os chapeleiros, os fareiros das conservas, os carteiros, etc. Os novos motins da fome de 1922 e 1923 estendem-se a estas camadas do operariado, empurradas para revoltas sem futuro ao mesmo tempo que o Sindicalismo, maioritário ou minoritário, se entrincheirava nos últimos bastiões da capital, lentamente corroído pelo corporativismo estanque, pelas oposições entre «políticos» e «anti-políticos», entre jovens e velhos, entre mestres e aprendizes, entre «puros» e «moscovitários», etc. Nessa trincheira, o que restava em fins de 1923 da CGT aprestava-se para soçobrar definitivamente sob os efeitos da crise económica. ■

(Capítulo do livro «A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo (1917-1926)» a lançar em breve pela editora A REGRA DO JOGO — que amavelmente nos autorizou a sua publicação).

(1) M. J. de Sousa, *op. cit.*, quadro da página 177; para o período anterior a 1914 o livro de Fernando Emígio da Silva, *As greves* é muito mais preciso.

(2) Carlos da Fonseca, que recorreu a fontes de informações mais variadas, assinala-me que só para 1920 o número total de greves, grandes e pequenas, ultrapassavam as duas centenas.

(3) José Pacheco Pereira, *op. cit.*, adere totalmente a esta aparência e contenta-se com tal nível de análise. Oliveira Marques compraz-se em dizer que «o chefe do governo (em 1917, Afonso Costa) mostrava a sua simpatia para com a luta de classes e inclinava-se para as leis marxistas», *op. cit.*, p. 48.

(4) A indústria têxtil, cf. I.<sup>a</sup> Parte, Cap. II.

(5) Fruto do desequilíbrio demográfico criado pela emigração masculina.

(6) e (7) Estes fenómenos ainda hoje são observáveis. M. Espírito Santo, num trabalho para a EHSS de Paris intitulado *Reguengo do Fétal: un village portugais dans la revolution*, 1976, mostra, por exemplo, como no decurso do verão de 1975 os «operários-camponeses» (a não confundir com o salariado agrícola) se determinavam contra o Estado em função da crise do vinho, não levando absolutamente nada em conta as vantagens sociais e salariais que enquanto assalariados passavam a usufruir. Este estudo, a publicar em breve, inicia uma investigação que tem sido sistematicamente descurada em Portugal apesar de muito se falar em «diáspora», revolução, etc. Esperemos que esta iniciativa abra uma brecha no condicionado aparelho de investigação geral em Portugal.

(8) A pressão social do grupo para «empurrar» para a emigração, manifesta nas cartas de chamada de colaterais já emigrados, os apadrinhamentos para os trâmites administrativos, nos exemplos sobrevalorizados daqueles que regressassem com sinais exteriores de riqueza, nas próprias condições postas nos casamentos, etc., constitui certamente uma das ambivalências mais «genuínas» do português, e que se manifesta numa espécie de culpabilidade mórbida, «saudosista» em todos os sentidos.

(9) Mais perto de nós pense-se na siderurgia, na construção e reparação navais e no próprio projecto do complexo de Sines, em vias de realização.

(10) Recorremos a esta terminologia por nos parecer que a análise «classista» não se adapta ao estudo das sociedades pré-capitalistas, pelo menos na forma como até agora essas tentativas foram levadas a cabo.

(11) Sobretudo os trabalhos de Michel Foucault, nomeadamente «*Surveiller et Punir*, Paris 1976».

(12) Haveria ainda que assinalar a interferência de certos políticos no sindicalismo rural alentejano. Ver, por exemplo, a curiosa reverência que um dirigente operário alentejano influente faz a respeito da acção de Machado Santos. Trata-se de Joaquim Candieira, que foi com Carlos Rates um dos principais organizadores do sindicalismo alentejano, numa resposta ao inquérito preparatório ao Congresso de Tomar, em 1914. Dizia ele: «O Congresso devia ocupar-se (...) do desenvolvimento da agricultura, por meio de uma contribuição lançada a todos os terrenos incultos (...) ou então, pela aprovação do projecto da lei do fomento, apresentado pelo sr. Machado Santos ao parlamento — depois do que se poderia mexer na chamada lei da fome». Note-se portanto a adesão de J. Candieira à vigência do protecçãoismo e a oposição ao futuro «pão político» — texto citado de César Oliveira, *A criação da União Operária Nacional*, Afrontamento, 1973, p. 177.

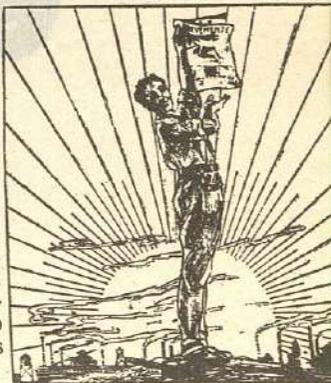
(13) Alexandre Vieira, (*Para a história do sindicalismo em Portugal*, p. 165). Sublinhados do autor.

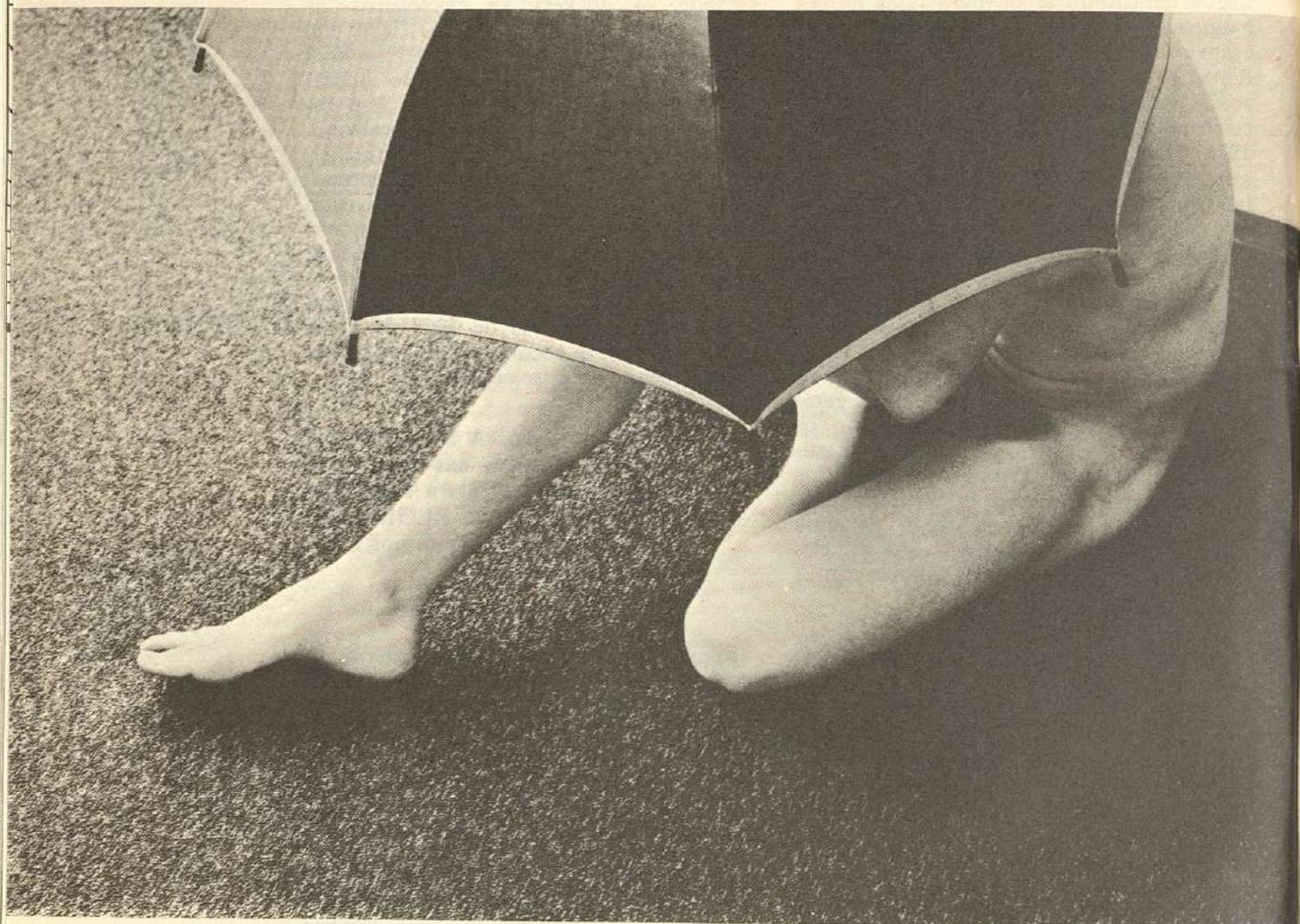
(14) Tese «sobre a carestia da vida», citada por A. Vieira, *op. cit.*, p. 90.

(15) *Idem*, sublinhados meus.

(16) O artigo de Salazar, «*Alguns aspectos da crise das subsistências*», *op. cit.*, é um panfleto em termos incoerentes contra o comércio e o mercantilismo.

(17) Nesta perspectiva, os ecos da revolução russa vieram modificar esse jogo de interacção. Apesar dos protestos de um Brito Camacho que não se cansava de declarar que «Portugal não era a Rússia», expressão que é retomada pelos sindicalistas de A Batalha, esse acontecimento viria introduzir um elemento fantasmagórico que teve imensas repercussões, depois na crise de consciência do movimento operário.





*Foto de João Lopes*

# UM SEXO QUE SEJA SEU

MIGUEL SERRAS PEREIRA e REGINA LOURO

No prefácio que escreveu para a edição portuguesa de *A room of one's own* (**Um quarto que seja seu**, Editorial Vega) de Virginia Woolf, Maria Isabel Barreno falamos do que poderíamos chamar o «positivo» do feminino, da feminitude, ou como melhor queiramos dizer de qualquer outro modo.

Quanto mais diferenças melhor, eis em suma o que nos diz Isabel Barreno; se alguma coisa há a lamentar — acrescenta mesmo — não é que os sexos sejam diferentes, mas que sejam apenas dois...

Mas se é esta revolta contra a dicotomia exclusiva (e excludente) que deve ser saudada no texto de Isabel Barreno — se é esse «o medo : Virginia Woolf» de que nunca nos libertaremos por demais —, então é toda a história, todo o nosso actual modo de relação com a história, que, porque presente nessa divisão sexista da humanidade, precisamos de contar de outra maneira, de pensar diferentemente, navegar sobre/sob outras faces e outras ondas ou correntes.

A elaboração teórica do par masculino/feminino não nasce com Freud, mas é dele que recebe a sua formulação por assim dizer moderna, e isso com uma ambiguidade tão surpreendente como significativa.

Freud, que legitimou ideológica e repetidamente a dicotomia dos sexos (ou homem ou mulher; ou masculino ou feminino), foi também quem nos (re-)ensinou que não nascemos (ninguém nasce) masculinos ou femininos, mas que nos tornamos homens ou mulheres apenas no desfecho, tido por normal e raramente «bem conseguido», duma acidentada, trabalhosa e esgotante história que pode ter, e por vezes tem de facto, outras saídas e (a)venturas.

Os «sexos», portanto, longe de serem necessariamente dois e dicotómicos, poderiam ser tantos quantos os indivíduos que somos. Ou, se preferirmos esta formulação, não ser únicos para cada um de nós, para cada indivíduo considerado.

Aquilo em que a rapariguinha e o rapazinho humanos se transformam — uma Mulher normal (isto é, predominantemente «passiva», «compensada» pela maternidade, abandonando o clitoris pela cavidade vaginal, etc.) e um Homem normal (isto é, «activo», legislador, sublimando em trabalho alienando o prazer sempre diferido a que, como à mulher, os valores da civilização o obrigam...) — são, essa A Mu-

lher e esse O Homem, apenas uma possibilidade, e suspeitamos hoje que muito longe das melhores, de cada um deles. E isto Freud mostra-o, como ninguém até ele o fizera no interior da nossa cultura, repetidas vezes, desde os **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**.

Que, logo nos **Três ensaios** e em muitos outros pontos da sua obra, Freud lance formulações contraditórias, como a de que «a anatomia é o destino» e outras menos lapidares mas não menos graves, é também um facto que o primeiro nos não deve fazer esquecer com demasiada rapidez. Nem vice-versa, claro está.

Simplesmente, quando opta (ideologicamente) pela dicotomia citada, Freud não só despreza as possibilidades positivas oferecidas pela sua descoberta da indeterminação fundamental do sexo de cada indivíduo humano, como, pior ainda, perde a capacidade de ver o que foi e o que é, a não ser de uma forma distorcida e a que podíamos chamar sexo-centrista.

Esta visão sexo-centrista ou sexo-cêntrica não é original em Freud, por muito que este tenda a cobri-la com a autoridade das suas múltiplas descobertas e a tente «repetir» na sua teoria da cultura, sua reconstituição «histórica» do primeiro «facto de civilização».

Com efeito, no início da civilização estaria, para Freud, a substituição da horda primitiva pela associação dos irmãos revoltados contra o Pai. Este, que procedia à castração dos filhos, açambarcando para si as mulheres da horda, acabaria por ter sido morto por uma fraternidade conjurada, e, depois de morto, devorado pelos próprios filhos.

Os filhos, porém, ingerindo o pai, teriam interiorizado a sua autoridade e passado da repressão externa à auto-repressão. Deste processo teriam resultado, sempre segundo Freud, quer os sedimentos profundos do complexo de Édipo, quer a proibição do incesto.

São inúmeros os aspectos mais (ou menos) que hipotéticos desta teoria que hoje apenas é defendida como uma espécie de «mito científico» ou de metáfora gnoseológica pelos mais hábeis dos seguidores do Mestre. Em qualquer caso, porém, torna-se significativo observar o lugar que as mulheres (não) ocupam nesta primeira revolta instituinte.

Na verdade, toda a história da horda primitiva, como da civilização, é escrita

*contraditórias  
em Freud*

no masculino. As mulheres são o enjeu e o objecto da revolta, sujeitos apenas, antes e depois do triunfo da conjura fraterna, da mesma sujeição. Porque

Não participei no assassinato do pai. Do crime, como da festa, as filhas da tribo foram excluídas. Depois disseste: foi por amor de ti, é tua a culpa. No entanto, em vez de me tomares, vendeste-me ao primeiro estrangeiro que passou, renunciando ao meu corpo e aos meus filhos. Assim começou o meu exílio, e talvez nasça nesse tempo o rio de lágrimas que por vezes ainda me sulca o rosto. Dessa exclusão que ordenaste, e não da nostalgia do sangue paterno que não bebi, do poder que não incorporei na minha carne. Eras jovem e eu amava-te; por esse amor superava o ódio ao velho pai que em noite de frio tremor me metia na sua cama.

Agora estás velho e ocupas o lugar do pai na velha cama. Em seu nome presides aos ritos que te consagram no seu antigo lugar. Depois, em teu nome já, apresentas as tábuas da lei, corroídas pelos anos, mas intactas no imperativo das suas inscrições. «Não te voltarás contra teu irmão», escreveste numa tábua à parte, que me apresentas a sós, quando todos os homens da casa abandonaram já o lugar da cerimónia. É um mandamento especial para mim, tua irmã, em memória da cumplicidade da nossa infância.

Dito isto, reparemos agora, que vale a pena, como para Freud o início daquilo a que chama «a civilização» é uma revolta, e como o mal-estar originário dessa civilização, que para ele é inevitável, resulta, nos próprios termos da sua descrição, do malogro da libertação ambicionada. É que, desde o princípio, a fraternidade rebelde e o Pai primitivo comungam demasiado estreitamente dos mesmos valores de opressão, para que a revolta possa ser levada até ao fim e os revoltosos em questão fazer mais do que cavar as próprias sepulturas.

Os irmãos e o pai têm o mesmo desígnio: a posse das mulheres. A contestação dos filhos reproduz a forma contestada — ou seja o comportamento do pai — e a inveja é o seu único motor.

É por isso que este «mito científico» cria também mais dificuldades do que as que resolve. Ele não nos narra metaforicamente ou não, as origens da cultura. A cultura já lá estava. Onde havia um só pai, muitos se tornaram possíveis. A revolta dos irmãos é a revolução do Mesmo, em torno do mesmo antigo eixo (o falo?), e o silêncio a que as mulheres se encontram reduzidas ao longo destas peripécias é algo por cuja explicação, mais ou menos hipotética embora (como o resto), nada chega a perguntar-se.

Mas que sabes tu da travessia por mim feita desde o abandono da terra onde te fui irmã? Que sabes dos caminhos percorridos, se só no fim de cada um, apressado, me encontravas? Que sabes dos campos fecundados, se só a colheita dos frutos te interessava?

Do tempo que me foi longo tudo ignoras, entregues à febre de intermináveis batalhas, onde o meu nome nunca foi dito, e onde o nome dos filhos serviu para escrever no chão, a sangue, entre o espanto e o medo, desconhecendo ainda a cólera sagrada dos adultos.

Por vezes, de passagem, encostaste o ouvido ao meu ventre. Era o breve intervalo dos combates, aprazia-te re inventar a lembrança de um reino matricial, sonhar o paraíso perdido num corpo nunca achado, por cobardia, ou pressa ou distração. Depois, partias de novo, erguendo com orgulho a tua espada, enquanto no meu corpo subterrâneo o trabalho prosseguia, solitário labor, silenciosa espera, desesperado amor.

E quando voltavas de novo os frutos estavam maduros, os teus dentes cravavam-se na carne, pelos cantos da boca escorria o vinho igual ao sangue, era o tempo dos banquetes, comemoremos a nossa vitória, e entre companheiros rias, perdidamente, pela noite fora.

Porque não era já tão belo o riso em tua face?

Mas pela noite dentro ninguém me respondia.

É como se para Freud a divisão histórica dos sexos em dominante e dominado já fosse antes de o ser, como a pescada. Como se ela não fosse condição da história, incluindo a do acto inacessível em que esta começa a sê-lo propriamente, na passagem dos bandos de símios à civilização. Como se a opressão das mulheres não fosse ela própria uma história por contar ou nada tivéssemos a aprender com a sua narrativa. «Histórias» em que, todavia, só poderíamos embarcar se não saltasse à vista que tal história não pode ser contada sem pôr definitivamente em causa a dicotomia que nos é imposta entre os dois sexos instituídos e em que um apenas domina, que mais não seja impondo-se e à sua imagem de si ao outro, «igualmente», como modelo de emancipação e liberdade.

Quando a festa acabou, estranhaste o meu silêncio.

— Que fizeste na minha ausência? Mas era tarde, já a sombra do silêncio se espalhava.

— És louca, és bruxa, és mulher! Mas era tarde, já a força das palavras se perdia.

Era o medo a minar a tua face? Mas das artes da guerra, as mais

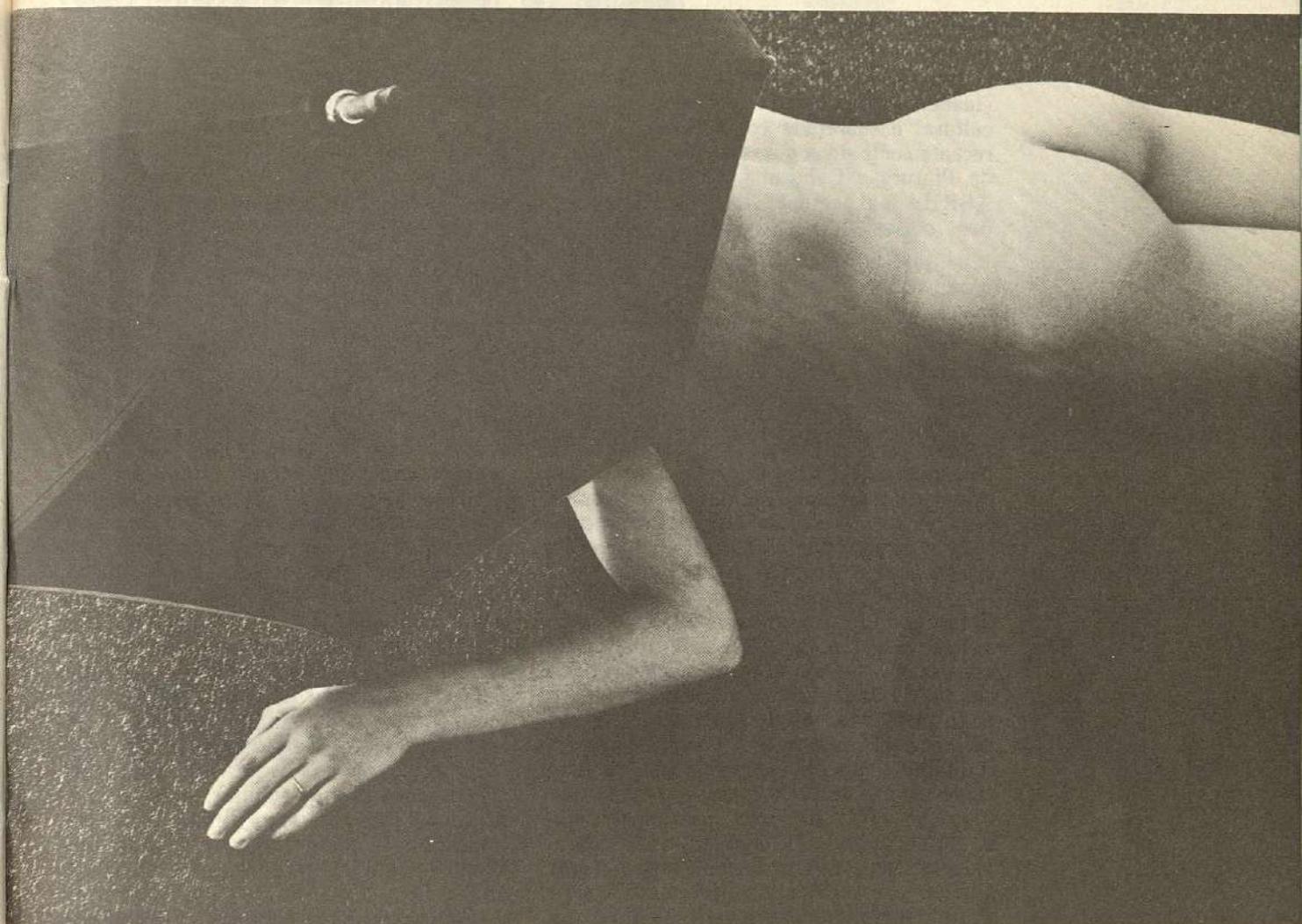


Foto de João Lopes

subtis servem também para os tempos de paz. Engenhoso senhor, abriste as portas, descerraste as trancas: cancelas que eu galgara secreta pela noite, eis que submissas se vergam às tuas mãos poderosas.

— São estes os caminhos.

Era o tempo das novas servidões. Caminhos que me deste, um a um os segui, nalguns te fiz de irmã, e noutros me chamaste companheira: tu deste os nomes e eu fui dita obrigada.

— São estes os trabalhos.

Igual de ti no sofrimento a mais, me nomeaste irmã. E já principiava a alegria a murchar-me na face. À mesa dispuseste: «que bebas do meu vinho». Mas o teu vinho estava envenenado sem que o percebesses, fiel ao hábito de misturar na mesma taça o vinho e o fel. Não bebo do teu vinho.

Eis que chegou o tempo da recusa. Caminhos que me deste e percorri, um a um procuro o fio de regresso, uma e outra vez me perco, desoriento, caio. Me levanto. Sigo. Em busca das origens, para partir de novo. São outros os caminhos.

Dizes-me ainda: «Não te voltarás contra teu irmão».

Mas eu já não ouço as velhas palavras.

(E com isto, resta-nos agradecer a Isabel Barreno a linha de fuga por que pegámos estes dizeres soltos, a partir do seu breve e belo texto sobre uma Virgínia Woolf que talvez nos perguntasse, impiedosa e cúmplice, se não teríamos sido crúeis ao falar de tal modo na pre-histórica revolta dos irmãos ao abrigo das páginas desta revista, resultante também ela de uma certa «Fraternidade»). ■

# SOBRE O TRABALHO LITERÁRIO

José Saramago, conhecido pela sua actividade como ensaísta político, jornalista cultural e sobretudo como poeta, publicou recentemente duas obras de ficção: *Manual de Pintura e Caligrafia* e *Objecto Quase*. ABRIL foi perguntar a José Saramago duas coisas:

— qual o sentido do seu trabalho de romancista?

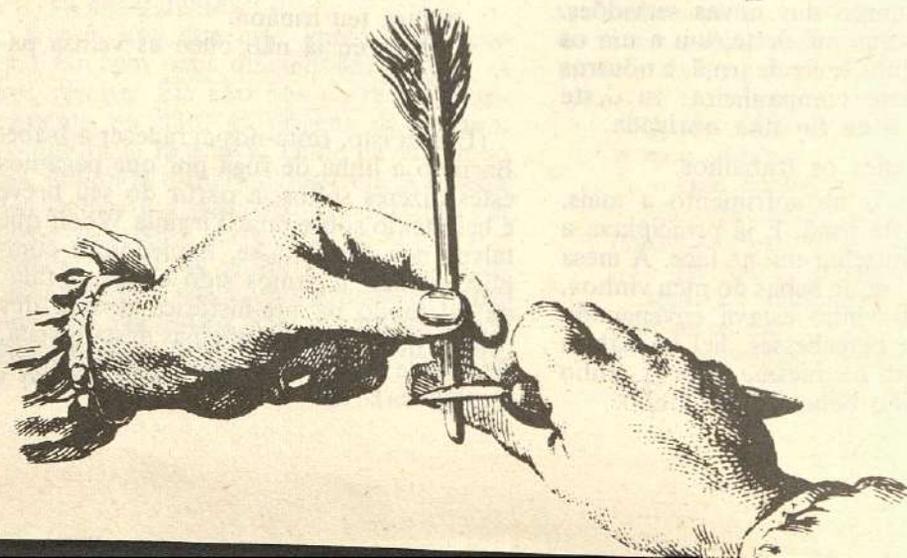
— a que exigência íntima corresponde o percurso que vai do *Manual* a *Objecto Quase*?

1. Não me parece que seja possível apurar já o significado de um trabalho de romancista apenas iniciado. Dou porém de barato que o autor é, ou vai ser, romancista. Assim sendo, eu diria que essa actividade aponta para vir a ser o núcleo da minha actividade intelectual criativa. Poeta que, segundo alguma crítica inteligente, fez ficção quando nos *Anos de 1933*, supunha a estar ainda a fazer poesia: cronista do quotidiano quando a crónica foi um certo campo de diálogo com o leitor de jornais, e também campo de contestação cívica; editorialista menos por vocação política indiscutível do que para responder a uma exigência pedagógica interior, aliás um tanto insólita em quem igualmente não se formou para a pedagogia — o romance apareceu como um caminho para levar adiante certo pendor conceptual, que é visível, creio, no comentário político, na crónica e também na poesia. Chamar «ensaio de romance» ao *Manual*, não foi jogo de palavras, simples trocar de voltas ao equívoco rótulo «romance de ensaio»: creio ter sido uma maneira de retirar importância ao trabalho feito, por acreditar que a sua importância era *outra*. É no entanto minha convicção que o *Manual* é irrepetível, isto é, que o não posso, repetir.

2. Se o percurso que se quer é o que vai de um antigo e fruste romance publicado em 1947 ao *Manual*, trinta anos depois, uma vida, direi que é longo de mais para ser contado aqui. Se é o que vai do *Manual* ao *Objecto Quase*, não é entre romance e romance, mas sim entre romance e contos/novelas. E aqui vem a exigência íntima. Parece-me correcta a expressão: só uma existência, é íntima, me poderia ter levado a des-situar as diversas acções do *Objecto*. Enquanto no *Manual* abundam os nomes, os lugares, as datas, as citações directas e indirectas, as transcrições, todo um roteiro que acompanha, passo a passo, o labirinto que no meu entender o romance também é — o *Objecto* é um livro des-situado, in-temporal, ninguém tem nele nome, ninguém vive em casas ou circula por ruas que sugiram uma identificação: a des-situação é praticada desde a primeira página, embora a novela de abertura conte uma história que toda a gente conhece: «um dia Salazar caiu duma cadeira» (mas estas palavras não estão no texto...). Creio que terei escolhido o método (ou ele se me impôs de dentro) como maneira de, afastado o acessório demasiado eloquente, dizer mais sobre os sujeitos, pela via contraditória (ou paradoxal) duma certa abstracção. E, no entanto, o resultado final não se me afigura contraditório, nem paradoxal, nem abstracto.

Para terminar: também o *Objecto* é irrepetível: trabalho agora num novo romance — *Levantados do chão*, — em que dou conta de três gerações alentejanas, e, por muito singular que pareça, vista a diversidade dos temas, suponho que não seria capaz de escrevê-lo se primeiramente não tivesse passado pelos *Manual* e pelo *Objecto*.

22.Dez.77. ■





# imaginar portugal

Claude Lévi-Strauss. A descoberta dos costumes e das estruturas «legais» relativas ao incesto: um escândalo para o pensamento científico tradicional. O incesto ofereceu-se ao discurso de uma ciência que se julgava sólida, tanto como facto natural tanto como facto cultural. Esta constatação primeira para a instauração de uma nova disciplina no território das ciências humanas deitou abaixo do altar alguns deuses e muitas definições. Viu-se finalmente, aquilo que Mauss previra: ainda havia «muitas luas mortas, pálidas ou obscuras, no firmamento da razão». Mas se deixou de ser possível dizer uma distinção nítida entre estas duas ordens de factos, Natureza e Cultura, continua a germinar uma diferença... e as diferenças contaminam os próprios significantes. As «charcas» da Extremadura de primeiras barragens artificiais transformaram-se em lagos naturais...

Portugal existe com uma história, uma cultura. Mas também nisto se enovela uma, várias naturezas que se impõem como diferenças ao pensamento e à imaginação, «até que uma pedra irrompa / e floresça» como espera Eugénio de Andrade. Até que uma lua morta reverdeça de novo...

A obra de Alberto Carneiro é uma interrogação inteira, inteiramente vivida, pensada na direcção natural. A produção de Alberto Carneiro constitui já um indispensável pomo de (dis)cordia... no coração deste país: indispensável para pensá-lo, imaginá-lo. Os seus «envoltórios», as «operações estéticas», no Alto de S. João (Aregos), em Vilar de Paraiso; os seus rituais, no Monte de S. Lourenço, em S. Bartolomeu do Mar, no Rio Ave ou na Serra de S. Tirso; as suas esculturas naturais; os seus «trajectos» palmilharam já os trilhos de um importante levantamento estético do país onde haventos de teimar, venha abaixo o que vier, até que as pedras floresçam! E isto não será nem fuga nem espera utópica: como poderias lutar camarada político ou guerrilheiro sem levar na escassa bagagem, pelo menos uma pedra florida ou uma lua reverdecida? Nós, artistas, operadores estéticos fornecemos desse material. O Alberto — por exemplo — tem dessas pedras e dessas luas muitas para vos oferecer. Mas vocês sabem-no? Ou pensam que podem ir para a guerra de mãos vazias? Se um homem, um guerrilheiro, um sindicalista, um polemista não tem pelo menos um jardim dentro da cabeça é porque está vencido mesmo antes de começar a luta!

ERNESTO DE SOUSA



URBANO TAVARES RODRIGUES

# NUS e SUPPLICANTES

5ª EDIÇÃO

«O inequívoco e lúcido testemunho de uma consciência generosa, para quem a dignidade, a liberdade e a justiça estão sempre em primeiro plano».

JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

EDICIONARIA PORTUGUESA  
L. RAND